



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA

MATHEUS PEREIRA FIRMINO

INTEGRAÇÃO REGIONAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL

UM ESTUDO SOBRE AS REUNIÕES ESPECIALIZADAS DO MERCOSUL

JOÃO PESSOA/PB
2018.

Torres Garcia

MATHEUS PEREIRA FIRMINO

INTEGRAÇÃO REGIONAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL
UM ESTUDO SOBRE AS REUNIÕES ESPECIALIZADAS DO MERCOSUL

Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Linha de Pesquisa: Trabalho, Políticas Sociais e Desenvolvimento.

Orientador: Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros

JOÃO PESSOA/PB
2018.

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

F525i Firmino, Matheus Pereira.

INTEGRAÇÃO REGIONAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL UM ESTUDO
SOBRE AS REUNIÕES ESPECIALIZADAS DO MERCOSUL / Matheus
Pereira Firmino. - João Pessoa, 2018.
108 f. : il.

Orientação: Rogério de Souza Medeiros.
Dissertação (Mestrado) - UFPB/CCHLA.

1. MERCOSUL juventude agricultura familiar. I.
Medeiros, Rogério de Souza. II. Título.

UFPB/BC

MATHEUS PEREIRA FIRMINO

INTEGRAÇÃO REGIONAL E PARTICIPAÇÃO SOCIAL
UM ESTUDO SOBRE AS REUNIÕES ESPECIALIZADAS DO MERCOSUL

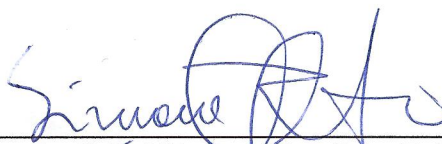
Dissertação apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Sociologia. Linha de Pesquisa: Trabalho, Políticas Sociais e Desenvolvimento

APROVADO EM 31 de 08 de 2018.

BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Rogério de Souza Medeiros
(Orientador/Universidade Federal da Paraíba-UFPB)



Prof.ª Dr.ª Simone Magalhães Brito
Universidade Federal da Paraíba/UFPB/PPGS
Examinadora Interna

Dr. José de Souza Silva
EMBRAPA
Examinador Externo

JOÃO PESSOA/PB
2018.

AGRADECIMENTOS

Em primeiro lugar agradeço a Deus pela possibilidade da existência.

À Érica Medeiros, minha esposa amorosa e companheira que tem me ajudado em todos os caminhos, trilhas e tempos que eu decido percorrer pela vida.

À toda minha família, em especial ao meu irmão Gonzaga Júnior que sempre tem estado comigo nas durezas da vida, nas horas de alegria, na vida política e agora na vida acadêmica.

Ao meu orientador, o Professor Rogério Medeiros, que desde a graduação tem contribuído muito para minha formação, uma referência que eu terei sempre no decorrer da vida quanto ao acúmulo de conhecimento e a capacidade que tem de passar isso para os alunos de forma clara.

Aos membros da banca, Professora Simone Brito e Dr. José de Souza pela disponibilidade e compromisso acadêmico que dedicaram ao contribuir para a construção da minha pesquisa, avaliando e propondo alguns caminhos possíveis.

Aos professores e professoras do curso, a toda minha turma de mestrado, em especial, aos amigos Márcio Melo, Ícaro Yure e Neyton Costa pelo companherismo que se estende desde os cafés às aflições acadêmicas, das análises sobre os rumos da política e da vida ao suporte emocional nos dias de prazos escassos.

À alguns amigos que em momentos distintos do curso estiveram super disponíveis para me ajudar. Viviane Sousa, Anna Crystina, Estras Bezerra, Bruno Bezerra, Carolina Albuquerque e Vinícios Araújo.

À Trotsky e Santinho, meu cachorro e meu gato, pela companhia cotidiana no processo de leitura e escrita, ao som de Mozart, Vivaldi, Strauss, Chopin e Bach.

Nunca estive só graças à vocês, obrigado.

“Trabalhadores do mundo inteiro, uni-vos”

Karl Marx

RESUMO

A presente pesquisa se dedica ao estudo da participação social no âmbito da institucionalidade do MERCOSUL. Outrora configurado para ser apenas um bloco regional de ordem estritamente mercadológica, o MERCOSUL passou por um processo de câmbio em termos políticos e ideológicos a partir da escalada de governos progressistas eleitos na América do Sul. A base social desses governos é composta em larga medida por Movimentos Sociais e Organizações Sindicais que se inseriram em diversas experiências de democracia direta e participação cidadã e articularam uma série de redes e fóruns por toda a região. No MERCOSUL não foi diferente, vários movimentos e organizações buscaram incidir sobre os rumos do bloco e reivindicar espaços institucionais que oferecessem caráter formal à sua representatividade e onde pudessem construir políticas regionais para cada segmento considerando suas características. Todavia há uma considerável variação de força institucional em cada espaço desses. Analisaremos, então, quanto às características das formas de organização e a agenda de dois segmentos, Agricultores Familiares e Juventude, presentes no que se denominam Reuniões Especializadas do MERCOSUL, espaço onde refletem o seu fortalecimento institucional.

Palavras-chave: MERCOSUL, juventude, agricultura familiar, participação.

ABSTRACT

The present research is dedicated to the study of social participation in MERCOSUL institutional framework. First configured only to be a regional block of strictly market order, MERCOSUL pass through a process of changing in political and ideological terms from the election of progressive governments in South America. The social base of these governments is largely composed by Social Movements and Trade Union Organizations that were present in diverse experiences of direct democracy and citizen participation and articulated a series of networks and forums throughout the region. In MERCOSUL it wasn't different, several movements and organizations tried to focus on the block's paths and demand institutional spaces that gave a formal character to their representation and where they could construct regional policies for each segment considering its particular characteristics. However, there are considerable variation in institutional strength in the space. Therefore, we will analyze how the characteristics of Family Farmers and Youth Movements, that are present in what are known as Specialized Meetings of MERCOSUL, reflects in their institutional strengthening.

Keywords: Mercosur, youth, family agriculture, participation

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AANOR – Associação de Apoio e Assessoria a Organizações Sociais do Nordeste
ALCA – Área de Livre Comércio das Américas
AMRAF – Asociación de Mujeres Rurales Argentinas Federal
AMRU – Associação de Mulheres Rurais do Uruguai
BACEN – Banco Central do Brasil
BID – Banco Interamericano de Desenvolvimento
CCM – Comissão de Comércio do MERCOSUL
CCSCS – Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul
CEFIR – *Centro de Formación para La Integración Regional*
CELAJU – Centro Latinoamericano de Juventud
CEPAL – Comissão Econômica para América Latina
CIOEC – Coordinadora de Integración de Organizaciones Económicas Campesinas de Bolivia
CMC – Conselho do Mercado Comum
CNDRSS – Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário
CONJUVE – Conselho Nacional de Juventude
CONSEA – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional
CPC – Comissão Parlamentar Conjunta
CT – Comitês Técnicos
CUT – Central Única dos Trabalhadores
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EUA – Estados Unidos da América
FAF – Fundo da Agricultura Familiar
FAO – Food and Agricultural Organization
FASE – Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional
FHC – Fernando Henrique Cardoso
FIDA – Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola
FOCEM – Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL
FoMerco – Fórum Universitário MERCOSUL

FSM – Fórum Social Mundial

GMC – Grupo do Mercado Comum

GT – Grupos de Trabalho

IBASE – Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas

IICA – Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura

INC – Instituto Nacional de Colonización Del Uruguay

INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

INDAP – Instituto de Desarrollo Agropecuario

INDERT – Instituto Nacional de Desarrollo Rural y de La Tierra

INTA – Instituto Nacional de Tecnología Agropecuaria

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPES – Instituto de Pesquisas e Estudos Sociais

ISM – Instituto Social do MERCOSUL

MAG – Ministerio de Agricultura y Ganadería

MAGP – Ministerio de agricultura, ganadería y pesca

MAPA – Ministério da Agricultura Pecuária e Abastecimento

MDA – Ministério do Desenvolvimento Agrário

MDS – Ministério do Desenvolvimento Social

MERCOSUL – Mercado Comum do Sul

MGAP – Ministerio de Ganadería, Agricultura y Pesca

MIDES – Ministerio de Desarrollo Social

MINAGRI – Ministerio de Agricultura

MPPA – Ministerio del Poder Popular para la Alimentación

MPPAT – Ministerio del Poder Popular para la Agricultura Productiva y Tierras

MPPEC – Ministerio del Poder Popular para Educación e Cultura

MPPRE – Ministerio del Poder Popular para Relaciones Exteriores

MRE – Ministério das Relações Exteriores

MRECIC – Ministerio de Relaciones Exteriores y Culto

MST – Movimento dos Sem Terra

OIJ – Organização Ibero-Americana da Juventude

ONG – Organizações Não-Governamentais

OTAN – Organização do Tratado do Atlântico Norte

PARLASUL – Parlamento do MERCOSUL

PMSS – Programa MERCOSUL Social e Solidário

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

PNDRSS – Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário

PNUD – Programadas Nações Unidas para o Desenvolvimento

POP – Protocolo de Outro Preto

PPT – Presidência Pro Tempore

REAF– Reunião Especializada de Agricultura Familiar

REJ – Reunião Especializada de Juventude

REJU – Rede Ecumênica da Juventude

RJNE – Rede de Jovens do Nordeste

SAGPYA – Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca, Alimentos y Forestación

SDR/RS – Secretaria do Desenvolvimento Rural, Pesca e Cooperativismo

SENASA – Servicio Nacional de Sanidad y Calidad Agroalimentaria

SGT – Subgrupos de Trabalho

SNJ – Secretaria Nacional de Juventude

SSTHS – Subsecretaria de Terras para a Habitação Social da Argentina

UFRGS – Universidade Federal do Rio Grande do Sul

UTU – Universidad Del Trabajo Del Uruguay

WFFP – World Forum Fishing People (Fórum Mundial de Povos Pescadores)

LISTA DE FIGURAS

Figura 01. Organograma dos espaços institucionais de participação.....	37
---	-----------

LISTA DE QUADROS

Quadro 01. Marco Legal da Criação das Reuniões Especializadas.....	36
Quadro 02. Atas analisadas da REJ	48
Quadro 03. Atas analisadas da REAF	49
APÊNDICE I	
Quadro 04. REJ – Governos.....	93
Quadro 05. REJ – Sociedade Civil	93
Quadro 06. REAF – Governos	95
Quadro 07. REAF – Sociedade Civil	95
APÊNDICE II	
Quadro 08. Categorias de pautas presentes nas Atas da REJ	102
Quadro 09. Categorias de pautas presentes nas Atas da REAF	102

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	17
1. O MERCOSUL: História e Desenvolvimento Institucional	24
1.1 Câmbio Político no MERCOSUL.....	29
1.2 Abertura à Participação.....	31
1.3 As Reuniões Especializadas doMERCOSUL.....	34
1.4 Os Atores Sociais.....	38
1.4.1Agricultores Familiares	38
1.4.2 A Juventude	41
2. No Terreno Das Reuniões	46
2.1Acerca do Método	46
2.2 Que Organizações estão nas Atas	50
2.3 Continuidades e Descontinuidades da Agenda.....	57
2.4 Procedimentos Institucionais e Tomadas de Decisões.....	65
2.4.1 Divergências Entre Os Formatos Das Reuniões.....	68
3. Democracia e Participação na Região	71
3.1 Entre a Mobilização e o Institucionalismo.....	74
3.4 As Formas de Mobilização e a Agenda dos Movimentos	81
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	85
REFERÊNCIAS	88
APÊNDICES	93
ANEXOS	104

INTRODUÇÃO

Primeiramente, esta pesquisa pretende apresentar algumas considerações relevantes em relação a acontecimentos recentes desses últimos quinze anos que dizem respeito ao âmbito social e político em nossa região. Buscando compreender a partir da Sociologia Política os reflexos da participação dos movimentos de juventude e de agricultores familiares no fortalecimento de espaços institucionais do Mercado Comum do Sul – MERCOSUL. Com atenção especial sobre o quanto as características específicas, como formas de organização, e a agenda de cada um destes seguimentos sociais, podem ser condicionantes ao fortalecimento institucional dos espaços em que estão inseridos. Pois, é nesse processo de interação social entre as organizações da sociedade civil, entre elas e os Estados Nacionais e entre elas e a institucionalidade do MERCOSUL que se encontra nosso problema sociológico. Procurando identificar o quão determinante pode ser a agenda e as características que formam os movimentos sociais no fortalecimento de espaços institucionais.

Afirmando que nas últimas duas décadas a América Latina passa por processos de mudanças sociais, econômicas, políticas e culturais significativas, diante disto interrogamos: Que elementos empíricos, dados e registros podem ser usados para validar essa afirmação? Além disso, que atores sociais e políticos fazem parte desses processos? Que instituições foram criadas ou fortalecidas e quais redes de mobilização surgiram neste período?

Responder esses questionamentos não é uma tarefa tão simples tendo em vista que tais processos de transformação estariam ou estiveram em andamento e que os atores políticos e sociais, agentes de Estados e sociedade civil que os integram, são substancialmente heterogêneos e por muitas vezes estão em lados opostos diante das mesmas questões. Porém, é possível realizar uma análise mais objetiva quando se observa e define os limites de um campo e as complexidades que definem a singularidade do objeto de pesquisa. O que podemos ter claro, mesmo que sem muito esforço teórico, é que neste período, consideravelmente curto, o Mercado Comum do Sul, MERCOSUL, se tornou um campo de interesse à pesquisa sociológica a partir da inserção de alguns segmentos sociais em seus espaços institucionais, pois, até então era objeto de análises mais fortemente voltadas à economia, política e relações internacionais.

O bloco que tem como origem o caráter econômico e comercial é parte de um processo contemporâneo que reconfigurou, por algum tempo, o alinhamento político da

região. Tende (ou pretendeu) criar uma cultura regional a partir da abertura democrática, envolvendo uma gama de organizações, segmentos e categorias sociais, que vai de microempresários a camponeses sem terra, antes aliados desses processos de consulta e até dos processos decisórios pelos governos dos Estados Nacionais, quer acontecesse no âmbito regional ou nacional. Para Mariano e Ramanzini (2012), é o momento de compatibilizar autonomia e desenvolvimento na região, assim como para o diplomata panamenho, teórico da integração regional, Nils Castro (2015), é um momento de alto antagonismo entre os modelos de integração dependente, ou uma não integração, e emancipatório, se considerarmos a gama de acordos, blocos e tratados regionais dos últimos vinte anos.

[...] é um conjunto de países independentes que decidiu pactuar e empreender, por si mesmos e para seus próprios fins; e é convergente e aglutinadora, já que seus centros de decisão radicam neles mesmos e suas ações buscam vincular mútua e solidariamente as nações participantes, como partes complementares de um projeto comum, que elas compartilham (CASTRO, 2015, p. 43).

O MERCOSUL foi visto por alguns, até meados de 2015, como uma possibilidade de integração emancipadora, democrática e soberana, como observa o Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães (SARTI et.al., 2014) tendo em vista a inserção da participação social e suas instituições e articulações que surgem com fins de se envolver no debate da integração regional a partir do bloco. Duas das categorias sociais que se inserem nesse contexto são: i) a juventude, que, contemporaneamente vive um período distinto de mobilização e se configura como categoria social cada vez mais evidente, seja nas leituras do senso comum, que tende a tratá-la como um problema social, como objeto de análise acadêmica ou como força relevante do debate político, tomemos como exemplos as “Jornadas de Junho de 2013” no Brasil, os protestos pela educação gratuita no Chile em 2012, 2013 e 2014 e a campanha pela não redução da maioria penal no Uruguai em 2014, bem como os debates e mobilizações em torno da legalização e regulamentação do uso da maconha neste mesmo país; ii) os movimentos do campo, em especial os da agricultura familiar que tem um nível de organização e articulação considerável se tomarmos em conta as suas associações, federações e confederações que já desenvolviam atividade no âmbito da integração regional, mesmo antes da abertura do MERCOSUL à participação social. Como exemplo, temos as grandes mobilizações desses movimentos para a construção do Fórum Social Mundial, suas lutas contra o latifúndio e em resistência ao domínio do agronegócio fortemente marcado pelo uso de sementes transgênicas.

De início, em uma pesquisa científica na área da sociologia, penso ser determinante compreender de onde parte a leitura e a decisão do pesquisador por determinado campo e objeto. Membro da coordenação da Rede de Jovens do Nordeste (RJNE), uma articulação de organizações juvenis (ONG's, movimentos e projetos) de atuação no Nordeste brasileiro, mas com ampla capilaridade para além do Nordeste fui indicado para acompanhar uma plataforma de ONG's e movimentos sociais de nível internacional, o Programa MERCOSUL Social e Solidário (PMSS), por conta das experiências anteriores que tive na realização de projetos, oficinas e cursos sobre juventude.

A proposta era contribuir com os debates em torno das problemáticas inerentes à juventude e sobre o conceito de protagonismo juvenil que permeava a RJNE. Por consequência, acabei me inserindo em alguns espaços de participação social do MERCOSUL, os quais não se restringiam necessariamente à temática juvenil, mas sobre fortalecimento institucional, cidadania regional, cidadania pós-nacional e cultura regional (em algumas falas por vezes se manifestava o termo “cultura mercosureña”). Com algum tempo percebi um grande campo de possibilidades de estudos e comecei a tentar me encontrar na situação de pesquisador, o que de longe foi bem difícil pela minha condição de agente político nesses espaços. Entre os anos de 2009 e 2014 estive imerso nesses espaços, no mesmo período em que decorreram meus estudos no curso de graduação em Ciências Sociais, inserido em uma série de atividades da sociedade civil, Cúpulas dos Povos e Cúpulas Sociais do MERCOSUL, atividades institucionais do bloco, que aconteceram em cinco países do bloco, encontrei nesse percurso o meu objeto de pesquisa para o trabalho de conclusão de curso da minha graduação, a Reunião Especializada de Juventude do MERCOSUL – REJ.

Tal “reunião” é o espaço institucional para a elaboração de políticas públicas regionais de juventude no âmbito do bloco. Todavia, sempre me pareceu um tanto “confusa”, politicamente frágil, relativamente “amorfa” e sem procedimentos claros do ponto de vista institucional. Ao participar de uma das sessões da REJ no ano de 2010, na cidade de Foz do Iguaçu, observei divergências entre as pautas dos movimentos juvenis e as pautas apresentadas pelos governos nacionais, e foi sobre essas divergências de agendas que me debrucei na investigação, já citada acima. Porém, um espaço dedicado a outro segmento me parecia bem distinto da REJ, os movimentos do campo sempre com presença massiva nas atividades do bloco, tinham como espaço institucional a Reunião Especializada de Agricultura Familiar, a REAF. Essa reunião demonstrava ter uma capacidade maior de mobilização de recursos, serem mais disputada politicamente e ter uma incidência maior sobre os debates nas atividades do bloco. Ampliando os horizontes da minha investigação iniciada na graduação

em torno da REJ, hoje continuando a pesquisa, temos a REJ como objeto e base referencial e a REAF como objeto incorporado. A presente pesquisa se debruçará na análise das agendas das duas reuniões e na comparação entre suas pautas e as demandas dos seus respectivos segmentos.

Para chegar a um aprofundamento mais significativo sobre o campo e compreender, com um suporte teórico mais denso, o contexto do MERCOSUL, tive a oportunidade de participar de um curso em duas etapas, uma virtual e outra presencial, no *Centro de Formación para la Integración Regional – CEFIR*, na cidade de Montevideu-Uruguai, voltado especificamente para as questões institucionais do bloco e participação social, mas, sem deixar de lado as questões econômicas. Curso esse que me forneceu bases teóricas importantes para a fundamentação dos meus estudos nesse campo, tendo em vista que o CEFIR tem sido a maior referência em termos de produção acadêmica no âmbito do MERCOSUL, ao lado do Fórum Universitário do Mercosul (FoMerco) com a realização dos seus congressos internacionais bianuais, o qual pude participar e apresentar um trabalho no evento que ocorreu na cidade de Salvador-BA, em 2010.

Antes de aprofundar-me nas questões referentes à institucionalidade, onde se encontram inseridas a REAF e a REJ, verifico que na investigação deve constar na primeira parte, um sucinto histórico do bloco com suas particularidades políticas e sociais, tendo em vista que o MERCOSUL nasce em 1991 com objetivos especificamente econômicos em um período distinto do vivido entre os anos de 2003 e 2015. O bloco muda significativamente e amplia seu teor político e social, pois incorpora a participação social em 2005 e amplia essa incorporação nos anos posteriores. Em seguida, elaboro um recorte sobre o debate em torno dessa participação social através de suporte acadêmico focado em integração regional, no bloco, cidadania regional e teorias da democracia.

Ao chegar às “Reuniões Especializadas”, das quais a REAF e a REJ são exemplos, fez-se determinante saber quais as organizações (e suas formas) do campo, de agricultores familiares e de juventude que estavam envolvidas nos debates sobre as reuniões e suas pautas, mas, ainda, é preciso ir além. Recorro, então, a pesquisas realizadas em âmbitos nacionais e por organismos internacionais, publicadas em plataformas acadêmicas, materiais disponíveis nos arquivos de órgãos estatais voltados às categorias do campo e juvenis, além de materiais que coletei durante algumas atividades institucionais do bloco ou do Programa MERCOSUL Social e Solidário – PMSS.

Durante esse percurso encontro o debate sobre o paradigma entre as novas formas de organização e atuação dos movimentos sociais frente às organizações e formas de atuação

mais tradicionais dos movimentos sociais e organizações da sociedade civil frente aos organismos de Estado. Sobre tal paradigma dialogo com os textos de Leonardo Avritzer(1993; 1984) sobre sociedade civil e democratização; do sociólogo uruguaio Ernesto Rodríguez (2004; 2008; 2015), teórico da sociologia da juventude, que nas últimas duas décadas tem produzido bastante sobre a juventude da América Latina e de Elisa Guaraná Castro que tem uma produção significativa sobre a juventude do campo (CASTRO, 2007 e 2009). Esse debate se torna imprescindível pelas especificidades da categoria juvenil, considerando que ela possui um caráter temporal, etário, que aliado ao contexto social no qual determinada juventude esteja inserida poderá apresentar uma pluralidade de posicionamentos políticos, revelar uma variedade de organizações e bandeiras de lutas distintas no mesmo espaço nacional, o que certamente torna-se mais evidente quando ponderamos que é um debate que acontece para além das fronteiras nacionais.

Não obstante, os movimentos do campo carregam em si a mesma imprescindibilidade, considerando que eles podem ser um marco referencial em termos de comparação aos movimentos juvenis, pois, como veremos mais adiante, eles não “sofrem” das problemáticas inerentes à temporalidade, como a juventude, um camponês poderá ser camponês por toda sua vida, um jovem não. Além disso, as formas de organização e atuação podem ser bem distintas das dos movimentos e organizações juvenis, mais centralizadas e com uma agenda mais comum à maioria das organizações.

Por fim, pretendo realizar uma análise sobre as agendas da REAF e da REJ considerando que pode haver significativas divergências entre as pautas apresentadas pelas organizações e movimentos sociais da região, seja no âmbito das Reuniões Especializadas ou fora delas, e as ações realizadas no âmbito de cada Reunião Especializada que potencializam o seu fortalecimento institucional no bloco, considerando ainda a possibilidade de que as características específicas de cada um desses segmentos (organização e atuação) possam ser elementos condicionantes ao fortalecimento de uma institucionalidade supranacional do bloco. Tendo claro que a partir dessa problemática é preciso também realizar uma densa pesquisa bibliográfica sobre o panorama institucional do bloco e suas fragilidades, causadas possivelmente, por sua institucionalidade ainda em construção, compreender os espaços de participação social, formais e não formais (fóruns e redes), e fazer uma leitura do acervo sociológico sobre movimentos do campo, de agricultores familiares e juventude da região e suas demandas.

Como material de análise utilizo como suporte comparativo as demandas listadas nas atas das sessões da REAF de 2010 a 2015 e os resultados de consultorias técnicas

encomendadas pela reunião, documentos reivindicatórios de organizações do campo e de agricultores familiares apresentados em eventos internacionais; atas da REJ, desde a sua fundação até a XII Reunião realizada em Brasília, em julho de 2015, além de pesquisas acadêmicas de organismos de Estado e de organizações internacionais, como a Organização Ibero-americana de Juventude – OIJ.

Mesmo tendo reunido uma bibliografia interessante e significativa, tenho como principal dificuldade, desde o início da investigação de graduação a impossibilidade de acesso aos documentos oficiais da REJ, uma vez que diferentemente dos documentos da REAF não estão disponíveis na íntegra no espaço público oficial do MERCOSUL, em seu sítio na internet¹, ou em outro lugar físico, tal como um escritório. Diante desta dificuldade, acabei conseguindo parte dos documentos (pois não havia todos os documentos em sequência cronológica desde sua fundação) através de solicitação direta à Secretaria Nacional de Juventude do Governo Brasileiro, no ano de 2015.

Como este trabalho pretende contribuir com o aporte da Sociologia Política nos debates no âmbito da interação entre movimentos sociais e entes estatais e no caso da singularidade da experiência institucional do MERCOSUL, tenta apresentar alguns elementos que ajudem a esclarecer o quanto o formato e organização característicos de cada movimento pode ser condicionante ao fortalecimento institucional dos espaços de participação dedicados a esses, ou aos reflexos da vida social no âmbito da vida política com base na produção de Bottomore (1981) quando ressalta de sua preocupação em evidenciar os limites de campo da Sociologia Política.

Na minha opinião, é impossível estabelecer qualquer distinção teórica importante entre sociologia política e ciência política. No máximo podem existir diferentes resultantes de preocupações tradicionais ou de uma divisão conveniente no trabalho; por exemplo, o interesse particular que os cientistas políticos tem demonstrando em relação àquilo que pode ser chamado de “as engrenagens do governo” - o aparelho e os processos de legislação, administração e regulação legal -, consideradas, até certo ponto, isoladamente do contexto social e tratadas principalmente de maneira descritiva. Por outro lado, pode-se argumentar que a moderna ciência política (isto é, algo indistinguível da sociologia política) deve seu desenvolvimento característico, a partir do século XVIII, ao estabelecimento de uma distinção clara entre o “político” e o “social”, a constituição da “sociedade” como um objeto de investigação sistemática e a consequente reflexão sobre as relações entre a vida política e a vida social. (BOTTOMORE, 1981, p. 08)

¹ Para maiores informações visitar o endereço eletrônico do site do MERCOSUL – www.mercosur.int.

Dessa forma, é considerável perceber que a literatura acerca de tais temas é demasiadamente pequena, quando tratamos da análise da experiência do bloco, ficando à sombra das pesquisas da Ciência Política, das Ciências Econômicas e das Relações Internacionais. Evidenciando que o que interessa nesta pesquisa é o arcabouço de elementos substanciais intrínsecos a cada seguimento aqui estudado como elementos que incidem no fortalecimento institucional dos espaços de participação no bloco, considerando que ir mais além, ou no âmbito das disputas de poder, entraremos ora na ciência política, ora nas Relações Internacionais, o que poderá acontecer no desenvolvimento da pesquisa para que se compreenda o campo, porém, estas inserções não terão caráter central.

1.O MERCOSUL: HISTÓRIA E DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL

Um pressuposto dos caminhos que levaram à formação de um bloco regional é sem dúvida a democracia, que em período recente, quando tratamos de um contexto histórico, os países da região e de toda a América do Sul se encontravam restabelecendo seus Estados Democráticos de Direito, após uma série de golpes Cívico-Militares que estabeleceram regimes de exceção economicamente fracos, altamente dependentes do eixo norte do mundo ocidental, que potencializaram o aumento nos níveis de desigualdades sociais e endividaram os Estados Nacionais.

Já em um período de democracia recém-estabelecida, no ano de 1990, os presidentes: do Brasil, Fernando Collor de Mello, e Carlos Menem, da Argentina, assinaram o que se chamou de a “Ata de Buenos Aires”, tratando de alguns pontos, como “coordenação e alinhamento conjunto de políticas macroeconômicas”(CAETANO, 2011). Um avanço em relação a um documento anterior, a “Ata de Foz do Iguaçu”², de caráter estritamente *fenício*³. O clima de disputa histórica pela hegemonia na região entre os dois maiores países da América do Sul havia se amenizado, tendo em vista as frágeis situações econômicas nas quais se encontravam. A Argentina com inflação anual de 22000% em 1990 (CASTRO, 2001) e o Brasil chegando a 1.140,27 %, no mesmo ano, segundo dados da Inflation.eu (WorldwideInflation Data)⁴ e o estreitamento de relações entre eles, mas a prática do bilateralismo que se desenhava acabaria por criar uma nova crise na região do Rio da Prata. Assim, a entrada do Uruguai nas negociações e a aproximação, deste, do Paraguai e do Chile nas construções políticas sobre a integração, condicionaram a região a outros rumos em relação à superação das assimetrias econômicas.

O Mercado Comum do Sul – MERCOSUL nasce em 26 de março de 1991, com a assinatura do Tratado de Assunção, tendo como signatários Argentina, Brasil, Paraguai e Uruguai (TRATADO DE ASSUNÇÃO, 1991). O Chile, mesmo estando nas negociações anteriores, não construiu condições de participar do bloco como membro pleno. Suas relações

² Documento assinado pelos Presidentes Raúl Alfonsín, da Argentina, e José Sarney, do Brasil, em 1985 que consistia em uma série de compromissos com um futuro processo de integração comercial da região.

³ Referência ao povo Fenício que desenvolveu uma ampla rede comercial no Mar Mediterrâneo por volta de 3000 a.C. tinha o comércio e a pesca como principais atividades econômicas.

⁴ Pesquisado na base de dados <http://pt.inflation.eu/taxas-de-inflacao/brasil/inflacao-historica/ipc-inflacao-brasil-1991.aspx>

comerciais estariam em um estágio mais avançado com os mercados internacionais, havia uma política de abertura comercial bem mais ampla do que a de qualquer país da região, tal política chilena está em funcionamento até os dias atuais. Assim o Chile nunca entrou para o rol de membros plenos do bloco, permanecendo como membro associado até os dias atuais. (CAETANO, 2011, p.32).

Neste período, pós Margaret Thatcher, na Inglaterra e Reagan nos Estados Unidos da América, o neoliberalismo se expande pelo mundo periférico, e nos países da América do Sul não foi diferente. A grande abertura aos produtos manufaturados importados, políticas de privatizações e de Estado mínimo foram de encontro a qualquer possibilidade de fortalecimento da economia interna ao bloco, extremamente marcada por uma política de regionalismo aberto⁵. Assim, o MERCOSUL surge em um contexto de densa fragilização político-econômica dos países da região. Democracias em processos de reconstrução, altos níveis de absorção de importações que lançava nas economias regionais produtos de difícil concorrência, haja vista seus baixos preços, principalmente produtos da Ásia. No Brasil, a tarifa média de importação que era de 51% em 1985 caiu para 25,3% em 1991 e chegando a 12,6 % em 1995(AZEVEDO e PORTUGAL, 1997), a pressão político-econômica via economias do norte para as vendas de partes estratégicas dos recursos naturais (petróleo, minério e terras, por exemplo) e das grandes estatais a baixos preços, era o quadro situacional no qual se encontrava os primeiros anos do bloco.

Por conta da conjuntura e das especificidades da região, o bloco surge com bastante singularidade em termos institucionais e jurídicos. É evidentemente difícil constituir uma legislação tendo em vista os diferentes e recém-formados aparatos constitucionais dos países membros e associados, que há bem pouco tempo estavam se redefinindo institucionalmente, ainda definindo suas legislações complementares, o que dificultaria a criação, por exemplo, de um órgão legislativo ou jurídico autônomo, próprio do bloco. O Consenso de Washington, em plena hegemonia, previa a total abertura comercial e uma conexão mais plena, no nosso caso, mais dependente, com a economia mundial, qualquer iniciativa integracionista teria dificuldade de desenvolver-se se não fosse de acordo com a perspectiva do Consenso, assim, o regionalismo aberto se torna a política para o bloco. Neste contexto, dificilmente teríamos a construção de um documento que fortalecesse o caráter supranacional em nossos processos de integração regional.

⁵ A CEPAL desenvolve o conceito de o regionalismo aberto no intento de explicar que a integração regional que foi pensada no período pós guerra fria na verdade foi planejada como forma de inserir a região na ordem econômica vigente, via políticas de ampla abertura comercial, ampliação da competitividade e modernização das economias nacionais combinada com políticas neoliberais (CEPAL, 1994).

Com os países do bloco comprometidos com o neoliberalismo, abertura comercial e conexão direta com a economia mundial, sem dúvida, qualquer orientação de um desenvolvimento regional mais equânime não teria força na agenda política do momento. Porém, cabe alertar aqui sobre o peso de dois fatores deste contexto, que compuseram os debates a cerca da integração regional no período, o alinhamento ideológico-dependente dos Governos Sul-americanos do período com o neoliberalismo e os altos níveis de desigualdade social em que se encontravam os países da região. Fatores importantes que Nils Castro (2015) aponta como condicionantes aos tipos de integração que seriam possíveis, uma integração emancipadora ou neocolonial.

Em contrapartida, nossas nações também protagonizaram seus próprios projetos de integração solidária, encaminhada a emancipar-se e ai impulsionar aquele desenvolvimento [autodeterminado]. Lamentavelmente, as variantes exploradoras – pré-coloniais, coloniais ou neocoloniais – prevaleceram por muito mais tempo e isso permitiu maior penetração da cultura dominante em nossos países. (CASTRO, 2015, p.38)

Não obstante o pensamento de Marcos Costa Lima (2011) sobre o mesmo contexto, mas com uma perspectiva de análise dos fatores socioeconômicos nos países do MERCOSUL, traz à tona outros fatores que condicionavam o debate e a necessidade de encaminhar o processo de integração. As grandes diferenças sociais e econômicas encontradas em cada país precisariam ser dirimidas ou o modelo de integração continuaria dependente.

La complejidad característica de un proceso de integración como el Mercosur es ampliada por la excesiva concentración de la renta y de los salarios en los países que lo constituyen, por las fracturas sociales y la subordinación económica al pensamiento y a modelos oriundos de los países del centro.⁶ (LIMA, 2011, p.06)

Considerando estes condicionantes de ordem política e econômica, também pela complexidade de formato que se configuraria o bloco, se determinou um prazo para estabelecimento pleno do bloco, sendo 1994 o limite para que fossem definidas: suas instâncias mínimas, o mapeamento das principais barreiras tarifárias e a formulação de metas econômicas para a região. Porém, o prazo não foi totalmente cumprido.

⁶ A complexidade característica de um processo de integração como o Mercosul é ampliada pela concentração excessiva de renda e salários nos países que a constituem, por fraturas sociais e subordinação econômica ao pensamento e aos modelos originários dos países do centro.

Segundo Caetano (2011) pouco se avançou até meados de 1994, por conta da falta de estudos estratégicos e porque o comércio regional não se adaptaria tão rápido a novas regulamentações. De toda forma, é importante citar alguns avanços, não necessariamente comerciais no bloco: o funcionamento mais programático da Comissão Parlamentar Conjunta – CPC, ainda em 1991, comissão esta que na década seguinte se transforma no Parlamento do MERCOSUL – Parlasul – fortalecendo o teor supranacional do bloco; em 1992 a aprovação do Plano Trienal para o Setor de Educação, com elementos para construção de um tipo “consciência cidadã” (não se tratava de uma política de integração cultural efetivamente) no âmbito do bloco e vários acordos para controles de fronteiras, para a harmonização econômica regional, medidas sanitárias e fitossanitárias, entre 1993 e 1994. Esses são os mais significativos em termos de acordos assinados segundo dados de Lorena Granja (2011).

No mesmo período, o Governo do Presidente norte-americano Jorge W. Bush (Pai) desenvolve a “Iniciativa para as Américas” que, como objetivo principal, aprovaria, na 1ª Cúpula das Américas, dezembro de 1994, o projeto de criação da Área de Livre Comércio das Américas (ALCA). A proposta previa como política principal a livre circulação de mercadorias em toda a América, em um processo de curto prazo, mas gradual. Porém, subjugaria os países, ainda mais, que tinham dificuldades produtivas em escalas plenamente desproporcionais.

Então, é importante não deixar de afirmar que esses poucos atos realizados no início do bloco tinham um vínculo, mesmo que estreito, com a soberania nacional de cada Estado Parte e assim podiam ir diretamente de encontro com as expectativas dos Estados Unidos, principalmente pelo fato de que com o passar do tempo se configurariam em políticas de Estado, não de Governos, dirimindo aos poucos a influência norte-americana.

Em dezembro de 1994 se assina o Protocolo de Ouro Preto – POP. Documento que estabelece alguns avanços de caráter institucional no intento de complementar as instâncias decisórias do bloco, mas, não avança em um ponto determinante, a supranacionalidade⁷,

⁷Sweet e Sandholtz (1998) propõem que os processos de integração regional devem ser compreendidos a partir de dois tipos ideais: Intergovernamental e Supranacional. O tipo ideal intergovernamental aproxima-se da lógica de um regime internacional, em que a cooperação é restrita às relações entre os Estados e voltada para o encaminhamento de questões específicas; as instituições regionais possuem baixa autonomia, operando apenas como facilitadora das negociações; as regras regionais são débeis e não se impõem sobre possíveis interesses nacionais conflitivos; e a participação é limitada aos representantes dos governos, responsáveis por defender um suposto interesse nacional em nível regional. O tipo ideal supranacional, por sua vez, define-se por ser uma articulação de caráter mais amplo, com alto grau de cessão de soberania do Estado em favor das instituições regionais, que são dotadas de autonomia frente aos Estados; as regras regionais possuem caráter vinculativo e obrigatório, impondo-se sobre possíveis divergências nacionais; e há participação ativa de atores transnacionais não-governamentais (SWEET; SANDHOLTZ, 1998; FERREIRA, 2017, p. 78).

deixando o bloco permanecer em estado de alta dependência da intergovernabilidade originária do Tratado de Assunção (AGUERRE, 2009, p. 155).

Alguns órgãos fortalecidos e institucionalizados pelo POP não podem deixar de ser citados, tendo em vista sua importância no período, bem como futura. a) a Comissão de Comércio do MERCOSUL (CCM), mais alto nível deliberativo do bloco, dividindo atribuições com o Conselho do Mercado Comum (CMC), instância máxima do bloco, formado por Ministros de Relações Exteriores e da Economia, com o Grupo Mercado Comum (GMC), é um tipo de secretaria executiva do CMC, cuida integralmente de seus encaminhamentos. O GMC é formado por altos funcionários dos ministérios de Relações Exteriores ou Internacionais, da Economia e dos Bancos Centrais; b) o Fórum Consultivo Econômico e Social que simboliza possibilidades e avanços do bloco, este nasce com o viés puramente comercial e aqui encontra um marco para os debates em torno do desenvolvimento de políticas sociais regionais, de superação das assimetrias socioeconômicas nas quais se encontravam um percentual significativo das populações da região; c) a Comissão Parlamentar Conjunta (CPC), institucionalizada formalmente no POP, fora iniciativa dos Parlamntos Nacionais buscando incidir sobre o bloco, pode ser considerada como um marco nos avanços institucionais, mesmo compreendendo que a comissão tenha sido instituída como mero espaço de ordem consultiva, haja vista o peso da intergovernabilidade em relação a organismos supranacionais (GOMES, 2007).

O POP também foi fundamental, pois, se regulamentou inicialmente instâncias de natureza consultiva e para elaboração de estudos, os quais Gerardo Caetano afirmava serem incipientes, como os Subgrupos de Trabalho (SGT), Comitês Técnicos (CT), Reuniões Especializadas e Reuniões de Ministros. Institucionaliza-se a Secretaria do MERCOSUL como órgão administrativo subordinado ao GMC e se outorga personalidade internacional ao MERCOSUL (POP - art. 34) e regulamenta o mecanismo de internalização e vigência da normativa do MERCOSUL. (CAETANO, 2011, p. 36)

Mesmo estas mudanças institucionais sendo consideradas importantes não se pode perder de vista que elas também são resultado dos limites da intergovernabilidade burocratizadora, das dificuldades em termos de elaboração de informações sobre as economias e dos cenários conjunturais, os quais os Governos ainda precisavam lidar no âmbito doméstico, a título de exemplo, os planos nacionais para superar as crises econômicas internas, o do *Plano Real* no Brasil e o Plano de Convertibilidade na Argentina.

Houve ainda um clima de acirramento interno no MERCOSUL que proporcionou um momento de paralisia em termos de encaminhamentos e efetivação de acordos, protocolos e

ações administrativas no bloco até cerca de 1999, pois as duas maiores economias da região tornaram as negociações bilaterais, seja por sinalizações às propostas de implantação da ALCA, ou por complementação econômica com países externos ao bloco. Assim, as economias menores tiveram suas dificuldades de inserção amplificadas no mercado do próprio bloco e mais fortemente em mercados externos não restando outra opção a não ser procurar outros mercados para fugir principalmente da dependência da economia brasileira. A Argentina gerou uma crise com o governo brasileiro a ponto de suspender todas as negociações em torno do bloco, pois negociava a passos largos sua entrada na Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN), porém não chegou a ser efetivada (CAETANO, 2011, p.39).

1.1 Câmbio Político no MERCOSUL

Não há dúvidas quanto à importância atribuída aos governos eleitos no início do século XXI nos países da região latino americana, 2002 é classificado como um marco histórico para o MERCOSUL. Esse ano pode ser mencionado na literatura como o surgir de um novo ciclo para a região. O então Presidente eleito da Argentina, Eduardo Duhalde, sinalizou a volta das negociações bilaterais com o Brasil, diminuindo as tensões da disputa pela hegemonia regional. Tal sinalização ganhou imediatamente o apoio dos outros membros do bloco, considerando sua dependência do “bem estar” entre as maiores economias, possibilitando por sua vez o retorno das negociações no âmbito do MERCOSUL. Como sinais positivos a essa reaproximação podemos considerar aqui algumas decisões importantes para a institucionalidade do bloco, como o Regulamento sobre Procedimento Geral para reclamações perante a Comissão de Comércio do MERCOSUL, aprovado como anexo ao POP através da Decisão CMC Nº. 18/02.

O debate público sobre o MERCOSUL se amplifica neste período claramente pela retomada de negociações na região, porém no caso brasileiro o bloco viria como tema de debate público pelo por vir das eleições presidenciais. O Governo FHC, então, se propõe a um discurso de teor mais integracionista, discurso que pode ser compreendido como autodefesa devido a aproximação do candidato de oposição aos movimentos pró integração regional e latino americana e ainda as suas críticas aos projetos, os quais o Governo FHC era simpático, e que aprofundavam a dependência e perda de soberania nacional. A ALCA é o exemplo mais emblemático, tendo o então governo enfrentado um Plebiscito Popular em 2002 que rechaçou o projeto (CODAS, JAKOBSEN & SPINA, 2015).

Essa tônica de um Brasil mais pró MERCOSUL que em anos anteriores, pareceu consolidar-se e aprofundar-se durante a campanha eleitoral de 2002, da qual surgiu eleito como Presidente o candidato do Partido dos Trabalhadores, Luiz Inácio Lula da Silva. Este se distinguiu claramente a respeito de seus adversários, entre outras coisas, por um discurso MERCOSUREño e integracionista muito mais decidido e consistente, eixo programático que se confrontou na cédula com o candidato “oficialista” José Serra. (CAETANO, 2011b, p.44)⁸

Passado o período eleitoral no Brasil e eleito o candidato mais integracionista, se reuniu em Brasília, em janeiro de 2003, os presidentes Eduardo Duhalde e Luiz Inácio Lula da Silva, encontro esse que resultou em um comunicado conjunto que daria o tom dessa data por diante em relação aos processos de integração regional, mais especificamente em relação ao bloco.

[...] o MERCOSUL é também um projeto político, que deve contar com a mais ampla participação de todos os segmentos das sociedades dos Estados Parte, hoje representados no Fórum Consultivo Econômico e Social. Coincidem na importância de fortalecer a Comissão Parlamentar Conjunta, e no sentido de avançar, em consulta com os demais participantes, na direção de um Parlamento do MERCOSUL, assim como estudar os possíveis sistemas de representação e formas de eleição (COMUNICADO CONJUNTO, 2003).

Desse marco em diante, o bloco começa a existir em um desenvolvimento programático mais efetivo, agora com um suporte de vontade política mais evidente dos maiores Estados Parte. Na Cúpula dos Presidentes de junho de 2003, em Assunção, o governo brasileiro apresenta a proposta que denomina de “Objetivo 2006”, que dentre as demais propostas do documento para fins desta análise evidenciaremos duas: a) a criação de um “Instituto Social”, posteriormente denominado Instituto Social do MERCOSUL (ISM) para estudos sobre os assuntos sociais da região, os quais já foram mencionados em termos de escassez de estudos conjuntos; b) a intenção de implantar o Parlamento do MERCOSUL realizando eleições diretas em cada Estado-parte até o fim de 2006. Dessa Cúpula, que foi a XXIV, o teor simbólico e abstrato do tom integracionista se transforma em documento oficial.

Em 2004, a criação do Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM) através da Decisão do CMC Nº 45/04 significou possivelmente a principal referência de transformação de uma vontade política em ação concreta na região de um bloco que há poucos anos não apresentava um horizonte claro. Fundo esse para atender as necessidades objetivas dos menores Estados Parte com a atribuição de viabilizar o

⁸ As citações feitas diretamente de textos em língua estrangeira são livres traduções feitas pelo autor da dissertação.

desenvolvimento estrutural desses países reparando as assimetrias regionais, tendo como referencial comparativo as duas maiores economias. E ainda como símbolo do câmbio ideológico verifica-se o teor da Declaração de Princípios do MERCOSUL Social que determina a indissociabilidade das políticas econômicas e políticas sociais, do crescimento econômico com justiça social e o MERCOSUL como um espaço de garantias de direitos e diálogo com a sociedade, aberta a participação da sociedade⁹.

Com a eleição de Tabaré Vázquez, presidente do Uruguai em 2004, reeleição de Lula da Silva em 2006, Cristina Fernández Kirchner eleita Presidenta da Argentina em 2007, após o falecimento do então Presidente Néstor Kirchner, seu esposo, que foi um partícipe na retomada de negociações em torno do bloco, e a derrota que Fernando Lugo impõe ao Partido Colorado no Paraguai, um período progressista se coloca na região e fortalece o tom integracionista. Vejamos que na IV Cúpula das Américas, de 2005, os Estados Parte do bloco, mais a Venezuela, presidida pelo Socialista Hugo Chávez, enterraram de uma vez por todas os intentos dos EUA de implementar a ALCA. Tal ato simbolizou um alinhamento político-ideológico jamais antes registrado na América do Sul quanto ao enfrentamento às políticas do norte. (CAETANO, 2011b, p. 53).

Essa nova reorientação não necessariamente significou que as instituições do MERCOSUL tenham acompanhado no mesmo ritmo e no mesmo grau de aprofundamento as mudanças geopolíticas, tanto no âmbito legal quanto na execução das suas atividades. Cabe lembrar o caráter ainda fortemente marcado pela intergovernabilidade de suas instituições burocráticas e decisórias. Todavia, ela implicou na redefinição dos papéis de atores sociais que compunham as bases sociais destes governos que surgiram na América do Sul no início do século XX.

1.2 Abertura à Participação

Não é difícil perceber, em qualquer área de análise, em termos de ciências sociais, que a base social dos Governos, então alinhados no bloco, é formada por movimentos e organizações que, apesar de uma vasta diversidade de bandeiras, natureza e formas de organização tinham na participação direta e no fortalecimento da capacidade de incidir na elaboração das políticas públicas e nas políticas de Estado uma espécie de agenda comum objetiva. Podemos inclusive prospectar que o surgimento dessas bases, considerando o

⁹ Para maiores informações consultar o site <http://ismercosur.org/mercosul-social/>

período pós-redemocratização, nasce no Brasil com as experiências do Orçamento Participativo no Rio Grande do Sul e se espalha na América Latina a partir do Fórum Social de Porto Alegre. (AVRITZER & COSTA, 2004; AVRITZER, 2014 e PRESTES, 2011). O bloco certamente não estaria livre dessa incidência dos movimentos sociais se considerarmos a atuação da Coordenadoria de Centrais Sindicais do Cone Sul que se articulava em torno do bloco desde o período fenício. Assim não seria incorreto afirmar que essa base social incidiu em certo grau, mesmo que difícil de mensurar, na definição do discurso oficial que incorporava a participação.

Em junho de 2005 sob a Presidência Pró Tempore (PPT) do Uruguai foi apresentada por sua parte o documento “Somos MERCOSUR”, pretendendo estabelecer um conjunto de propostas como a de ampliar os espaços de participação social, incorporando cada vez mais o que Aguerre&Arboleya (2009, p.169) classificam como atores não tradicionais. Na Cúpula seguinte, em 2006, na Argentina, a iniciativa criada no documento, é transformada no “Programa Regional Somos MERCOSUR”. São criadas reuniões nacionais denominadas de pontos focais a fim de realizar debates sobre as pautas do bloco previamente e contribuir na elaboração da programação das cúpulas. Ainda sob a coordenação da PPT da Argentina acontece o que se considera o surgimento das Cúpulas Sociais do MERCOSUL, o I Encontro por um MERCOSUL social e produtivo, contando com a participação significativa de diversos seguimentos da sociedade civil.

Neste período, a criação das Cúpulas Sociais simbolizou a efetivação do discurso oficial, mas essas atividades ainda não faziam parte da institucionalidade do bloco. Neste sentido, que procedimentos determinariam a capacidade da sociedade civil de tomar decisões, ou ter parte delas como atribuição no bloco? Para Gerardo Caetano (2008), a resposta a tal pergunta seria a garantia de consolidação da autonomia em relação a uma possível mudança no alinhamento político da região (CAETANO et al., 2008, p.54).

Em dezembro de 2006, em Brasília, acontece a Primeira Cúpula Social do MERCOSUL, mais de 500 organizações participaram, ampliando significativamente as atividades. Dividida em vários grupos temáticos, que aprofundaram os debates dos encontros anteriores construíram uma declaração a ser enviada à Cúpula dos Presidentes.

No Paraguai, na Cúpula seguinte, os Presidentes mencionaram a importância das Cúpulas Sociais e propuseram que elas se tornassem atividades permanentes da sociedade civil, mas não foram aqui incluídas na institucionalidade do bloco. Propuseram que Cúpulas Sociais acontecessem como a de Brasília, sempre paralelamente às Cúpulas dos Presidentes. Porém, não deixemos de considerar que as PPT's são as responsáveis pelo financiamento,

organização, realização e metodologia das duas cúpulas, tanto a dos presidentes quanto as sociais. Assim, há uma estreita relação de dependência da capacidade e do interesse do Governo que está na PPT em querer, ou, ter capacidade de dar maior ou menor importância a esses espaços. Como exemplos, o quantitativo diminuto nas Cúpulas que acontecem no Uruguai e a que aconteceu no exercício do Paraguai em junho de 2007 em meio ao governo de Nicanor Duarte Frutos.

Sob a seguinte PPT do Uruguai foi proposto que as Cúpulas tomassem um caminho diferente. Deveriam ser resultado de processos permanentes, de encontros nacionais coordenados pelos governos e Pontos Focais, tendo como resultado desses encontros uma agenda proativa que determinasse os rumos das cúpulas, pois, era preciso considerar a difícil capacidade de síntese das cúpulas anteriores dadas as suas proporções (CAETANO et al., 2008, p.53).

Apenas a Cúpula posterior, de Tucumán, Argentina, em junho de 2008, seguiu tal orientação; já a seguinte, em dezembro de 2008, em Salvador, o Brasil o organizou em seminários, mesas redondas e debates com predominância de temas domésticos e não cumprindo com a agenda anterior na sua integralidade.

As cúpulas aconteceram¹⁰ de várias formas distintas desde seu surgimento, com espaços de diálogo e construção coletiva como seminários, mesas redondas, Reuniões Especializadas durante a Cúpula e até feiras de troca ou “*trueques*” como na de Caracas em 2013, com características de espaços autogestionados. Desse modo, cabe afirmar mais uma vez a herança das experiências que os movimentos trouxeram do FSM. Todavia, cabe ressaltar que os fatores que possibilitam essas alterações de modelos e programação, entre uma cúpula e outra, às definem como:

[...] espaços supranacionais nos quais os temas regionais têm primazia sobre os temas nacionais. Elas dão transparência ao processo decisório, conferem adensamento da esfera pública regional na definição de políticas públicas, e consolidam uma cultura democrática da integração. (MARTINS, 2014, p.115)

Mas, em diálogo com Maria Júlia Aguerre (2009) há de se compreender que tais indefinições carregam um problema considerável, a descontinuidade semestral acerca de assuntos importantes quanto a encaminhamentos das propostas para o bloco, ou quanto à institucionalização das demandas da sociedade civil, mesmo que não haja dúvida sobre a

¹⁰ Uso o termo no passado pelo fato de que houve um rompimento na realização das Cúpulas Sociais desde junho de 2017 sobre a PPT da Argentina.

importância emergente que tiveram as Cúpulas, em termos de ampliação da esfera pública sobre o MERCOSUL a promoção de uma identidade regional através do intercâmbio de experiências destes seguimentos sociais.

1.3 As Reuniões Especializadas do MERCOSUL

Compreendido esse “outro lado” da construção (e disputa) da (pela) institucionalidade do bloco, seguimos adiante com a análise de espaços de participação que compõem formalmente o organograma institucional do MERCOSUL sem perder do nosso horizonte a relação que estes têm com as Cúpulas Sociais acima descritas e que por vezes as Cúpulas são o primeiro contato que os atores que vivenciam a agenda social do bloco tem com o bloco.

Em meio a todo esse período em que o MERCOSUL “social e participativo” surge (na verdade antes desse momento de câmbio político) no quadro institucional do bloco o que se passa a chamar de Reuniões Especializadas. Criadas necessariamente para cumprir funções de órgãos auxiliares diretamente subordinados ao GMC, com o objetivo de tratar de setores sociais e econômicos não contemplados nos Subgrupos de Trabalho já existentes. É sempre necessário deixar claro que antes dos órgãos de participação do bloco, melhor, antes de 2003, as poucas participações se restringiam basicamente a consultas a atores sociais, como classifica Guilherme Ferreira (2017), que são objetivamente grupos de empresários e a Coordenadora de Centrais Sindicais do Cone Sul (CCSCS) quando esta se impunha através de pressões políticas. (FERREIRA, 2017, p. 32).

Essas Reuniões nascem com caráter estritamente intergovernamental, permitindo que suas deliberações estejam como atribuições restritas aos representantes governamentais reproduzindo as prerrogativas instituídas pelo Protocolo de Ouro Preto em seu artigo 2º (MERCOSUL, 1994). Todavia, esse caráter intergovernamental tem sido, desde então, um dos principais obstáculos ao fortalecimento do bloco, segundo a literatura (AGUERRE, 2009, GRANJA, 2011). Assim, mesmo estando no que chamamos aqui de período ascensão da participação social, pode ser referenciado na Declaração dos Presidentes do Brasil e da Argentina em 2003.

Convenimos en impulsar decididamente en el proceso de integración regional la participación activa de la sociedad civil, fortaleciendo los órganos existentes,

así como las iniciativas que contribuyan a la complementación, la asociatividad y el diálogo amplio y plural.¹¹(KIRCHNER; SILVA, 2003).

As organizações da sociedade civil apenas garantiam sua participação através de processos reivindicatórios no intento de criar tais espaços a fim de garantir sua participação. Mas, para Martins (2014), elas compõem o que classifica nos marcos do POP, de “mecanismos de participação ampliados”, baseados na lógica de que os atores sociais desenvolveriam um papel permanentemente ativo na elaboração, no acompanhamento e na implementação das políticas públicas regionais. As reuniões especializadas como a maioria das instituições do bloco, excluindo-se os órgãos superiores, não apresentam um formato rígido, o formato de cada reunião depende de uma série de fatores, assim:

[...] se organizam através de Sessões Nacionais que se constituem em cada país membro do Tratado. Em alguns casos essas Sessões Nacionais se limitam a uma Coordenação Nacional exercida pela autoridade governamental, em outros, são integradas por representantes governamentais e do setor da sociedade civil que corresponde ao campo de atuação específico. A composição plural das Sessões Nacionais em algumas reuniões é equitativa entre o setor público e o privado, em outras predomina a representação do poder público. Em muitos casos, nas Reuniões Especializadas estão integradas também por Estados Associados, ou algum deles, especialmente Chile e Bolívia. Essa participação se dá por convite dos Estados Parte ou por solicitação do Estado Associado, e pode ser plena ou limitada ao desenvolvimento de projetos conjuntos sobre tema de interesses comum (AGUERRE e ARBOLEYA, 2009, p.158).

Com cuidado é preciso também distinguir as Reuniões Especializadas dos Subgrupos de Trabalho (SGT's), esses apesar também de subordinados ao GMC tem outras características advindas do período que antecede o POP e, assim, estão vinculados ao mundo econômico distribuídos em áreas como indústria, agricultura, energia, interação produtiva, mineração e geologia além de áreas voltadas a harmonização aduaneira e relações fronteiriças, como as questões de ordem sanitárias. Por outro lado, as Reuniões Especializadas tem um enfoque mais objetivo, elas tratam necessariamente de segmentos sociais específicos como juventude, agricultores familiares, mulheres, cooperativas, cinema e audiovisuais.

Subordinadas ao Grupo Mercado Comum devem assessorar assuntos relacionados aos segmentos que representam, as Reuniões Especializadas podem apenas propor ao GMC a criação de recomendações que, apesar de se tratar na verdade de normas não-vinculantes, sem caráter jurídico necessariamente obrigatório entre os países da região, são documentos que devem orientar as ações e políticas nacionais e regionais, e servem como uma espécie de

¹¹ Aceitamos promover decisivamente no processo de integração regional a participação ativa da sociedade civil, o fortalecimento dos órgãos existentes, bem como as iniciativas que contribuem para a complementação, a associatividade e o diálogo amplo e plural.

“documentos de intenções” que apontam para uma atuação regional conjunta. Essas recomendações obrigatoriamente ainda devem passar pela aprovação do GMC.

Como marco legal da criação das Reuniões Especializadas podemos até considerar a decisão do CMC em sua primeira reunião após o Tratado de Assunção, mas como em vários documentos importantes do bloco não fica bem definido quais as atribuições específicas, os temas a serem tratados e os procedimentos os quais devem reger o funcionamento desses espaços, como observamos na Decisão MERCOSUL/CMC N° 09/91 as Reuniões Especializadas aparecem como quase que um órgão suplementar aos Sub-Grupos de Trabalho.

Quadro 01. Marco Legal da Criação das Reuniões Especializadas

MERCOSUL/CMC/DEC N° 09/91 - REUNIÕES ESPECIALIZADAS	
TENDO EM VISTA:	O artigo 10 do Tratado de Assunção, assinado em 26 de março de 1991.
CONSIDERANDO:	Que a constituição do Mercado Comum do Sul irá requerer o tratamento de temas não incluídos nos Subgrupos de Trabalho estabelecidos no Anexo V do Tratado de Assunção, Que o tratamento de tais temas poderá requerer modalidades operacionais diferentes das dos Subgrupos de Trabalho, tanto no que se refere ao assunto de análises quanto ao caráter dos participantes e periodicidade das reuniões, Que o tratamento dos referidos assuntos poderá requerer a realização de reuniões periódicas com o objetivo de alcançar os fins propostos, de conformidade com os propósitos, princípios e instrumentos do Tratado de Assunção, Que o Conselho do Mercado Comum deve assegurar os objetivos e prazos estabelecidos para a constituição do Mercado Comum, Que o Grupo Mercado Comum propõe a criação de Reuniões Especializadas,
O CONSELHO DO MERCADO COMUM DECIDE:	
	Art. 1 - Criar as Reuniões Especializadas das quais só participarão os Estados Parte para o tratamento de temas vinculados ao Tratado de Assunção. Art. 2 - O Grupo Mercado Comum poderá estabelecer e participar das Reuniões Especializadas que forem necessárias para o cumprimento de seus objetivos. Art. 3 - Facultar ao Grupo Mercado Comum que regule a presente Decisão.

Fonte: ICM

No decorrer do tempo e das conjunturas as quais passaram o formato, a regulamentação e as atribuições das Reuniões Especializadas eram definidas, também, na medida em que eram criadas a partir das reivindicações dos segmentos sociais. E, ainda, em tempos atuais a clareza de tais atribuições é um pouco confusa, como veremos em capítulo posterior quando trataremos da análise das atas de cada uma das reuniões aqui apresentadas.

Por ora, se faz necessário ter um panorama dos espaços de participação em termos atuais, consideremos, então, o organograma.

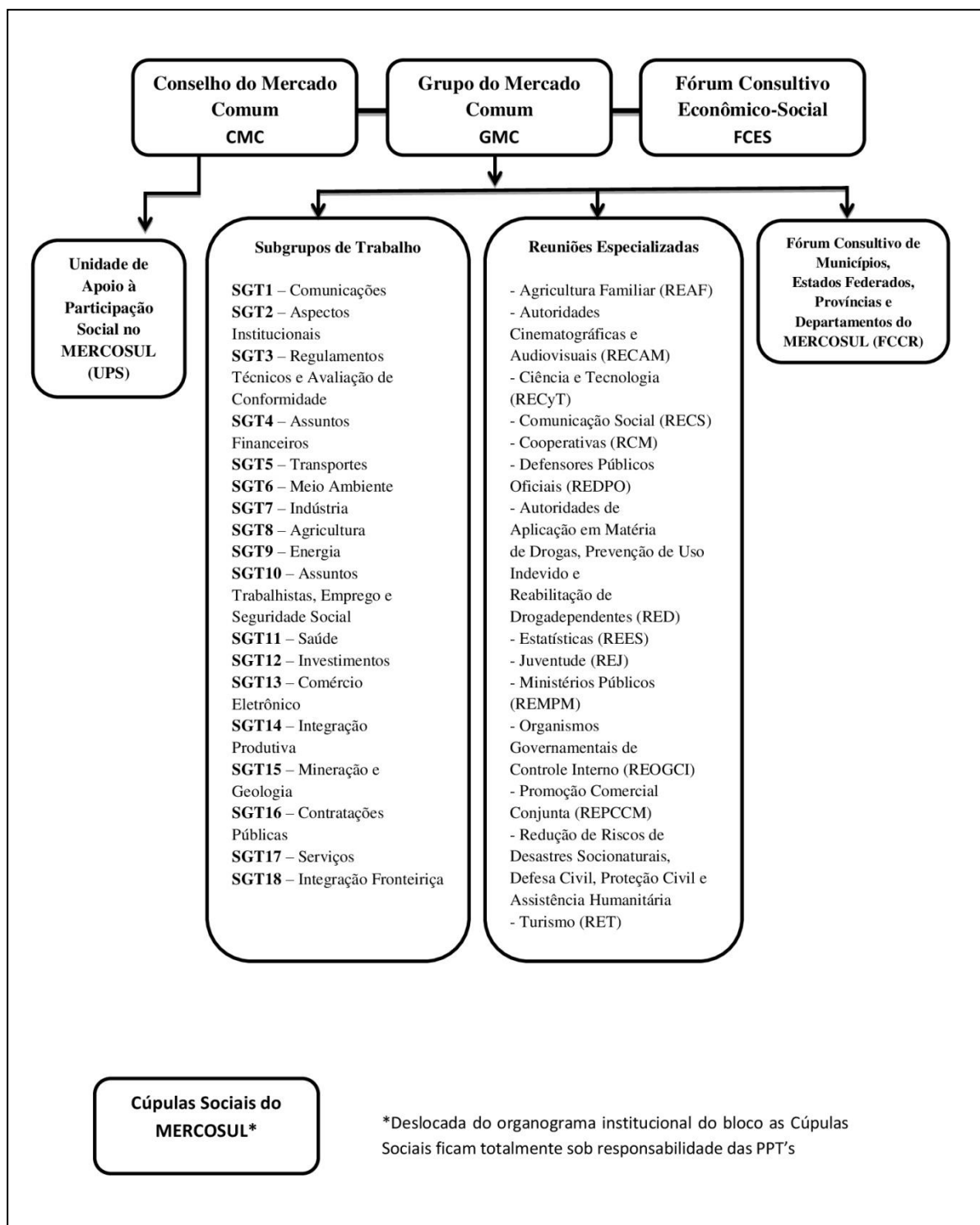


FIGURA 01 - Organograma dos espaços institucionais de participação

Fonte: FERREIRA (2017) e adaptação FIRMINO (2015).

Compreendemos até aqui que as Reuniões Especializadas são consideradas órgãos consultivos de permanente negociação e proposição acerca de áreas temáticas específicas, a

fim de construir de forma participativa a elaboração de políticas públicas regionais. Suas tomadas de decisões são restritas aos representantes governamentais e o seu formato organizacional depende, ainda, da importância que os órgãos superiores atribuem a elas e, da mesma forma, a importância que a PPT de cada país delega a cada sessão das Reuniões Especializadas.

Contudo, além de perceber esses elementos que constituem o desenho político institucional dos espaços de participação no MERCOSUL, em especial das Reuniões Especializadas, precisamos compreender ao mesmo tempo quem são os atores sociais que constroem esses espaços, suas características constitutivas, organizacionais, sua agenda e sua incidência em cada reunião.

1.4 Os Atores Sociais

Há, sem sombra de dúvidas, uma diversidade de espectro muito amplo quando estamos tratando de movimentos sociais, e no nosso caso, possivelmente, essa diversidade seja tão ampla quanto os limites fronteiriços de toda região do MERCOSUL. Certamente porque estamos tratando aqui de segmentos distintos, juventude e agricultores familiares, que carregam em si toda uma variação de agenda e organização e por se tratar de uma região com aspectos culturais e históricos distintos em cada Estado-parte.

Desta forma, trataremos neste momento, em termos conceituais, cada um dos segmentos sociais os quais trata esta pesquisa no intento de esboçar os aspectos gerais que compõem cada segmento em termos regionais, sem necessariamente pretender estabelecer conceitos rígidos e definitivos para eles.

1.4.1 Agricultores Familiares

Considerando os Agricultores Familiares podemos aqui compreender que em termos de constituição histórica do segmento temos alguns aspectos gerais que são inerentes ao segmento em toda região. A vinculação com o campesinato, mundo do trabalho, relação com a propriedade e não propriedade da terra e a contraposição em relação ao modelo de desenvolvimento agropecuário de moldes de larga escala e industrial, ou, agronegócio em detrimento de uma agricultura sustentável baseada em um modo de vida que tem a família como núcleo econômico e cultural (WANDERLEY, 2003 e 2014). Desta forma, distinguimos

os agricultores familiares de uma forma de produção social que hoje detém a maior parcela de ocupação e produção no meio rural.

A vinculação com campesinato pode ser compreendida, sociologicamente, pelo antagonismo entre os modelos de produção que compreendem a agricultura, não pelo fato de que outrora o campesinato foi considerado sinônimo de pobreza, exclusão, trabalho precarizado ou segmento social totalmente dependente do Estado (WANDERLEY, 2014), mas por carregar consigo uma série de valores, costumes, práticas e conhecimentos advindos de uma herança campesina e de sua centralidade na unidade familiar (FERNANDES, MEDEIROS, PAULILO, 2009)

[...] o campesinato pode ser visto de uma maneira mais restrita, como uma forma social particular de organização da produção. Fala-se, neste caso, de uma agricultura camponesa, cuja base é dada pela unidade de produção gerida pela família. Esse caráter familiar se expressa nas práticas sociais que implicam uma associação entre patrimônio, trabalho e consumo, no interior da família, e que orientam uma lógica de funcionamento específica. Não se trata apenas de identificar as formas de obtenção do consumo, por meio do próprio trabalho, mas do reconhecimento da centralidade da unidade de produção para a reprodução da família, através das formas de colaboração dos seus membros no trabalho coletivo – dentro e fora do estabelecimento familiar –, das expectativas quanto ao encaminhamento profissional dos filhos, das regras referentes às uniões matrimoniais, à transmissão sucessória etc. (WANDERLEY, 2003, p. 45)

Ainda tratando do aparato conceitual desenvolvido por Margareth Wanderley (2003) se torna imprescindível não classificar os camponeses como uma profissão em si, mas um modo de vida construído a partir da relação que o núcleo familiar estabelece com o meio produtivo e a terra. Todavia compreender que e a agricultura familiar passa por processos de modernização de formação técnica e especialização profissional o que, junto à sua inserção no mercado, o estabelece como um ator social moderno, sem necessariamente ter decomposto sua cultura camponesa, assim, agricultor familiar é o camponês que se modernizou sem perder a lógica de produção familiar e toda a carga cultural que ela carrega. Compreende-se como uma complementariedade entre os conceitos.

Assim sendo, mais importante é perceber que, apesar da heterogeneidade referida, todas estas situações concretas apontam para a existência, no meio rural brasileiro, de produtores agrícolas, vinculados a famílias e grupos sociais que se relacionam em função da referência ao patrimônio familiar e constroem um modo de vida e uma forma de trabalhar, cujos eixos são constituídos pelos laços familiares e de vizinhança. É a presença desta característica que nos autoriza a considerá-los camponeses, para além das particularidades de cada situação e da conexão (ou superposição) das múltiplas referências identitárias, assumindo que os conceitos de

campesinato e agricultura familiar podem ser compreendidos como equivalentes. (WANDERLEY, 2014, p. 31)

Possivelmente por tal complementariedade, segundo Wanderley:

Nos dias atuais percebe-se a revalorização das categorias “camponês” e “campesinato”. Isso ocorre, sobretudo, no interior dos próprios movimentos sociais, que as associam à profunda crítica aos processos da modernização conservadora e à crescente valorização das práticas agroecológicas. (WANDERLEY, 2014, p. 31)

Mas, observamos ainda que quando consideramos em uma análise uma extensão territorial em dimensões regionais tendo em vista a diversidade que há em cada Estado-parte do bloco, há aqui uma impossibilidade de análise se não consideramos colonos, indígenas, povos das florestas e comunidades tradicionais como camponeses e agricultores familiares de diferentes graus de modernização (CERQUEIRA, 2015). O que implicaria em uma inviabilidade analítica caso uma pesquisa sociológica sobre tal objeto pretendesse se utilizar de uma elaboração de tipos ideais, de certa rigidez, em termos weberianos.

Continuando, percebemos de forma muito clara, em qualquer estudo sociológico sobre camponeses e agricultores familiares, que há uma estreita relação entre esses e a luta pela terra. Podemos citar, a título de exemplo, as Ligas Camponesas do interior do nordeste brasileiro há quatro décadas, conflito de El dourado dos Carajás ou a luta por demarcação de terras do povo Mapuche no Chile e os GuaraníKawioás no Brasil contemporâneo. Seja pelos modelos de colonização, espanhola e portuguesa, que tomou posse das terras indígenas ou pela institucionalização do latifúndio através das leis de terras que alijaram os camponeses e agricultores familiares do direito a terra, o fato é que historicamente esse seguimento construiu seu modo de vida em uma luta de resistência ao latifúndio monocultor. (FERNANDES, MEDEIROS, PAULILO, 2009).

Esse processo excludente configurou uma realidade que segundo o senso agropecuário brasileiro de 1996 apesar de os estabelecimentos rurais familiares somarem um total de 85,2% dos estabelecimentos, são apenas 24,3% das terras agrícolas no Brasil. (WANDERLEY, 2014, p. 33). A partir dessas características e desse contexto histórico surge na América Latina uma gama de Organizações Sindicais e Movimentos Campesinos que tem, não só a luta por melhores condições de participação no mundo econômico vigente, financiamento, assistência técnica ou melhora dos serviços públicos nas zonas rurais (redução e saúde principalmente), mas também uma série de organizações e movimentos que constroem uma

contraposição aos modelos de desenvolvimento vigentes nos marcos do capitalismo global. (NOGUEIRA, 2011, p. 98).

Todavia, podemos e vale registrar pela natureza do objeto em estudo, que há em termos de decisão do MERCOSUL uma definição do que é Agricultura Familiar:

Art. 1 – Os agricultores/as destinatários das políticas públicas diferenciadas dirigidas ao setor da agricultura familiar serão aqueles cujos estabelecimentos cumpram, no mínimo, todos e cada um dos seguintes critérios:

- I) a mão-de-obra ocupada no estabelecimento corresponderá predominantemente à família, sendo limitada a utilização de trabalhadores contratados;
- II) a família será responsável direta pela produção e gestão das atividades agropecuárias; e residirá no próprio estabelecimento ou em uma localidade próxima;
- III) os recursos produtivos utilizados serão compatíveis com a capacidade de trabalho da família, com a atividade desenvolvida e com a tecnologia utilizada, de acordo com a realidade de cada país.

São também parte da agricultura familiar, desde que respeitados os critérios enumerados acima, os produtores/as rurais sem terra e os beneficiários/as dos processos de reforma agrária ou programas de acesso e permanência na terra, bem como as comunidades de produtores/as que fazem uso comum da terra. (Resolução GMC N ° 25/2007)

Tal resolução do GMC que estabelece os critérios de reconhecimento da Agricultura Familiar é resultado direto dos processos que se desenvolvem no âmbito da REAF que trataremos no decorrer da pesquisa.

1.4.2 A Juventude

A sociedade moderna modificou e acelerou o processo de categorização das fases da vida, para os Estados, à pretensão de obter resultados que favorecesse maior organização para as políticas públicas voltadas a cada categoria, para os movimentos juvenis, uma possibilidade de garantir reconhecimento. Porém, outras implicações vieram juntas dessa categorização, maior organização entre as categorias no escopo da sociedade civil em meio à luta por seus direitos e suas demandas por parte do Estado e da sociedade ampla. Assim, a juventude enquanto categoria vem à tona nos últimos anos pelo seu reconhecimento enquanto indivíduos que são sujeitos de direito e agentes de desenvolvimento, mas também por uma série de significados atribuídos a ela. Devemos ainda aqui mencionar que no caso da juventude esse processo de categorização está vinculado ao desenvolvimento da sociedade civil e não

distante disso, que esta última não pretende em si exercer o poder político, mas certamente ter influência em espaços que estão submetidos à lógica do poder político como afirma Habermas (REESE-SCHAFER, 2009).

Mas, em se tratando de juventude em seus aspectos gerais e, mais especificamente, a juventude da região do MERCOSUL, podemos considerar, antes de tudo, alguns dados, os quais nos trazem as reais dimensões de seu peso econômico, social e político. Os jovens representam 25,58% (número atingido em 2012) de nossa população segundo a Organização Internacional de Juventude para a Iberoamérica (OIJ), tomando como referência a maior população jovem da região, essa população jovem brasileira, corresponde a 51 milhões de pessoas, em se tratando de MERCOSUL temos uma população jovem de 82,74 milhões de pessoas. Ressaltamos que estes dados da OIJ levam em consideração as divergências das legislações de cada país em relação às faixas etárias às quais consideram a condição juvenil. No Brasil, a Emenda Constitucional 65/2010 conhecida como PEC da Juventude e reforçada pelo Estatuto da Juventude (Lei Nº 12.852, de 5 de Agosto de 2013) regulamentam a idade juvenil entre 15 e 29 anos, essa faixa etária se repete na maioria dos países da região, mas encontramos algumas pequenas divergências como no Uruguai, 15 aos 30 anos e na Venezuela, dos 15 aos 35 anos. (BIG DATA, OIJ).

Consideremos ainda os dados quanto ao percentual de jovens urbanos e rurais na região, pois um total médio de 90% da população juvenil da região vive no mundo urbano, tendo em vista que esses dados podem ser considerados como elementos condicionantes às formas de organização e mobilização dos movimentos juvenis, como veremos mais adiante, ou mesmo a própria condição da realidade juvenil. Vejamos que parte significativa dessa população vive em situação de vulnerabilidade social, se observarmos alguns dados sobre a violência e a educação, por exemplo, o PNAD de 2007 que mostra que mesmo diminuindo progressivamente em média 0,5% ao ano, o analfabetismo entre os jovens brasileiros, é de 10% nos dias atuais. Caso essa progressão tenha acompanhado esse ritmo ainda seriam 5% de jovens analfabetos, chegando ao patamar de 10% dos estados do Nordeste brasileiro. Segundo o “Mapa da Violência 2011”, do Ministério da Justiça e da coordenação da Campanha Nacional Contra o Extermínio da Juventude são assassinados diariamente, em média, 54 jovens no país, assim, ao menos 19.710 assassinados no ano de 2011, destes, 93,3% eram homens e 77% eram negros, estes dados tem aumentado ano a ano.

Há de fato uma construção acerca da juventude na qual o senso comum muitas vezes define a categoria juvenil com os mais diversos (pre)conceitos e estereótipos, por sua vez, difundidos principalmente pela mídia, que trata a juventude como um período de rebeldia,

tendencioso ao desvio, ou, como um estilo de vida vinculado ao consumo, 26,9% dos jovens brasileiros acreditam que a melhor definição da juventude é “moda e aparência” (ABRAMOVAY, ANDRADE & ESTEVES, 2007), e ainda como um período de moratória(não vinculação) às responsabilidades da vida adulta, pois esse pensamento já se torna absurdo pelo simples fato de que ainda no período da adolescência muitos indivíduos já têm responsabilidades e atividades que seriam especificamente “adultas” como a paternidade, maternidade e o trabalho.

Constata-se esta contradição pelo fato de a sociedade, por um lado, ser “juventocêntrica”, em que ser jovem se tornou um modelo cultural valorizado e consumido por todos, estando nesta condição ou não; por outro, quando se verificam os jovens concretos e também reais, percebe-se a existência de preconceitos e estereótipos que são reiterados em diferentes espaços. Um exemplo é a ideia de irresponsabilidade e imaturidade visivelmente difundida para falar do conjunto dos jovens, enquanto a violência e o desvio são estigmas que recaem para grupos específicos da população (CLEMENTINO, 2009, p. 56).

Em termos sociológicos a juventude foi e é amplamente estudada, Karl Mannheim inaugura o que viria a se chamar “sociologia da juventude” apresentando o ensaio “O problema das gerações” em 1928 preocupado necessariamente em investigar as mudanças geracionais, transmissão de bens culturais às gerações posteriores (FEIXA & LECCARDI, 2010) e a revitalização da dinâmica social (MANNHEIM, 1982). Mais adiante, na década de 1960, Bourdieu e Passeron iniciam pesquisas sobre o mundo estudantil, que no período em questão se encontrava em evidência política. Em “*o tempo e o espaço no mundo estudantil*”, 1964, analisam como que “a condição de estudante permite quebrar os padrões temporais da vida social ou mudar-lhes a ordem”(BOURDIEU, 1968). Para eles, as relações de tempo e o espaço dentro do universo estudantil (europeu) se diferenciam quando tomamos as outras categorias sociais como marco referencial, e evidencia-se quando tal referencial também é condicionado pelo elemento etário. Segundo Silva, o tempo requerido para os estudos permite ao estudante vivenciar situação diferenciada dentro da sociedade em relação a outros grupos sociais. A juventude (estudantes) “vivem no ritmo do ano universitário”, determinado pelo ritmo dos estudos, mas desconsiderando em parte outros aspectos da vida social. (SILVA, 2011).

Todavia, consideraremos aqui o marco sociológico em termos regionais, quando tratamos de juventude em estudos que partem da sociologia brasileira é necessário empreender leitura sobre a produção de Marialice M. Foracchi(1965) quando no mesmo

período em que Bourdieu escreve “O Estudante e a Transformação da Sociedade Brasileira” onde propõe que a juventude seja interpretada enquanto categoria social em si, não apenas enquanto elemento do mundo estudantil. Para Foracchi(1965),a juventude é inevitavelmente uma fase da vida, mas ainda uma força social a qual se classifica como renovadora.

[...] a juventude representa, efetivamente, uma força dinamizadora do sistema social que, associada a outras nele operantes, acaba por transformá-lo. Coube a abordagem sociológica investigar esta constelação singular de fatores que legitimava essa possibilidade, outorgando-lhe viabilidade histórica. Um desses fatores constitui, sem dúvida, no fato de que a juventude envolve, também, um estilo próprio de existência e de realização do destino pessoal. (FORACCHI, 1965, p. 303)

A autora se refere nestes termos à juventude quando trata das pressões exercidas socialmente sobre o jovem e a pressão exercida pelo jovem sobre a sociedade no fim do seu estudo sobre os estudantes na sociedade brasileira. Quando caminhamos para uma leitura sociológica mais contemporânea, se tratando de juventude na América Latina dificilmente escaparemos das leituras do sociólogo uruguaio Ernesto Rodriguez, diretor do *Centro Latinoamericano de Juventud* (CELAJU), nos últimos vinte anos ele tem estudado a juventude da região e as políticas públicas voltadas à categoria juvenil e avalia que os governos e entidades que tratam da temática ainda não romperam com a perspectiva que tem a juventude como um embaraço a ser resolvidos com políticas educacionais, formação técnica e emprego, que, em suma, são geralmente mal articuladas intersetorialmente e não logram resultados relevantes. Para Rodriguez (2008) é necessário ter a juventude como um potencial ator estratégico de desenvolvimento chave para as transformações sociais necessárias. (RODRIGUEZ, 2008).

Contemporaneamente, o debate na sociologia latino americana tem pretendido estudar a juventude como “protagonista” de sua história e agente político que se evidencia via grandes mobilizações e pela participação em espaços institucionais. Elisa Guaraná (2009) analisa o surgimento da Pastoral da Juventude Rural (Brasileira) como agente emergente na agenda política nacional a partir de suas inserções nos espaços institucionais como o Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE) e na sua agenda de atividades nacionais (assembleias e congressos). Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay (2009) realizaram uma importante pesquisa com a juventude que participou das etapas municipais, estaduais e a nacional da 1ª Conferência Nacional de Juventude, priorizando perceber como a juventude se percebe, nos mais variados âmbitos da vida social em relação às questões de classe social, cultura e identidade.

Esse debate acerca do conceito de juventude se torna imprescindível aqui nesta pesquisa pelas especificidades da categoria juvenil, tendo em vista o caráter temporal e etário, determinante para a condição juvenil, independentemente da área que esteja investigando, que aliado ao contexto político, econômico e social, no qual determinada juventude investigada esteja inserida, poderá apresentar uma pluralidade de expectativas sociais construídas acerca dela, como também de posicionamentos políticos, revelando uma gama de organizações e bandeiras de luta distintas no mesmo espaço físico, institucional e local, o que se tornará mais evidente se levarmos em consideração um debate que acontece em uma região onde a densidade demográfica juvenil é tão ampla como é o caso do MERCOSUL.

Assim, compreendamos, para fins desta investigação, a juventude como uma categoria social de sujeitos de direitos de determinada faixa etária, entre 15 e 29 anos, completamente heterogênea que carrega em si a responsabilidade de várias imposições sociais as quais lhe são atribuídas a depender da classe social ao qual se encontra ao passo que vivencia modos de vida próprios, que não necessariamente são os propostos pelas gerações anteriores e por vezes tendem a romper com esses.

Todavia, para prosseguimento desta pesquisa se compreende fundamentalmente necessária a observação de que trataremos de organizações e movimentos sociais que são representantes destas categorias há pouco expostas, e que, carregam no desenvolvimento de suas atividades próprias ou nos espaços institucionais a que dedicam esforço e mobilização de recursos, várias características “consustanciais” (HIRATA, 2014) inerentes à condição de jovens e de agricultores familiares. Com especial atenção à efemeridade temporal (etária) da condição juvenil e a não necessária vinculação de suas formas de organização à luta de classe, trabalho, renda ou produção e por sua vez em se tratando de agricultores familiares a não necessária efemeridade de sua condição, mas sua evidente vinculação à luta de classe, trabalho, produção e renda.

2. NO TERRENO DAS REUNIÕES

2.1 Acerca do Método

Para realizar esta pesquisa, como mencionado no aporte do capítulo introdutório, dedicaremos tempo e esforço teórico na leitura e análise das atas das Reuniões Especializadas, REJ e REAF. No entanto, foi extremamente necessário conhecer o panorama geral de desenvolvimento político institucional do MERCOSUL, que o levou a construção de um modelo institucional híbrido¹², inserindo novos atores e novos temas, mas mantendo fortemente o caráter comercial, intergovernamental em termos de gestão e modo de tomada de decisões (FERREIRA, 2017, p. 38), contudo, aberto à participação destes atores, os marcos conceituais acerca das categorias sociais aqui investigadas e a complexidade de quadro institucional nada rígido quanto ao método burocrático-administrativo no qual estão inseridas desde meados dos anos 2000. Assim seguiremos alguns passos procedimentais de ordem metodológica.

1) Realizar um detalhamento descritivo sobre os atores sociais que estão presentes nestes espaços, quem são, quais entidades representam, período de permanência em reuniões ou intermitência na participação, países de origem, quantidade de registros de falas (não há registros como falas) e temas que propõe ao debate nas reuniões.

a) Essas observações podem esclarecer fatores importantes para esta pesquisa, com ele pretendemos perceber principalmente se há divergências, e quais seriam entre a agenda dos representantes da sociedade civil e dos governos e, ainda, se há divergência na agenda das categorias em questão, tanto internamente, no âmbito das Reuniões Especializadas, quanto na agenda histórica própria dessas categorias. Também nessa leitura pretendemos observar a capacidade de incidência de cada categoria sobre as decisões.

2) Em segunda ação a análise se dedicará à leitura detalhada dos documentos no intento de observar padrões a título de formato de registros, continuidade e descontinuidades de agenda.

¹² Termo usado com frequência na literatura sobre o MERCOSUL para tratar da pluralidade de atores inseridos no contexto e a complexidade institucional que além dos países membros e associados, organismos internacionais, Bancos, se inserem os atores dos movimentos sociais, ONG's centrais sindicais, micro e grandes empresas.

b) Tal procedimento pode nos trazer à luz o quanto o modelo de reunião, sua agenda e resultados podem ser (ou não) variáveis de acordo com o Estado Parte que está na PPT, e por assim na coordenação dos trabalhos da Reunião Especializada em questão.

3) Em seguida cabe a esta pesquisa atentar para os registros nas atas acerca das tomadas de decisões e encaminhamentos internos, às instâncias superiores e ainda a instituições fora do escopo institucional do bloco.

c) Procedimento no qual se analisará a capacidade de tomada de decisões, os níveis de fortalecimento institucional de cada Reunião Especializada, os atores sociais de maior incidência nas tomadas de decisão, verificar a construção de vínculos, parcerias e apoio de outros organismos para além do bloco.

O aporte teórico-metodológico que nos possibilitará percorrer este caminho será necessariamente os estudos já mencionados relacionados especialmente a análise do desenvolvimento da institucionalidade do MERCOSUL como Federico Gomensoro (2011), Maria Julia Aguerre (2009) e Gerardo Caetano (2011), ainda voltado a institucionalidade, porém mais dedicado às questões de procedimento e tomadas de decisões e o extenso estudo de Lorena Granja (2011), ainda neste escopo, mas com uma investigação mais próxima de nossa pesquisa Guilherme Ferreira (2017) que desenvolve uma análise no âmbito das relações internacionais com um foco analítico nas dinâmicas de interação entre os governos e as organizações do campo na REAF. Mas, todas essas produções também pode ser complementadas pelas diversas análises que encontramos nos anais do último Congresso FoMerco (2017), coordenado por José Renato Vieira Martins, tendo em vista a larga produção encontrada que foi produzida por pesquisadores de várias áreas de investigação, mas especialmente dos que perceberam a singularidade institucional do bloco ao inserir novos atores nos espaços de negociação.

Como resultado, para o capítulo seguinte, teremos os parâmetros que nos condicionará ao debate acerca das teorias dos movimentos sociais, sobre o paradigma entre os movimentos sociais “clássicos” e os novos movimentos sociais, a relação entre esse paradigma, identidade de classe e reconhecimento. O que em termos de hipótese pode ser determinante nos resultados no fortalecimento institucional de cada uma dessas reuniões de maneira distinta.

Mas, nesta pesquisa se faz, ainda, necessária a inserção, entre os conceitos epistemológicos e metodológicos; ao vincular teoria com estratégias de pesquisa próximas do objeto, com foco, sobretudo, na natureza das estruturas e processos encontrados no âmbito das reuniões estudadas. Desta forma, o uso de métodos mistos, ou não muito ortodoxos em se tratando de sociologia, não se estabelece necessariamente em observações epistemológicas

sobre os conteúdos imprescindíveis para determinada investigação, e, também não se apresenta sobre a validade e autenticidade dos resultados. Porque depende necessariamente da natureza dos fenômenos em questão e do grau de aproximação e de conhecimentos que o pesquisador tem em relação com o objeto (KELLE, 2001).

Desta forma, consideramos aqui que toda abordagem de fenômenos sociais devem estar impreterivelmente relacionadas à natureza dos fenômenos em análise, pois, os conceitos metodológicos isoladamente não dão conta de responder qual método específico deve ser utilizado para investigar determinado fenômeno social, e, no caso desta pesquisa, ainda mais evidente por conta da excepcionalidade dos fenômenos inseridos em uma institucionalidade complexa, recente e em fase de incertezas quanto a sua consolidação. Assim, este estudo se ancora nas concepções de Kelle(2001) quanto ao tratamento de complementariedade entre técnicas de investigação qualitativas e quantitativas considerando as características objetivas e subjetivas do objeto em questão.

Como material central desta pesquisa tomaremos as atas das duas Reuniões Especializadas em questão referentes aos anos de 2007 a 2015 considerando que este período compreende a primeira ata da REJ, 2007 é o limite de um novo e complexo período de dificuldades políticas no âmbito do MERCOSUL que se inaugura na perda do Mandato de Fernando Lugo no Paraguai em 2012 e se estabelece com a instauração do Golpe que retira o mandato de Dilma Rouseff no Brasil, em 2015, a eleição de Mauricio Macri, na Argentina, com um programa distante de uma agenda pró Integração Regional e a crescenteposição contrária à participação da Venezuela, potencializada pelo Governo que sucedeu Dilma Rouseff e apoiada pelos Governos da Argentina e Paraguai.

Consideremos então os seguintes quadros de atas para fins desta pesquisa. Tendo em conta que as atas referentes à Reunião Especializada de Juventude foram cedidas ao pesquisador (desde a investigação monográfica) pela então Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República do Brasil por solicitação via e-mail e que elas estão disponíveis no site do bloco ou em qualquer meio público de ordem digital. Quanto às atas da REAF se pode ter acesso irrestrito no endereço da reunião na internet em uma galeria específica.

QUADRO 02. Atas analisadas da REJ.

ATA	PPT	CIDADE	DATA
Sessão 1	Brasil	Rio de Janeiro	18/01/2007

Sesión2	Uruguay	Montevideu	16/11/2007
Sesión3	Argentina	Buenos Aires	23/06/2008
Sessão 4	Brasil	Salvador	14-16/12/2008
MERCOSUL - IX REJ / Acta Nº 01/12	Brasil	Brasília	2-3/12/2012
MERSOCUR / X REJ / Acta Nº 01/13	Uruguai	Montevideu	29/05/2013
MERCOSUL/PPTB/REJ/ATA Nº 02/2015 (XII-REJ)	Brasil	Brasília	13-14/07/2015

Fonte: (FIRMINO, Matheus. 2015).

QUADRO 03. Atas analisadas da REAF.

ATA	PPT	CIDADE	DATA
VIII REAF – ACTA Nº 02/07	Uruguai	Montevideu	25/10/2007
IV REAF – ACTA Nº 01/08	Argentina	Buenos Aires	01-02/07/2008
XREAF – ATA Nº 02/08	Brasil	Rio de Janeiro	26-27/11/2008
XI REAF – ACTA Nº 01/09	Assunção	Paraguai	04/06/2009
XII REAF – ACTA Nº 02/09	Montevideu	Uruguai	04/12/2009
XIII REAF – ACTA Nº01/10	Mar del Plata	Argentina	04/06/2010
XIV REAF – ATA Nº 02/10	Brasília	Brasil	19/11/2010
XV REAF– ACTA Nº 01/11	Assunção	Paraguai	03/06/2011
XVI REAF – ACTA Nº 02/11 Não disponível			
XVII REAF – ACTA Nº 01/12	Buenos Aires	Argentina	04-07/06/2012
XVIII REAF – ATA Nº 02/12	Caxias do Sul	Brasil	15/11/2012
XIX REAF – ACTA Nº 01/13	Atlántida	Uruguai	27-30/05/2013

XX REAF – ACTA ° 02/13	Caracas	Venezuela	26-28/11/2013
XXI RAFA – ACTA N° 01/14	Posadas	Argentina	24-27/05/2014
XXII – ACTA N° 02/14	Montevideú	Uruguai	03-05/12/2014
XXIII REAF –ATA N° 01/15	Brasília	Brasil	18/05/2015
XXIV REAF – ACTA N° 02/15	Assunção	Paraguai	27-27/11/2015

(Disponíveis em <http://www.reafmercosul.org/biblioteca/actas>)

2.2 Que Organizações estão nas Atas

Em relação às organizações da sociedade civil, movimentos sociais e organismos internacionais que participaram das reuniões tomemos primeiramente as que permearam o âmbito da REJ se fazendo ainda necessário, traçar um perfil da sua diversidade de representações e perceber quais os níveis de mudanças dos representantes dessas organizações entre uma reunião e outra, esta leitura também deve considerar as representações governamentais considerando que também há registros de mudanças de representações.

Todavia, consideremos que de início encontramos um obstáculo relativo em relação à REJ, pois não há assinaturas ou registros de qualquer natureza de toda gama de entidades que se fizeram e estiveram presentes em todas as atividades da Reunião, as atas em sua larga maioria são assinadas apenas pelos representantes governamentais e que esta pesquisa teve acesso a apenas duas listas de presença.

Dessa forma, necessitamos considerar as assinaturas em documentos como Cartas e Declarações construídas a partir da participação da sociedade civil, participações que por vezes não estiveram nas regras estabelecidas pelo Regimento Interno da Reunião (REJ, REGIMENTO INTERNO, 2007), que estabelece que os representantes da sociedade civil sejam eleitos em processos internos em cada país, coordenados pelos órgãos que conduzem as devidas Políticas Públicas de Juventude e, ainda, que por vezes as assinaturas são apenas das organizações e não em nome dos representantes enquanto indivíduos.

Em algumas reuniões, jovens de movimentos sociais participaram por ocasião das sessões que acontecerem em meio a Cúpulas Sociais do MERCOSUL como foram os casos das sessões de Salvador (2008) e Foz do Iguaçu (2010). Podemos considerar estas sessões

citadas anteriormente como as sessões com maior representatividade e somar ainda as organizações que se fizeram presentes na XII sessão em Brasília em dezembro de 2012.

Tomemos em conta que somadas as representações que se estiveram na IV (12/2008) e na IX (12/2012) sessões da REJ, estiveram presentes quarenta e quatro organizações da sociedade civil. Este número certamente é mais significativo considerando que nesse intervalo sete sessões foram realizadas e mais entidades podem ter participado e, como não há disponibilidade de todas as listas, foi preciso dedicar mais esforço nesta parte da investigação na análise das duas em questão, porém, não desconsiderando a soma total de representações da sociedade civil registradas apenas com o nome da entidade, que totalizam quarenta e nove entidades (APÊNDICE I – Quadro04). Desta forma a análise sobre os níveis de alternância de representações da sociedade civil na REJ ficam especificamente condicionada ao escopo de 70% do universo total destas representações.

No processo de leitura e observação das especificidades dos documentos analisados precisamos estabelecer critérios que demonstrassem de forma simples e o mais objetiva possível os níveis de alternância das representações das Reuniões, tendo em vista, principalmente, as dificuldades de informações obtidas nos documentos referentes à REJ e algumas ausências de informações nas listas de presença da REAF. Assim, consideramos que:

- A) Uma participação – nível considerável de alternância;
- B) Duas participações – nível médio de alternância;
- C) Três participações – nível baixo de alternância;

É preciso ainda compreender que em se tratando da REJ estamos incluindo na análise destes níveis de alternância de representações, por vezes, entidades que assinaram os documentos apenas enquanto organização e não registrando quais e quantas pessoas destas organizações se fizeram presentes. E quanto ao tratarmos dos níveis de alternância em termos de REAF estamos falando de organizações que estiveram presentes e registraram a presença das pessoas que lá as estavam representando, contudo, observe-se que as listas de presença da XIV REAF – Brasília – 2010, da XIX REAF – Atlântida – 2013 e da XXIII REAF – Brasília – 2015 não estão disponíveis no site da REAF (três atas entre as dezesseis analisadas) e que a lista de presença da XXI REAF – Posadas – 2014 não consta os nomes das organizações da sociedade civil, foram registradas apenas como “Organización Social”, exceto das organizações argentinas. Da mesma forma, a lista de presença da XXII REAF – Montevideo – 2015, desta vez incluindo até mesmo o nome de algumas organizações governamentais do

país que estava sob a Presidência Pró Tempore (possivelmente um erro burocrático, simples, mas considerável para esta pesquisa).

Começando pelos níveis de alternância de representações no âmbito da REJ a sociedade civil apresentam de início algumas características bastante distintas das representações governamentais. Do universo de quarenta e nove organizações que passaram pelas sessões da Reunião, quarenta e três delas podemos considerar que tiveram um baixo nível de alternância de representação, porém, essa baixa alternância é necessariamente vinculada ao alto nível de descontinuidades de presença das organizações em reuniões seguidas. Pois, essas trinta e nove organizações que representam 79,5% das organizações de juventude presentes participaram de uma única sessão da REJ, neste que período em questão. As demais organizações que consideramos com um nível considerável de alternância, 20,5%, participaram de apenas duas sessões da REJ, porém, não com os mesmos representantes necessariamente. Quanto à nacionalidade destes movimentos e organizações evidencia-se uma preponderância na presença de entidades brasileiras e argentinas, respectivamente, 26 e 10 organizações destes países, o Uruguai com 2 entidades, 2 entidades sem indicação de nacionalidade e as demais registram-se como organizações Internacionais e entidades Supranacionais como são os casos da Comissão de Jovens da Coordenadoria das Centrais Sindicais do Cone Sul e da Organização Ibero-americana de Juventude – OIJ. (APÊNDICE I - Quadro 04)

Em se tratando das representações governamentais presentes da REJ, mesmo não sendo objeto central desta investigação tornam-se consideráveis as observações por alguns aspectos que serão mencionados a seguir. O universo total de representantes de organizações governamentais presentes na REJ é de onze, a larga maioria destes organismos são Instituições Nacionais de caráter governamentais, especificamente criados para criar, desenvolver ou coordenar políticas públicas de juventude em seus respectivos países. Secretarias Nacionais, Institutos ou Vice Ministérios representam um pouco mais de 50% dos organismos presentes. Dois Ministérios de Relações Exteriores (Argentina e Venezuela), um Ministério de Desenvolvimento Social (Uruguai), Ministério do Desenvolvimento Agrário (Brasil) e o Instituto Social do MERCOSUL de caráter supranacional.

Em termos de participação há um nível de presença significativo, tendo em vista que, como visto anteriormente, as Reuniões Especializadas são órgãos de natureza supranacional e que tem suas decisões e gestão sob responsabilidade dos Governos Nacionais, podendo inserir a participação da sociedade civil para fins de consulta e elaboração conjunta de políticas específicas. Brasil, Argentina e Uruguai estiveram presentes nas sete sessões da REJ em que

se debruça esta pesquisa. Quanto ao nível de alternância de representantes ele é considerado Médio em termos quantitativos e possivelmente se explica pela coincidência entre o período das sessões aqui estudadas e as mudanças de governos nacionais. Como exemplo, podemos ter as alternâncias de representantes da Secretaria Nacional de Juventude da Presidência da República do Brasil, que em um primeiro momento foi feita por Beto Cury, durante o Governo “Lula I”, Danilo Moreira no “Lula II” e Severine Macedo no Governo “Dilma I”. (APÊNDICE I – Quadro05).

A partir deste ponto cabe considerar, por vias destes dados, às observações quanto ao paradigma sobre as novas formas de movimentos e organizações proposto por Ernesto Rodríguez (2008), necessariamente tratado em relação à juventude, observando a partir dele inserção das organizações de juventude na reunião.

Tomemos em conta as entidades que estiveram presentes na REJ e registraram participação na REJ e teremos encontrado apenas dezessete delas, ou em termos percentuais, 34,6%, que podemos identificar¹³ como novas formas de organizações tal como redes, fóruns ou coletivos que surgem a partir de uma agenda específica, plural ou condicionada há apenas uma pauta específica, seja ela conjuntural ou não. Observamos então uma inserção considerável, porém não tão decisiva, em termos quantitativos, comparando com a significativa presença de organizações de formato mais clássico, como as organizações estudantis, organizações vinculadas às centrais sindicais, federações e organizações de classe.(APÊNDICE I – Quadro 04)

A partir deste ponto, desta série de dados a respeito da REJ, das organizações que passaram por suas sessões e o “trânsito” de entidades e representações destas, registradas em seus documentos, podemos nos debruçar sobre os mesmos tipos de informações a cerca da REAF, que apresenta de forma bem evidente uma gama de informações consideravelmente distintas quando comparadas às informações da REJ. Contudo, cabe neste capítulo a exposição dos dados investigados, deixando a análise mais aprofundada para o capítulo seguinte.

Consideramos importante registrar que diferentemente das atas e documentos da REJ, o acesso às atas e documentos da REAF foram significativamente mais fáceis, um número maior de atas foi encontrado disponível no sítio da Reunião e o detalhamento das atas segue um padrão mais definido, trataremos deste ponto um pouco mais adiante. Mas, não perdemos de vista que assim como na análise dos documentos da REJ, encontramos alguns obstáculos

¹³ Identificações feitas a partir de consultas a sítios da internet, páginas das organizações nas redes sociais e através contato direto do pesquisador com membros das organizações.

de natureza parecida nas atas e documentos da REAF. Como mencionamos acima, em algumas atas não consta a lista de presença dos participantes e em outros casos as representações estão listadas apenas como “Organización social” ou como delegação governamental, a saber, a XIV REAF – Brasília – 2010, a XIX REAF –Atlántida – 2013, a XXIII REAF – Brasília – 2015, XXI REAF – Posadas – 2014 e a XXII REAF – Montevideo– 2015. Desta forma, assim como na REJ, é preciso considerar uma margem de erro quanto aos dados apresentados, mas, neste caso em uma proporção menor pela quantidade de atas analisadas que é mais elevado.

Em termos iniciais em se tratando da REAF consideremos que o universo total de representações da sociedade civil nas sessões que ocorrem no período aqui estudado é de 111 organizações, e, quanto às representações governamentais temos 66 representações. Diferentemente dos registros da REJ, as atas da REAF possibilitou, ainda, termos um valor bastante aproximado de quantas pessoas passaram pela reunião representando essas organizações e os governos, tendo em vista apenas as dificuldades acima citadas. Todavia, encontramos nos registros a assinatura de 357 pessoas representando a sociedade civil, ou seja, uma média de 3,27 pessoas por entidade. Quanto às representações governamentais temos um total de 259 e uma média de 3,92 pessoas por órgão governamental. Dentre as organizações de sociedade civil podemos também perceber uma significativa participação de entidades e organismos internacionais que acompanharam a sessões da REAF de modo efetivo, descontínuo ou esporádico. Essas organizações representaram cerca de 16% das representações da sociedade civil, dentre elas estão Bancos, Fundos de Financiamento Rural, Consultorias e Institutos, todos de caráter internacional.(APÊNDICE 1 – Quadro 06)

Em relação aos dados quanto aos níveis de alternância de representações das organizações na REAF podemos afirmar a princípio que são bastante distintos em relação aos da REJ. As organizações da sociedade civil, em se tratando de números gerais participaram pelo menos de 2,6 sessões da Reunião. Todavia, esse número é “puxado” para baixo por dois fatores: a) 10 entre 18 organizações internacionais participaram de apenas uma sessão; b) há um número expressivo de organizações locais que participaram de apenas uma sessão da REAF quando da oportunidade de uma sessão a ser realizada em seu país, por exemplo, os “Voceros” da Venezuela, a Rádio Roquete Pinto do Brasil e o “Movimiento Nacional Campesino Indígena” da Argentina. Mas, quanto aos níveis de alternância das representações das organizações da sociedade civil vamos aqui desconsiderar as organizações que participaram apenas de uma sessão, pois não há como o resultado desta ser um nível de alternância diferente da classificação como baixo. Dentre as organizações presentes nas listas de presença

um total de 52, ou 46,8% delas, participaram de mais de uma sessão da REAF. Assim, temos 34 (65,3%) organizações consideradas com Baixo nível de alternância, 15 (28,8%) com o nível de alternância Médio e duas (3,8%) com Considerável nível de alternância.

Quanto ao perfil das organizações que participaram das reuniões da REAF no período aqui investigado podemos afirmar, sem dúvida alguma, que há uma diversidade significativa nas formas de organizações, todavia, há uma predominância importante de organizações vinculadas ao mundo do trabalho e organizações de classe como Federações, Confederações, Cooperativas e Associações. Assim, como o perfil das organizações que estiveram na REJ se torna imprescindível compreender que tipo de organizações compuseram a REAF para que posteriormente possamos fazer uma análise das pautas presentes nos debates internos das reuniões e as suas vinculações com os tipos de demandas apresentadas por distintos formatos de organização.

Como verificamos 61 organizações presentes nos documentos podemos considerar como organizações vinculadas ao mundo do trabalho, organizações de classe ou de cooperativismo, compreendendo assim 54,9% do universo total de organizações da sociedade civil, destas 61 organizações, 29 delas participaram de apenas um sessão da REAF (na oportunidade de a sessão ter sido em seu país), assim, podemos afirmar que cerca de 26,1% destas representações é que se fizeram mais presentes em reuniões seguidas da REAF. Deste escopo de entidades apenas 11 delas são consideradas como de Média alternância de suas representações e 18 com um nível de alternância Baixo. Estas organizações estiveram em média em 4,9 sessões da REAF e em termos de quantidade de indivíduos que representaram estas organizações temos uma média de 7,2 de pessoas por organização, número significativamente elevado quando comparado aos de outros tipos de organizações. Analisando agora a outra parte das organizações presentes na REAF, ou seja, 45,1 % delas, encontraremos uma gama relevante de formatos, desta metade, percentualmente inferior de entidades, encontramos 15, ou 13%, de organizações de caráter internacional como o FIDA, Fundo Internacional de Desenvolvimento Agrícola, Foro Rural Mundial e o Centro Latinoamericano de Economia Humana. Destas organizações metade delas apresentam um nível Baixo de alternância de representações e o FIDA se destaca pelo alto índice de participação em sessões da REAF, 13 no total e com 07 indivíduos representando a organização.

Encontramos também inseridas nas sessões da REAF organizações de tipo “menos clássico”, que podemos enquadrar como novos movimentos sociais, que apensar de dialogarem com as questões do mundo do trabalho e economia vinculados a atividade da

agricultura familiar (com exceção da uruguaia Red Mujeres Rurales e Asociación de Mujeres Rurales Argentinas Federal – AMRAF, Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste – Brasil), não são necessariamente da área. Em especial temos as Redes, Fóruns e ONGs como a ActionAid, o Fórum Mundial de Povos Pescadores (WFFP), Organización Mainumby – Pueblos Originarios e Mujeres em Accion. Essas organizações reúnem um total de 24, ou 21,4%, as quais somam juntas, um baixo nível de participações em sessões seguidas ou mesmo descontínuas, com exceção das organizações de mulheres que apresentam um nível mais elevado, como exemplo a AMRU, participando de 07 sessões, Red de Mujeres Rurales, participando de 06 sessões e o Movimento da Mulher Trabalhadora Rural do Nordeste com 05 sessões registradas.

Há ainda, dos registros os quais esta pesquisa deve fazer constar aqui, é sem dúvida alguma a presença de vários pesquisadores de diversas universidades, porém, em sua totalidade, brasileiras. Em sessões distintas da REAF, 08 (ou 7,2), universidades contaram com a presença de pesquisadores inseridos neste espaço, todavia a única que se destaca pelo alto nível de participação é a Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, presente em 09 sessões. Há ainda uma pequena margem de aproximadamente 3,5 de organizações presentes na REAF às quais não foi possível identificar enquanto tipo ou formas de organização. (APÊNDICE 1 – Quadro 06)

Agora, pós-detalhamento da presença da sociedade civil na REAF, precisamos ter um panorama da presença de representantes dos Governos Nacionais no âmbito da reunião como fizemos anteriormente na REJ. Em números gerais, considerando também a presença de representações de instituições de caráter supranacional temos um universo de 66 órgãos como Ministérios, Secretarias de Governos, Frentes Parlamentares, Comitês Nacionais, Institutos e Bancos. Esses órgãos somam um total de 37,2% das representações que compuseram as sessões da REAF durante o período em que a pesquisa se dedicou. De início, nos documentos de qualquer uma das sessões analisadas há duas informações que se evidenciam facilmente: i) a presença numericamente superior de representantes das Secretarias e Ministérios e dedicados à agricultura familiar da Argentina e Brasil, repetitivamente a Secretaría de Agricultura, Ganadería, Pesca, Alimentos y Forestación – SAGPYA e o Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA; ii) presença significativa de representantes de Governos que não compõem o MERCOSUL, governos como o de Cuba, Costa Rica, México e República Dominicana estiveram presentes e até mesmo uma representação europeia foi feita pelo Governo da Itália. (APÊNDICE I – Quadro 07).

Os Governos da Argentina e Brasil se fizeram presentes nas 15 sessões aqui analisadas, representadas pelos órgãos mencionados a pouco, por tratarem da política voltada

ao segmento da agricultura familiar, estes órgãos também foram ao que mais representantes enviaram às sessões da REAF. O MDA com 42 representantes e a SAGPYA com 37. Quanto aos níveis de alternância de representantes nas sessões da reunião o MDA registra um nível Baixo, mesmo considerando que no período em questão três governos se sucederam no Brasil, a SAGPYA muda um pouco de perfil com um registro considerado Médio.

O registro mais distinto em relação à alternância de representantes é observado quando verificamos a presença do Paraguai que apesar de ter participado de um número relevante de sessões apontou um nível Considerável de alternância de representantes, cabe, sem dúvida alguma, deixar claro que também no caso do Paraguai se passaram três governos no período das sessões em questão (2007-2015). Por sua vez, o Uruguai registra a participação em oito sessões e tem um nível de alternância considerado Médio, no período o Uruguai também passa por três governos nacionais, e, em se tratando de membros plenos a Venezuela (suspensa temporariamente do bloco) participa de cinco sessões com um nível de alternância registrado como Considerável. Há também uma característica recorrente em relação à quantidade de participantes de órgãos de governos que assim como os representantes da sociedade civil se fazem mais presentes quando da oportunidade da sessão da REAF ser realizada no seu território, contudo, é necessário lembrar que estes órgãos são os responsáveis pela coordenação dos trabalhos quando seu país está sob a Presidência Pró Tempore e, assim, é exigido um esforço a mais em termos de participação.

Estes dados acima apresentados são referentes às representações dos Estados Parte do MERCOSUL, na qualidade de membros plenos, mas quando consideramos o universo total de representações temos a presença de 259 pessoas e uma participação de uma média de 3,9 indivíduos por órgão e uma média de participação em 3,3 sessões da REAF, média essa que é consideravelmente puxada para baixo por estarem contabilizados aí os dados de participação de Estados Associados, Estados convidados e organismos de caráter supranacional dos quais apresentam em sua maioria apenas uma ou duas participações. (APÊNDICE I – Quadro 07).

2.3 Continuidades e Descontinuidades da Agenda

Após o detalhamento em torno de quem esteve presente nas sessões da REJ e da REAF, por quantas vezes se fez presente e que tipos de organizações participaram destes espaços, cabe, para interesse desta pesquisa, a partir deste ponto, se debruçar sobre as agendas que permeiam os registros deste âmbito da institucionalidade do MERCOSUL. Tendo como tarefa principal conhecer a incidência dos segmentos sociais aqui estudados sobre os espaços

de participação criados a partir de suas reivindicações, além de saber quem está ou esteve participando, também se torna imprescindível conhecer a agenda que está em questão nestes espaços, a ligação desta agenda com as demandas dos Movimentos Juvenis e de Agricultores familiares, as continuidades e discontinuidades dessa agenda e ainda as semelhanças e diferenças entre a agenda das duas Reuniões Especializadas.

Para termos maior clareza do que se busca aqui nesta investigação é preciso estabelecer alguns pontos de ordem metodológica quanto à análise da agenda feita a partir das pautas que constam nas atas das Reuniões em questão. Em primeiro plano foi definido que é preciso se dedicar aos pontos comuns nas agendas das Reuniões em termos mais amplos quanto ao tipo de demandas encontradas. Assim, foram verificados alguns tipos de pautas que seriam comuns às duas Reuniões, por suas recorrentes aparições e ainda por também estarem presentes em outros espaços, sejam eles outras Reuniões Especializadas, Cúpulas Sociais ou Fóruns, Conferências ou encontros vinculados à participação da Sociedade Civil no MERCOSUL. E, em um segundo momento, observar como os determinados temas se fazem presentes nas duas reuniões, contínua ou descontinuamente. Há neste ponto da pesquisa a necessidade de explicar que um número significativo de itens das pautas não foram considerados como relevantes por se tratarem muitas vezes de itens como “avisos, informes, notas e moções”, itens de ordem corriqueira na maioria dos espaços de participação de movimentos sociais. E, ainda era pretensão dessa pesquisa, conseguir identificar os propositores de determinadas pautas e verificar a continuidade destas a partir das proposições sistemáticas dos atores sociais em questão, todavia, uma barreira foi encontrada e inviabilizou este procedimento, pois, apenas em algumas atas da REJ, nas que foram elaboradas no formato de relatos, há a identificação do propositor da pauta. Desta forma, o que conseguimos extrair em termos de uma relação entre tipo de pauta e propositor é a vinculação das pautas com entidades e organizações que compõem o campo social e político dentro do espectro dos temas abordados nas atas.

Estudando detalhadamente os conteúdos encontrados nas atas da REJ e da REAF e verificando as recorrências de pautas específicas nas sessões das duas Reuniões Especializadas encontraremos dois tipos amplos de pautas que consideramos como relevantes para este estudo, um destes tipos amplos são as pautas vinculadas às questões de identidade e reconhecimento e o segundo tipo de pauta de caráter mais amplo é aquele de pautas que estão vinculadas aos debates e ações que dizem respeito ao fortalecimento institucional das próprias Reuniões Especializadas ou do bloco como um todo. Mas, para fins desta pesquisa o estabelecimento de algumas categorias mais específicas de tipos de pautas se tornou

necessário para que fosse possível avançar na análise sem correr o risco de que os dois tipos amplos, mencionados anteriormente, não dessem conta do nível de clareza que a pesquisa impõe, então consideremos a partir de agora as seguintes categorias em termos de temas de pauta das reuniões:

- 1) Identidade, Reconhecimento e direitos;
- 2) Integração Regional;
- 3) Fortalecimento Institucional;
- 4) Produção, Renda e Financiamento;
- 5) Parcerias, Pesquisa e Cooperação.

Tratando, então, da leitura das atas da REJ cabe lembrar que estamos tratando de um escopo de documentos numericamente inferior em relação aos documentos inerentes à REAF, mas, são de um mesmo período como explicado em aportes anteriores. Portanto, há uma necessidade de tratarmos desses dados, por vezes em termos percentuais, com vistas a uma melhor leitura comparativa, como no tópico anterior sobre a participação das organizações.

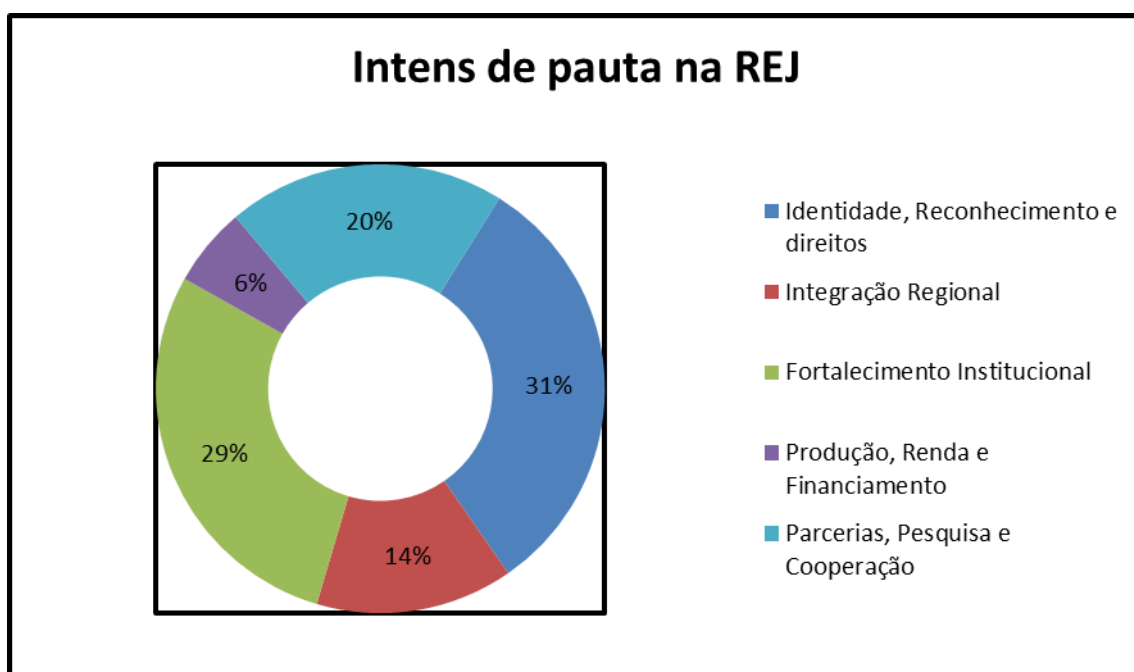
Iniciando a análise sobre as pautas encontradas nas atas nos deteremos neste primeiro momento ao conteúdo encontrado nas atas da REJ, a fim de seguir a lógica das abordagens anteriores iniciadas com as análises referentes à juventude. Consideremos, então, o universo de 35 itens de pauta que se encaixam nas categorias mencionadas acima e que podem ser verificadas na tabulação de dados no APÊNDICE II – Quadro 08. Observemos, ainda, que neste total de 35 itens de pauta dois deles foi de um documento apresentado pela sociedade civil em paralelo ao documento final da VIII– REJ02/10 realizada em Foz do Iguaçu, por ocasião da situação de excepcionalidade, em que nesta sessão da REJ a Sociedade Civil e os Governos realizaram debates em separado (Ver pág – XX). Para termos uma melhor percepção do esforço implicado em cada um dos tipos de pautas presentes, ou, mais necessariamente, o grau de importância em que se encontra nos registros das atas dedicados a cada um destes tipos de pautas, foi elaborado gráfico com o percentual de cada um dos tipos de atas.

Em se tratando da REJ, de início, encontramos a evidente presença de pautas inerentes às questões de Identidade, Reconhecimento e Direitos com 31% de domínio nos debates das sessões da Reunião (Ver Gráfico – 01). Enquanto que no período em que este tipo de pauta é predominante nas sessões da REJ consideremos que ele se estende da Sessão 01 até a VIII – REJ02/10, todavia, como é verificado nos registros das atas, a que a pesquisa teve acesso, há uma ausência de documentos neste período, pois não contamos com as atas da 5ª, 6ª, e 7ª

sessões da Reunião. Desta forma, além de uma descontinuidade deste tipo de pauta que encontramos a partir da 9ª sessão (MERCOSUL – IX REJ / Acta Nº 01/12), precisamos considerar a “descontinuidade de documentos”, como alertada em momentos anteriores da pesquisa.

Como segundo tipo de pauta que teve mais presença nas sessões da REJ registra-se sobre o Fortalecimento Institucional com 29%, que tem quase a mesma proporção da anterior, mas, em termos de continuidade de sua presença nas sessões, este tipo de pauta se fez mais presente em sessões contínuas da Reunião, registrando ausência em apenas duas sessões, respectivamente a Sessão 01 e a VIII – REJ02/10.

Gráfico – 01



Fonte: ANPÊNDICE II.

Sigamos nas observações dando destaque agora aos outros tipos de pauta que se fizeram presentes nas sessões, mas, com um percentual menor de presença nos registros das atas. O terceiro tipo de pauta que encontramos nos registros são os que tratam de Parcerias, Pesquisa e Cooperação com um total de 20% do conteúdo em questão, esse tipo de pauta está presente em quase todo o universo de documentos aqui analisados com exceção da ata da VIII – REJ02/10. Em seguida, temos as pautas referentes à Integração Regional que compreendem um total de 14% dos itens encontrados, todavia, está registrado com um alto grau de descontinuidade nas pautas da REJ, fazendo parte de apenas quatro atas de sessões distintas.

Por último, com apenas 6% do total de itens de pauta verificados nas atas Produção, Renda e Financiamento são componentes de debates e registros em apenas uma das atas da REJ, mais precisamente na MERSOCUR / X REJ / Acta N° 01/13.

Considerando essa leitura de caráter percentual, importante para as implicações desta pesquisa, por se tratar de uma análise comparativa entre dois espaços institucionais, é necessário também ter em conta, de maneira complementar, algumas especificidades desta agenda e das descontinuidades de suas pautas por se tratar também de espaços institucionais dedicados a categorias sociais tão distintas. Então, cabem aqui algumas observações importantes acerca dos tipos de itens das pautas, tomemos por agora perceber que os itens referentes à Identidade, Reconhecimento e Direitos, 31%, não necessariamente apresentam uma linha de debates referentes a um tema específico. Como exemplo, temos o item 05 da Sessão 01 que trata da necessidade de elaboração de uma Declaração dos Direitos dos Jovens no âmbito do MERCOSUL, na sessão seguinte da REJ há apenas um registro de item que trata deste tipo de pauta, porém, não é sobre essa Declaração, o item 04 da Sesión 02 trata da necessidade de ampliação do direito à participação dos movimentos juvenis nas sessões da REJ.

Ainda sobre estes tipos de pauta na Sessão 03 elas ressurgem no item 05 que trata da necessidade de criação de uma agenda estratégica acerca dos direitos da juventude, mas, a “Declaração dos Direitos dos Jovens no âmbito do MERCOSUL” não reaparece. Quando vamos ao segundo tipo de pauta mais presente nas sessões, Fortalecimento Institucional com 29%, nos deparamos com uma série de propostas com fins a fortalecer a Reunião diante da institucionalidade do bloco, os itens 2; 3; 6 e 7 da Sesión 03 trata disso, todavia, na sessão seguinte da REJ, no item 08, apenas a ampliação da participação da sociedade civil é retomada do item 06 da sessão anterior.

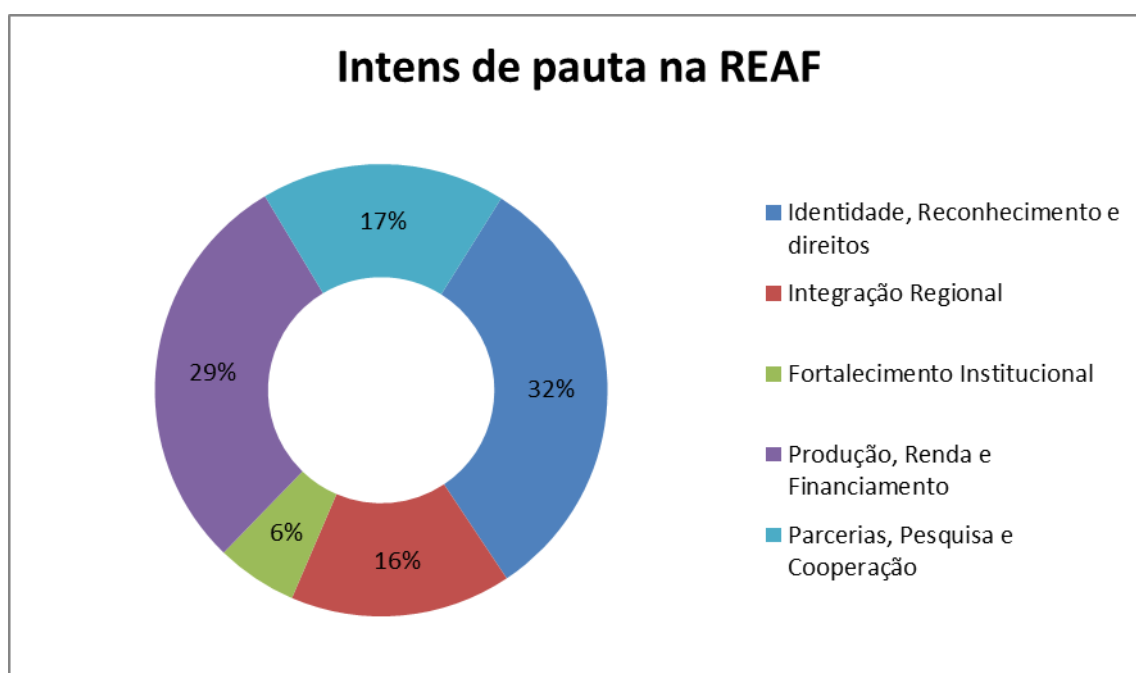
8 - O firme propósito de manter e ampliar os espaços de participação da sociedade civil em todas as Sessões da REJ, garantindo acesso à informação, a transparência e a prestação de contas, no entendimento de que essa participação confere legitimidade e sustentabilidade às decisões da Reunião Especializada; (REJ, Sessão 04, Salvador – 2008, Acervo Pessoal do Pesquisador).

Mas, há ainda sobre este ponto uma observação. Vejamos que apesar deste item de pauta tratar de questões referentes ao Direito de participação dos jovens, o item demonstra que o direito em questão pode ser um aferidor substancial de legitimidade à institucionalidade em questão, à REJ. Dando continuidade, vamos até as pautas referentes às Parcerias, Pesquisa

e Cooperação, ou 17% dos itens, neste aspecto bem definido, a grande maioria destes itens tratam da cooperação técnica de organismos nacionais de juventude, com o objetivo maior de viabilizar um diagnóstico acerca da realidade da juventude do bloco. Todavia, em nenhum dos itens é possível observar uma confirmação dos andamentos destas cooperações técnicas, por outro lado, a partir dos itens das três últimas sessões verificamos que há uma cooperação mais evidente com a Organização Ibero-Americana de Juventude (OIJ), como podemos verificar no item C da MERCOSUL/PPTB/REJ/ATA Nº 02/2015 (XII-REJ), que trata da criação de um Observatório da Juventude em parceria com a OIJ e a CEPAL. Contudo, nos registros ainda consta como uma proposta que está em níveis de diálogo ainda, sem nenhuma ação formal, tal como termos de cooperação ou documento do tipo já assinado ou aprovado.

Retornando para as atas da REAF, também retomaremos as leituras em termos percentuais dos tipos de pautas que encontramos nos registros das sessões da REAF que estão sob a pesquisa, mas, diferentemente do que encontramos nos documentos da REJ, teremos aqui a possibilidade de tratar de uma documentação que segue uma sequência quase que sem pontos “obscuros”, pois, temos acesso como verificado no Quadro 03, a um universo quase que contínuo de documentos onde verificamos a ausência de apenas uma das atas, a XVI REAF– ACTANº 02/11. Assim, podemos afirmar que em comparação com a REJ, a análise acerca das continuidades e discontinuidades da agenda da Reunião é bem mais precisa, no caso da REAF. Vejamos o gráfico a seguir.

Gráfico – 02

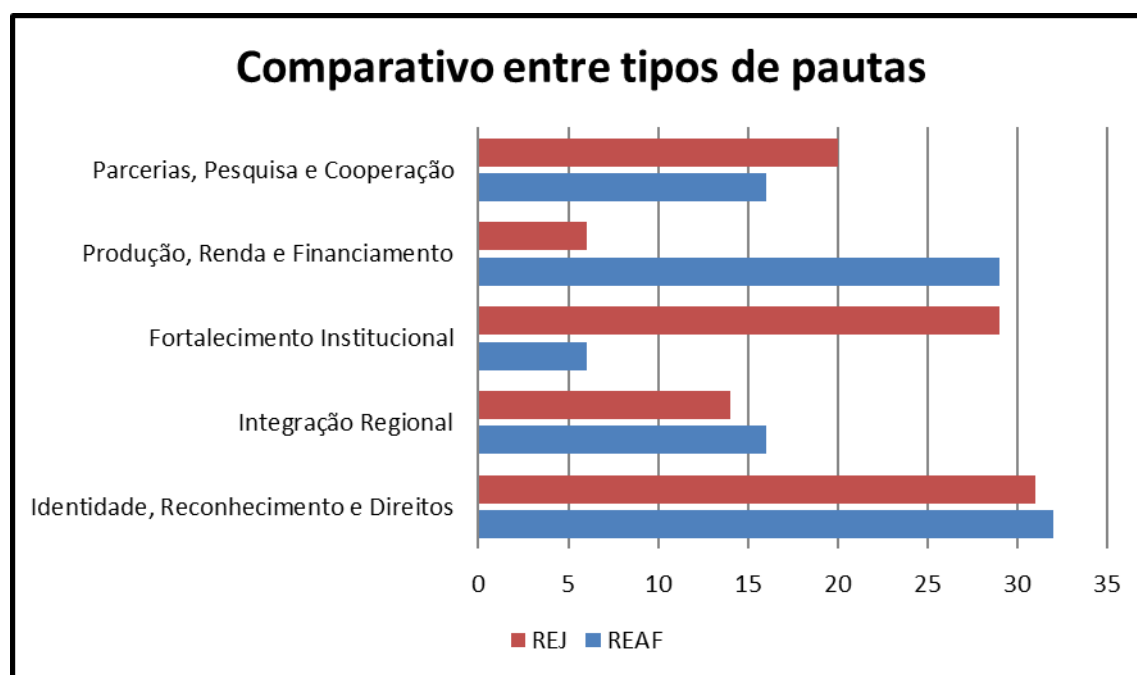


Fonte: APÊNDICE II.

Tomando então como referência o gráfico acima podemos perceber de certo modo o tempo e esforço dedicado no âmbito da REAF para os tipos de pauta que também foram tratadas no âmbito da REJ, mas ainda neste campo mais objetivo podemos desde já apontar algumas diferenças, as quais se aprofundam quando vamos aos conteúdos específicos das pautas, veremos a seguir. Todavia, trataremos neste momento de alguns pontos, pautas, que as aproximam. Nas sessões da REAF encontra-se um volume de 32% de itens de pauta dedicados às questões de Identidade, Reconhecimento e Direito, na REJ o índice é de 31%, quando tratamos de itens relacionados às questões de Integração Regional um percentual de 16% das pautas da REAF, não muito distante na REJ encontramos um percentual de 14%, em termos de pautas referentes às Parcerias, Pesquisa e Cooperação temos 17% e 20% respectivamente.

A partir dos próximos tipos de pautas é que podemos perceber as distinções entre a agenda das Reuniões Especializadas aqui investigadas. Como podemos verificar no gráfico abaixo o espaço que pautas acerca de Produção, Renda e Financiamento e as de teor vinculado ao Fortalecimento Institucional são inversamente proporcionais no âmbito das duas Reuniões.

Gráfico – 03



Fonte: APÊNDICE II.

Vejamos que enquanto na REJ dedica-se esforço a temas de Produção, Renda e Financiamento em um concentrado de 6% de sua agenda, na REAF esse concentrado chega

à 29%, e, por um lado, o espaço ocupado quando tratamos de Fortalecimento Institucional nas sessões da REAF o seu conteúdo chega a apenas 6%, por outro lado na REJ encontramos um teor de pautas que chega à 29%. Veremos mais adiante que essa proporção inversa pode evidenciar algumas questões significativas para fins desta pesquisa, mas, se torna também significativo trazer à tona que em relação à REAF todos os tipos de pauta que aqui categorizamos e demonstramos nos gráficos anteriores encontramos uma continuidade singular. Nas atas de todas as sessões da REAF podemos verificar itens que dizem respeito a todas as categorias aqui elencadas, diferentemente do que encontramos nas atas da REJ, onde por vezes algumas categorias de pautas sequer estão presentes.

Considerando então, que há em todas as atas da REAF uma singular continuidade em relação a todas as categorias e tipos de pautas, mas também, precisando algumas particularidades encontradas. Quando nos debruçamos sobre os itens de pauta da categoria Identidade, Reconhecimento e Direito no âmbito da REAF, vamos encontrar a predominância de uma agenda referente a dois temas específicos, Juventude Rural e Igualdade de Gênero, a presença destes temas segue, inclusive, uma sequência metodológica observada nas atas pesquisadas, pois, Juventude Rural é, em quase todas as atas registradas, como o terceiro ponto tratado nas sessões e Igualdade de Gênero segue o mesmo princípio, sendo quase sempre o sexto ponto de debate nas sessões da Reunião. Também é imprescindível considerar que há nos registros das atas o desenvolvimento da grande maioria dos itens debatidos e a possibilidade de verificação da materialização das pautas. Como exemplo, a realização de um Curso de Formação para Jovens Rurais que tratou, em vários módulos, de assuntos vinculados a participação dos jovens, inclusão destes ao meio produtivo, direito a terra e continuidade na vida do campo (Ver item – 5.1 da Ata X REAF – ATA Nº 02/08 e item 05 da Ata XIV REAF – ATA Nº 02/10). Em relação às pautas sobre Igualdade de Gênero, uma gama de atividades como mesas, simpósios e seminários foram realizados e ainda encontramos registros de disputas das mulheres nos espaços de coordenação da Reunião (Ver item 4.2 da ata IX REAF – ACTA Nº 01/08 e item 06 da ata XXIV REAF – ACTA Nº 02/15). Esta pauta sem dúvida alguma pode ser correlacionada com a presença marcante de organizações de mulheres produtoras que verificamos quando tratamos das organizações presentes nas Reuniões Especializadas na parte inicial deste capítulo e verificada no APÊNDICE I.

Ainda neste aspecto de leitura sobre as categorias de itens de pauta se encontra um tema também relevante, enquadrado na categoria Produção Renda e Financiamento verificamos uma agenda contínua em torno da criação de um Fundo para Agricultura Familiar no âmbito do MERCOSUL. Desde as primeiras atas estudadas nesta investigação é evidente o

quanto o tema financiamento está presente, desde debates em torno de programas de financiamento para a atividade da agricultura familiar ao financiamento das atividades da própria Reunião Especializada de Agricultura Familiar.

Este tema de pauta é proporcionalmente importante aos temas anteriormente mencionados, Juventude e Gênero, quando comparamos a sua presença nas atas e as articulações via REAF que aconteceram no intento de viabilizar a tais recursos através de parcerias, convênios, decisões dos órgãos superiores do MERCOSUL ou via Governos Nacionais. Verifiquemos que desde a primeira ata da REAF aqui estudada encontramos este tema no item 08 da VIII REAF – ACTA Nº 02/07 que trata dos desdobramentos de uma atividade realizada pela REAF, o “Seminário de acesso ao crédito”, que, possibilitou a elaboração de recomendações da Reunião ao GMC para a elaboração de políticas públicas diferenciadas para o financiamento da agricultura familiar, este item é retomado nas próximas duas sessões da REAF.

Nos itens sobre financiamento das últimas três atas há registros de acompanhamento da elaboração do Fundo da Agricultura Familiar (FAF), junto aos órgãos responsáveis pela área da agricultura dos Governos Nacionais dos países membros, Fundo este que foi aprovado no GMC sob a decisão nº 45/08 e encaminhado para a os procedimentos jurídicos nacionais, o FAF efetivamente passou a financiar as atividades da REAF, no ano de 2012. Encontra-se ainda uma série de outras pautas relacionadas às questões de financiamento e produção, como estudos de cadeias produtivas (item 5.1 da XII REAF– ACTA Nº 02/09) e facilitação do comércio (item 04 da XIII REAF – ACTA Nº 01/10). Estes últimos itens descritos demonstram um esforço contínuo dentro da Reunião para garantir a presença e encaminhamento de demandas no horizonte dos aspectos econômicos, próprios das organizações de Agricultores Familiares.

2.4 Procedimentos Institucionais e Tomada de Decisões

Passando por esta parte da pesquisa, a análise das atas das reuniões e a observação de quanto os movimentos sociais incidem sobre as pautas de suas agendas, cabe agora, também, considerarmos outros aspectos da rotina das Reuniões Especializadas em questão. Desde os aportes introdutórios e ainda no contexto desta dissertação foi explicada as características institucionais do bloco, sua hierarquia e as atribuições consultivas delegadas às Reuniões Especializadas, assim, verificamos um rol de “fragilidades” ou dificuldades burocráticas de uma institucionalidade em constante construção, fossem elas pela intergovernabilidade em

detrimento de órgãos de caráter supranacional, a incompreensão das instancias inferiores sobre como e para quem encaminhar suas decisões/sugestões ou mesmo as dificuldades de um aparato burocrático consideravelmente pequeno (CAETANO, 2011).

Considerando aqui a análise das atas e por elas as da agenda das Reuniões Especializadas podemos também ter estes documentos como referência para compreensão dos procedimentos burocráticos e decisórios nas reuniões. Em primeiro plano, desde o início da pesquisa, na leitura das atas, ainda na primeira leitura destes documentos, com o objetivo de complementar os conhecimentos acerca dos processos históricos, sociais e políticos que se desenvolveram nas reuniões ou que foram determinantes para sua criação e/ou fortalecimento. Sem, necessariamente estar atento às questões relativas à parte de análise institucional da pesquisa, já ficou claramente observável as diferenças entre os formatos dos documentos. Desde a primeira ata analisada da REAF (VIII REAF – ACTA Nº 02/07) até a ultima (XXIV REAF – ACTA Nº 02/15) encontra-se um formato de documentos bem estabelecidos onde uma sequência quase que imutável de tipos de registros que se segue.

- Timbre do bloco e Presidência Pro Tempore;
- Cabeçalho e numero da ata;
- Data e cidade;
- Assinatura dos membros;
- Relato de abertura dos trabalhos;
- Registro de entidades e organismos presentes;
- Aprovação da agenda;
- Itens por temas;
- Agenda posterior;
- Lista de anexos.

Cabe salientar que a lista de anexos é composta por todos os documentos que passaram pelo debate nos grupos temáticos da REAF, propostas de resoluções e recomendações da sociedade civil, documentos finais de seminários, resultado de pesquisas, resumo da ata, programa dos cursos, síntese dos cursos, informes e relatórios. Outra observação importante é que a ata final das sessões da REAF ficam sempre sobre responsabilidade de redação da sua Secretaria Técnica, localizada no edificio Sede do

MERCOSUL em Montevideu – Uruguai, secretaria também responsável pela comunicação, assessoramento e organização das sessões e logística de todas as atividades da REAF.

Quando tratamos de analisar as atas e documentos da REJ, da mesma forma, podemos registrar, que há umas características singulares quanto aos seus formatos e conteúdos. Considerando as atas da REJ desde a Sessão 01 até a MERCOSUL/PPTB/REJ/ATA Nº 02/2015 (XII-REJ) são encontrados três formatos distintos de atas. As atas das sessões iniciais, que aconteceram por ocasião das Cúpulas Sociais (Rio de Janeiro, Montevideu, Buenos Aires e Salvador) apresentam um formato de relato (bem característico das atividades dos movimentos de juventude), sem timbre do MERCOSUL e uma diagramação definida.

- Em termos gerais:
- Cidade;
- País;
- Sessão;
- Data;
- Relatos, informes e decisões;

Em termos de tipos de sequência de itens, não há uma sequência definida como na REAF e os temas em questão são sempre debatidos por ordem de inscrição de falas dos participantes, transparecendo não haver muitos critérios para a definição dos temas tratados ou mesmo da agenda. Há ainda nas sessões seguintes dois outros tipos de atas encontradas nos arquivos em que esta investigação teve acesso. Uma já em um formato mais formal se apresenta, todavia, como um arquivo passível de manipulação (Doc.) e sem as assinaturas dos membros (MERCOSUL/PPTB/REJ/ATA Nº 02/2015 (XII-REJ)).E, outro formato, que segue um padrão mais institucional e em um tipo de arquivo mais seguro contra manipulações (PDF), porém sem timbre oficial do bloco. Há ainda que considerarmos que os registros e elaborações das atas cabiam aos organismos públicos de juventude que estava com a Presidência Pró Tempore, mas que, por vezes, esse atributo de redigir a ata ficava sob a responsabilidade de um representante da sociedade civil, como no caso da VIII Sessão da REJ, Foz do Iguaçu, 2010. Registro observado por ocasião da primeira atividade de observação participante deste pesquisador ainda em sua pesquisa de graduação.

Essas características distintas registradas nas atas e documentos produzidos no âmbito das duas Reuniões Especializadas, em questão, podem dialogar diretamente com os problemas ligados aos problemas de fundo da institucionalidade frágil e nada clara em termos de

procedimentos, como expõe na literatura (AGUERRE, 2009, CAETANO, 2015). Sim, mas, o que cabe a esta pesquisa é trazer a tona o quanto os movimentos sociais, enquanto representantes da sociedade civil, são capazes de incidir sobre a agenda das reuniões, seu formato e deliberações. Consideremos alguns pontos presentes na pesquisa i) um alto nível de representação da sociedade civil nas reuniões; ii) vários representantes dos órgãos governamentais presentes nas reuniões são advindos dos movimentos em questão; iii) segundo Guilherme Ferreira (2017), é evidente, em termos empíricos, o quanto a sociedade civil incide sobre a agenda das reuniões (no caso a REAF) por via da relação governo/base social e pela ocupação dos espaços internos da reunião (GT's, seminários e cursos).

Desta forma, apesar das tomadas de decisões na institucionalidade do bloco estar sob total responsabilidade dos órgãos superiores, o CMC e o GMC e ainda condicionadas há um alto nível de intergovernabilidade que preza como critério mais forte para o fechamento de questões, o consenso entre os Estados Parte, como afirma Lorena Granja (2011), ao analisar todas as tomadas de decisões destas instâncias, desde a fundação do bloco, às instâncias inferiores do bloco, de caráter consultivo, como as Reuniões especializadas, podem sofrer de uma maior reverberação da participação e demandas dos movimentos sociais e outras organizações da sociedade civil.

2.4.1 - Divergências Entre os Formatos das Reuniões

Como último aspecto observado nesta pesquisa em relação às questões de procedimentos e práticas no âmbito das duas Reuniões Especializadas é o que diz respeito aos formatos da realização das sessões de cada Reunião. Não perdendo do horizonte que a responsabilidade pela condução de cada sessão é do Governo que está com a Presidência Pró Tempore do bloco, há, a partir da literatura, dos documentos usados para este estudo e das observações, quando da possibilidade do pesquisador participar como observador por um período significativo de atividades institucionais do MERCOSUL, condições suficientes para o levantamento de algumas assimetrias. Quando se observa as quatro primeiras atas da REJ verificamos alguns pontos importantes que podem dizer respeito quanto ao formato da realização da sessão. Primeiramente, como já mencionado anteriormente, elas foram elaboradas no formato de relato, muito próximo das formas de relatoria de plenárias dos movimentos sociais, estas sessões aconteceram dentro da programação das Cúpulas Sociais, que por sua vez não são parte formal da institucionalidade do bloco, e, nestas atas se evidencia não haver critérios definidos sobre quem pode participar como membro da Reunião.

Haja vista as constantes reivindicações de ampliação das representatividades da sociedade civil registradas em todas as atas até a da VIII Sessão em Foz do Iguaçu e o alto nível de rotatividade de organizações entre uma sessão e outra (considerando aqui as quatro primeiras sessões).

Porém, nas sessões seguintes a REJ, começa a tomar um formato mais “institucionalizado” como previa, inclusive, seu Regimento Interno, aprovado desde a II Sessão – REJ/ Montevideu – 2007. Suas sessões acontecem neste período sem um tempo determinado, podendo durar uma manhã ou uma tarde, apenas nos registros da MERCOSUL/PPTB/REJ/ATA Nº 02/2015 (XII-REJ) verificamos uma sequência de atividades que somadas ao momento da sessão, propriamente dita, da Reunião completam-se dois dias. Mas, uma característica que é evidentemente marcante nos documentos finais a cada sessão da REJ é a apresentação de um documento no formato “Carta” por parte da sociedade civil, documento este que tem um conteúdo predominantemente reivindicativo, como exemplos, podemos considerar a CARTA DA SOCIEDADE CIVIL (IV Sessão/REJ – Salvador) e a Carta de Foz do Iguaçu (VIII Sessão/REJ – Foz do Iguaçu, 2010) e por parte dos representantes dos Governos Nacionais um documento no formato “Declaração” que traz em seu conteúdo as tomadas de decisões, solicitações e recomendações a outros níveis da institucionalidade do bloco, deixando sempre registrado, o consenso entre os Governos quanto ao conteúdo e a informação que tais temas foram debatidos com a sociedade civil, a fim de dar uma maior legitimidade ao documento final, como exemplo temos a Declaração do Rio de Janeiro (I Sessão/REJ– Riode janeiro), a Declaración de Buenos Aires (III Sessão/REJ – Buenos Aires) e a Declaração de Salvador (IV Sessão/REJ – Salvador).

Ao tratar da análise dos formatos de atividades e das sessões da REAF na mesma perspectiva como feito em relação à REJ, tendo seus documentos, atas, principalmente, como o material mais importante, considerando seus registros em todos os aspectos, esta pesquisa pôde apresentar algumas considerações significativas. Em princípio é nítido que desde a primeira ata analisada (VIII REAF – ACTA Nº 02/07) até o ultimo registro de uma sessão da reunião que a pesquisa se dedicou (XXIV REAF – ACTA Nº 02/15) foi encontrado apenas um formado de redação de ata. As atas da REAF demonstram uma sequência de ritos constantes a cada reunião, como mencionado anteriormente nem mesmo a sequência de tipos de pautas tem uma variação significativa nos registros da reunião.

Todo o trabalho de coordenação das atividades de cada sessão da REAF é de responsabilidade dos representantes governamentais do Estado Parte que está com a presidência, mas, há sempre um momento, que se faz necessário ressaltar, a aprovação da

agenda. Este momento é construído com base no consenso e com consultas à sociedade civil, desta forma, a agenda da REAF pode sofrer menos incidência na sua agenda por ocasião dos interesses do Estado Parte que coordena a sessão. Dentre as duas Reuniões Especializadas estudadas aqui, sem dúvida alguma, a REAF demonstra estar mais próxima do que as normativas do MERCOSUL pressupõe. Mas, pelo que a análise de Guilherme Ferreira (2017) expõe a reunião ainda pode ser considerada uma excepcionalidade quando se trata de quantidade de atividades internas e criação de espaços internos.

Em síntese, as atividades de cada edição da REAF se estendem, em média, por cinco dias, ao final de cada presidência *pro tempore*. Ao longo desses dias, acontecem as reuniões das seções regionais dos grupos temáticos, das organizações sociais do campo e dos coordenadores nacionais. Por vezes, ocorrem oficinas e mesas de trabalho destinadas a capacitar os participantes da REAF tanto em temas técnicos específicos da produção agrícola, quanto sobre política agrícola regional em geral. Finalizando as atividades, realiza-se a seção plenária da REAF, que se encerra com a elaboração e aprovação da ata final. (FERREIRA, 2017, p. 51)

A partir das atas da reunião, ainda podem ser feitas outras considerações a cerca de seu formato. Estão previstas nas normativas do bloco a realização de sessões nacionais das Reuniões Especializadas, e, diferentemente da REJ, a REAF em várias atas (ou anexos) se apresentam os registros de realização dessas sessões nacionais que servem de preparação para o alinhamento da pauta das sessões regionais, o que não, necessariamente, significa dizer, que não haja disputas na definição das pautas, seja entre sociedade civil e governos nas sessões nacionais, seja entre sociedade civil e governos nas sessões regionais ou entre organizações da sociedade civil no âmbito de qualquer uma das sessões e até mesmo entre governos nas sessões regionais. Todavia, cabe ressaltar que esta pesquisa trata das atas da REAF de um período após a criação da Secretaria Técnica da REAF que, por suas atribuições, facilita os registros e a execução dos trabalhos, deixando a cargo dos membros, basicamente os debates, análises e tomadas de decisão.

3. DEMOCRACIA E PARTICIPAÇÃO NA REGIÃO

Vimos nos capítulos anteriores o decorrer de um processo de basicamente uma década de construção de espaços institucionais dedicados à elaboração de políticas públicas para duas categorias sociais específicas, mas, dentro de um amplo espectro de interações sociais, construções e alinhamentos políticos entre Estados Nacionais e entre estas categorias estudadas e várias outras com os Estados Nacionais que compõem o MERCOSUL, como membro pleno ou como país associado. Vimos que as categorias estudadas interagiram de maneiras distintas com a institucionalidade do bloco e com as representações dos Governos, que há algumas características constitutivas bastante qualificadas da condição de jovem e de agricultores familiares que são determinantes nas formas de organização e agenda dos seus movimentos e mobilização de recursos. Que estas características específicas de condição, podem também incidir sobre a agenda dos espaços institucionais criados a fim de incluir essas categorias na elaboração de políticas públicas específicas ou consultá-los sobre temas que lhe dizem respeito.

Mas, há necessariamente nesta pesquisa a necessidade de compreendermos não apenas como estas características das categorias sociais incidem sobre estes espaços institucionais de participação, se faz necessário aqui, compreendermos também, os processos que implicam no surgimento e desenvolvimento dos espaços de participação social. Para tal, é imprescindível uma leitura sobre certos aspectos das teorias da democracia que podem contribuir para esta pesquisa, tendo em vista, as especificidades do objeto e o teor do arcabouço material a que ela se dedicou a analisar, não obstante a complementaridade destas leituras, a pesquisa também se dedicará, aqui neste capítulo, à busca dos resultados da agenda da juventude e agricultores familiares em outros espaços de participação, afim de termos elementos comparativos que possam afirmar, ou não, a validade das assertivas desta investigação.

No primeiro capítulo se fez necessário traçar, mesmo que de forma quase que resumida, o histórico do bloco e as condições que o levaram a outras perspectivas de integração regional que incluía uma série de outras questões além dos acordos econômicos, harmonização de políticas fitossanitárias, taxas alfandegárias e circulação de pessoas. Uma perspectiva de integração regional que potencializada pelo alinhamento político ideológico dos Governos Nacionais da região e, necessariamente, pelas características e práticas das categorias sociais e organizações que compunham as bases destes governos.

Como vimos anteriormente os movimentos e organizações que se fazem presentes nos espaços institucionais do MERCOSUL, incluindo com um caráter de importância as Cúpulas Sociais, carregam em suas práticas, agendas e mobilizações em um alto grau de “herança” que advém da realização dos Fóruns Sociais Mundiais (PRESTES, 2011). Porém, há ainda algo anterior a ele e que traz consigo as primeiras experiências de participação social que colocaram o Estado para consultar, ouvir reivindicações e elaborar políticas públicas, a partir da contribuição da sociedade civil.

É ainda no período de redemocratização da América do Sul¹⁴, que começam algumas experiências de participação social, a partir da ampliação e fortalecimento de Conselhos Setoriais de Políticas Públicas, Saúde e Educação, por exemplo, e a criação dos Orçamentos Participativos, que como marco histórico tem-se, no caso brasileiro, a criação do Orçamento Participativo (1989), da cidade de Porto Alegre, no Rio Grande do Sul, quando da oportunidade da eleição de um partido operário, o Partido dos Trabalhadores, para a administração da cidade. O caso brasileiro, na gestão das grandes cidades como Porto Alegre, São Paulo e Recife, aqui se torna mais evidente para esta pesquisa, tendo em vista, que é nele que se encontra a primeira experiência significativa em termos regionais, pois, é preciso observar que estas experiências nacionais de democracia participativa estão diretamente vinculadas à eleição de partidos de esquerda aos Governos Nacionais e que esse marco é a chegada do PSUV para a Presidência da Venezuela, tendo Hugo Chavez como liderança, em 1998.

Para Leonardo Avritzer e Sérgio Costa (2004), a ampliação e fortalecimento dos espaços institucionais, no período da redemocratização da América Latina, possibilitam ao âmbito da pesquisa sociológica o estudo reconstrutivo do relacionamento entre sociedade civil e Estado, considerando que a inserção de novos atores nos espaços de participação é a intersecção entre a transição democrática e a construção permanente da democracia como processo acabado na concretização da soberania popular. Todavia, se faz necessário compreender que tais espaços de participação surgiram de um longo processo de ampliação do que a sociologia (e a ciência política) conhece por esfera pública, conceito habermasiano que considera que há um espaço de exercício de autoridade política a partir do livre exercício da discussão livre e racional. Para Habermas (2003), haveria uma crescente capacidade de desvinculação entre os interesses materiais e a capacidade reflexiva, essa possibilidade se daria no processo de desenvolvimento do capitalismo e crescente poder da burguesia que, por

¹⁴ Considerando o fim da Ditadura de Augusto Pinochet no Chile em 1991, como marco.

sua vez, não exerceria o poder e controle direto do Estado, mas, demandava a criação de espaços que a possibilitasse saber o que se passaria nas atividades do Estado.

Tal demanda serviu, assim, para conferir um caráter público às relações entre Estado e sociedade. Isto é, como resultado da reivindicação por parte da burguesia da prestação pública de contas, emergiu uma esfera constituída por indivíduos que buscam submeter decisões da autoridade estatal à crítica racional. (AVRITZER & COSTA, 2004, p. 707)

Habermas demonstra que a esfera pública se estabelece como uma espécie de conteúdo insubstituível da construção democrática e das vontades coletivas, a interlocução precisa entre a sociedade civil, o sistema político e o Estado.

Compreendendo os processos expostos nesta pesquisa e os aportes habermasianos temos como inferir que o momento de alta concentração das vontades coletivas em torno do MERCOSUL se dá na realização da Cúpula dos Povos, que em seguida se transforma em Cúpulas Sociais, nestes espaços a esfera pública em torno do MERCOSUL se encontra mais concentrada, e, a partir destas, se espraia necessariamente pelas Reuniões Especializadas e Subgrupos de Trabalho como resultado dos processos de construção das vontades coletivas, desvinculadas com o Estado, e suas interações com o sistema político, aqui compreendido como a institucionalidade do bloco e suas normativas.

Vejamos que aqui a pesquisa se distancia de uma perspectiva usual na América Latina que trata a esfera pública, em termos sociológicos, não como um espaço mais concreto e suas ramificações em torno de determinados debates e temas, mas, como algo de teor mais etéreo e definido pelos meios de comunicação de massa que substituíram os espaços de mediação por notícias direcionadas a causar algum impacto no que se chama comumente de opinião pública. Esta perspectiva decorre de uma corrente teórica que considera o processo de modernização (ocidental) de caráter evolutivo, e, que a América Latina por não ser compreendida como “modernizada” e democratizada estaria à mercê de suas “elites progressivas” na construção de projetos de nação que incluíssem o conjunto da população. Em se tratando de Brasil, como exemplo mais próximo, as elites nunca tiveram tal interesse de incluir o conjunto da sociedade ou mesmo de ter um projeto de nação ou estado democrático, segundo Jessé Souza (2017, p. 115), quando trata da colonização da esfera pública pelo dinheiro e pelo mercado.

Nesta investigação, compreendemos a esfera pública como o espaço contextual de interações difusas, afim de incidir sobre os rumos da política pública e controle social das ações do Estado, espaço constituído por organizações sociais, ONG's, cooperativas, sindicatos ou movimentos sociais, o que Avritzer e Costa (2014) classificam como novos

atores que emergiram no contexto da redemocratização da América Latina. Necessariamente, as organizações que outrora se apresentava totalmente alijados do espaço público e que neste processo redemocratizante denunciavam às injustiças sociais ao passo que criticam os limites das instituições e do sistema político, e, reivindicam o direito de estar e incidir sobre estes.

Nesta pesquisa é evidente o quanto na produção acadêmica em torno desse momento de giro político ocorrido no MERCOSUL, há uma espécie de fortalecimento das ideias de participação (CAETANO, 2011; GOMENSORO, 2011) nos espaços institucionais que foram criados e ainda uma espécie de campanha mútua entre academia e movimentos sociais pelo aumento da capacidade de influência nestes espaços e até mesmo nas tomadas de decisão (AGUERRE, 2009). Todavia, há que considerarmos aqui alguns fundamentos básicos, habermasianos, expostos por Leonardo Avritzer(1993) quando da sua análise acerca das funções e âmbito dos caminhos de atuação da sociedade civil na construção dos processos democráticos.

Simultaneamente novos caminhos se abrem: eles nos conduzem às teorias capazes de conciliar a aceitação do papel desempenhado pelo mercado e pelo Estado com a perspectiva de fortalecimento de uma terceira arena, capaz de proporcionar à sociedade instrumentos de defesa contra processos de mercantilização e burocratização das relações sociais. (AVRITZER, 1999, p. 215)

Há ainda no construto das leituras sobre teorias da democracia desenvolvidas por tal pesquisador que se torna imprescindíveis para a análise como um todo, mas, também para os possíveis caminhos assertivos deste trabalho em relação às mais abrangentes atribuições da sociedade civil.

Eles defendem a restauração das formas de solidariedade postas em risco pela racionalização sistêmica. Neste sentido, eles disputam tanto com o Estado de bem-estar social quanto com as grandes corporações capitalistas a preservação de um espaço autônomo e democrático de organização e reprodução da cultura e de formação de identidades e solidariedades. (AVRITZER, 1993, p. 217)

É de certo que no trecho acima mencionado por Avritzer (1993) está dialogando com os aspectos mais gerais das “atribuições” da sociedade civil no campo de disputa entre ela, o Mercado e o Estado, todavia, vemos mais adiante que dentro destas atribuições há, em se tratando da institucionalidade dos espaços de participação, atribuições bem estabelecidas.

3.2 Entre a Mobilização e o Institucionalismo

Passando por essa necessária alocação, ou enquadramento teórico, da sociedade civil e suas atribuições mais gerais, se faz preciso agora estendermos esta pesquisa ao conteúdo mais inerente ao desenvolvimento da sociedade civil, latino americana, questões fundamentais sobre os atores inseridos nela e correntes de análise dos seus limites de atuação.

Como aportes principais, temos aqui, as contribuições de Adrian GurzaLavalle(2011) que disserta sobre a construção da sociedade civil e a atuação das organizações que atua como tal. Para o autor, é imprescindível se compreender “construção política da sociedade civil” para ter a chave de entendimento do “campo de atuação considerado como legítimo para seus respectivos atores, bem como suas capacidades de escolha, barganha diante do poder público e de outros atores organizados relevantes” (LAVALE, 2011, p. 187). Todavia, é impossível de dedução teórica qualquer elaboração sobre “um estatuto” da sociedade civil, tendo em vista, que as formas de interação entre organizações da sociedade civil, e delas com o Estado, podem ser significativamente variáveis. Considerando os processos apresentados nesta pesquisa se pode inferir que, em termos de singularidade interativa, podemos evidenciar as relações “*cercanas*” com os governos nacionais do período em questão, um elevado nível de articulação entre as organizações camponesas e uma possível fragilidade em termos de articulação das organizações de jovens, como fontes destas variáveis que condicionaram o processo de construção também dos espaços que estamos dedicados a estudar aqui.

Quando tratamos do “surgir” da sociedade civil na América Latina temos em consideração que as suas organizações nascem no período de redemocratização da região e que suas agendas pesam em uma balança entre reivindicações acerca de direitos específicos, tal como moradia, terra, melhores condições na relação trabalho/salário e a capacidade de incidir sobre as políticas de Estado que dizem respeito, direto ou indiretamente, às suas demandas (AVRITZER & COSTA, 2014). A título de exemplo, MST, Federações de trabalhadores rurais, CUT, cooperativas, ONG’s e etc. Essas organizações, por sua vez, no período de normalização democrática, ao se tornarem relevantes no cenário em que se trava a relação Mercado e Estado, acabam por terem várias lideranças diluídas nos partidos que, a partir de então, começam a disputar o jogo democrático com mais capacidades (LAVALLE, 2011). É esse processo que o autor compreende como um dos elementos constitutivos da possibilidade de um condicionamento, moldado por uma espécie de herança genética ou índole interativa, que os atores societários proporcionaram anteriormente que são capazes de moldar, em certa medida, as instituições políticas, segundo Lavalle (2011).

As possibilidades de arquitetar o encaixe institucional (*engineeringinstitutionalfit*), de ganhar a capacidade de proteger interesses no futuro, variam temporalmente e tendem a ser maiores quanto melhor posicionado esteja o ator em momentos extraordinários de inovação institucional, tais como os processos de construção do Estado, e, precisamente as transições políticas[...] (LAVALLE, 2011, p. 198).

Objetivamente, cabe aqui fortalecer, o conteúdo histórico descrito nos aportes anteriores desta pesquisa, quanto aos processos em que estiveram inseridas as duas categorias sociais nos períodos que culminaram nas Cúpulas Sociais do MERCOSUL, na criação e efetivação das Reuniões Especializadas, é de perceber que cada categoria surge como parte da esfera pública em torno do bloco de maneira distinta. Os agricultores familiares apresentam uma articulação que antecede o período de governos progressistas na região e com uma pauta claramente de disputa com o agronegócio (FERREIRA, 2017) e a juventude dentro do período destes governos, mas com uma pauta fortemente vinculada ao reconhecimento dos jovens como sujeitos de direitos (FIRMINO, 2015).

Dessa forma, com este tipo de informações é que se pode tentar delinear as formas de atuação das organizações, conhecendo as suas características formativas, os processos de interação em que estão inseridos, mas, também suas trajetórias compartilhadas, tipos de atividades, identidades políticas e ideológicas e, por que não, fontes de financiamento, se possivelmente há um consenso nas teorias sobre sociedade civil é que ela está longe de ser monolítica, e no caso desta pesquisa se tornou necessário o caráter contextual, por questões de ordem metodológica. Não obstante, é considerado aqui também que há outro fator que compõe a gama de elementos distintos que condicionam o fortalecimento das organizações da sociedade civil, que é o domínio de agência, ou uma espécie de capital político acumulado no processo histórico de construção das próprias organizações e em contextos específicos, capaz de institucionalizar seus interesses (LAVALLE, 2011).

Transpondo novamente o debate teórico acerca das organizações, a sociedade civil para as organizações das categoriais sociais, aqui em questão, segue algumas considerações sobre os seus domínios de agência. As organizações de jovens, excetuando as de caráter estudantil, presentes no âmbito da REJ, em sua maioria, são organizações que podemos enquadrar no que está denominado aqui como “novos movimentos sociais”, caracterizados por um espaço de tempo relativamente recente e pelas suas formas de organização e pautas por vezes efêmeras ou conjunturais, ou, de outro forma, vinculadas às questões de reconhecimento e identidade. Por outro lado, as organizações de agricultores familiares têm um tempo de atuação significativamente maior, suas pautas apresentam um alto nível de

vinculação pelo laço das relações de classe e disputa de mercado com agronegócio, suas formas de organização estão muito mais definidas como “organizações tradicionais” (cooperativas, sindicatos e associações) e somando isso a sua clara importância em termos de participação na ordem econômica, a sua produção, tem distintas possibilidades de institucionalizar seus interesses. Aprofundando essa leitura dos domínios de agência, quando o referencial é a REAF, não se pode deixar de considerar que há Grupos Temáticos que produzem uma série de estudos e atividades sobre temas inerentes à outras Reuniões Especializadas como juventude e gênero, mas em uma perspectiva de intersecção entre estes temas e a condição de agricultores familiares, ampliando assim seu domínio de agência à outros aspectos constitutivo da sua condição.

Assim como pensado nesta pesquisa, Lavallo (2011) justifica que os traços mais gerais e significativos das organizações da sociedade civil podem ser compreendidos quando da análise de suas atividades a capacidade de projeção de suas demandas e reivindicações sobre as instituições do Estado, e essa capacidade diz respeito diretamente ao domínio de agência acumulado. Desta forma, o que seria compreendido como “estatuto da sociedade civil”, seria a possibilidade (contextual) de “caracterizar como a emergência de um novo domínio de agência, do qual faz parte a capacidade das organizações civis de disputar a agenda e decisões públicas” (LAVALLE, 2011, p. 233).

Agora, dedicado ao debate sobre os espaços específicos para o exercício das atividades participativas, é preciso considerar que tipo de expectativas geraram os atores sociais, os atores políticos e os governos em relação ao surgimento e a necessidade de ampliação destes espaços e governança participativa. Para Coelho (2012), parte considerável da literatura acerca da emergência da governança participativa parte, necessariamente, da crítica aos modelos tradicionais de representação política, apontando, então, o benefício de se privilegiar outras formas de *accountability* baseadas na possibilidade de construção de consensos mais amplos, via discurso público. O que ela classifica como “aposta” nesta ideia partiria do princípio que a participação social contribuiria fortemente para a elaboração de políticas públicas com um elevado nível de aplicabilidade e com um grau também elevado de justiça social, contribuindo, então, para a redução da pobreza, das desigualdades e para o desenvolvimento.

A aposta na governança participativa associa a inclusão de um amplo espectro de cidadão na vida pública à circulação mais intensa de informação, à maior transparência do processo político e à intensificação do debate

público. A democratização do processo e da decisão seria, assim elemento-chave de um intrincado processo de aperfeiçoamento nos sistemas de governança, o que envolveria também a descentralização, e deveria, por decorrência, contribuir para impulsionar o desenvolvimento (COELHO, 2012, p. 239).

Estas possibilidades a que se atribuem à governança participativa, aos fóruns, conselhos e no nosso caso, às Reuniões Especializadas, estão passíveis de vinculação a três perspectivas distintas de análise, dialogando com Coelho (2012, p.255).

- a) À sugestão de que as mudanças no formato das instituições podem ser um fator determinante para que se exerçam mudanças nas políticas;
- b) Que a atuação dos atores sociais e sua capacidade de incidir sobre as decisões é fator determinante para as que viessem a ser efetivadas;
- c) Apoiando-se na ideia de desenvolvimento que associa o diretamente o acesso às políticas públicas ao crescimento econômico, ou performance, dos beneficiários.

Tendo em conta o “*conteúdo*” central desta pesquisa e o contexto o qual ela se encontra, é considerável que as perspectivas a) e b) estão muito mais próximas de dar suporte a essa investigação. Quando nos debruçamos sobre os documentos estudados aqui e os que constam como elaboradas no formato de carta ou declaração, de atores sociais específicos, como em alguns casos mais ocorridos na REJ que na REAF, e em uma boa parte da literatura acadêmica, podemos encontrar um nível elevado de predominância da perspectiva b). Podemos encontrar nestes registros vários itens que fazem referência sucinta ou objetivamente clara a um campo de reivindicações que pretendem dar mais espaço de decisão ou capacidade de incidir nestas decisões, na literatura acerca da participação social, principalmente a que se desenvolve em torno da produção do CEFIR (AGUERRE, 2009; GOMENSORO, 2011; CAETANO, 2011) e do FoMERCOS (MARTIRNS, 2014) são construídas uma série de justificativas que tentam localizar o “potencial” que a participação social e o aumento da capacidade de incidência da sociedade civil no MERCOSUL pode ser benéfico ao bloco, dentre as justificativas, se encontram o fator de agregação de legitimidade às decisões e, em segundo lugar, a justificativa de que estes atores sociais são os sujeitos de direitos que nesse processo representam as categorias sociais em questão e que, por assim dizer, carregam em si, a representatividade necessária para decidir.

Por outro lado, quando nos atemos à literatura sobre teorias da democracia e participação social a perspectiva a) se torna mais evidente, pois, uma das maiores preocupações da literatura (AVRITZER & COSTA, 2014; LAVALLE, 2011) é a definição de procedimentos que possam ao passo que extraem informações da “fonte”, que requer políticas, aferir legitimidade às decisões pelo fato das políticas resultantes da colaboração deste atores sociais envolvidos terem sido resultado de um processo de diálogo e participação do “público” ao qual tal política vai ser destinada. Este último fator, o da legitimidade do processo e das decisões, parece ser também, significativamente importante para os governos, tendo em vista, que a inclusão dos atores sociais no processo de elaboração de políticas são condicionantes para o fortalecimento institucional, no tocante ao MERCOSUL e aos moldes que ele tomou, podemos ver esse nível de importância documentalmente desde a Declaração Conjunta dos Presidentes do Brasil e Argentina (KIRCHNER; SILVA, 2003).

É aqui nesse ponto que encontramos o limite entre as vertentes acerca de uma hipótese institucionalista e a hipótese da mobilização social. É exatamente na democratização do processo que se preocupa o pensamento mais voltado à hipótese institucionalista, para Vera Coelho (2012), os autores dessa linha teórica estão mais preocupados com as possibilidades que os procedimentos possam afastar os atores das organizações da sociedade civil, envolvidos da influência de grupos e categorias externos à sua condição e ainda da predominância de atores vinculados aos organismos de Estados. E, a garantia desse processo, seria as mudanças no desenho institucional.

O desenho institucional expresso em regras e procedimentos teria, assim, um peso decisivo sobre a capacidade dos foros participativos tanto traduzir em procedimentos e normas os objetivos desejados com dada política, como alterar a balança de força entre os participantes, favorecendo a expressão das demandas daqueles que tem menos recursos (COELHO, 2012, p. 246).

Haveria, ainda, uma tensão interna entre essa corrente institucionalista sobre como se daria o aperfeiçoamento dos procedimentos, uma que adotaria inovações institucionais sem a participação dos atores sociais, uma possibilidade de teor menos democrática e, outra tendência, que condicionaria as inovações institucionais à construção democrática, incluindo os atores sociais, no intento de adequá-la às condições contextuais. Assim, existiriam duas questões colocadas:

Uma delas é identificar as condições do desenho – seja foros, seja do sistema político – capazes de favorecer a inclusão, o diálogo e a cooperação. A outra é identificar a lógica e os valores que movem os atores envolvidos na construção desses foros. Pois, se é preciso reconhecer que procedimentos são inclusivos e democráticos, é igualmente importante identificar as condições

que levariam os atores responsáveis pelos foros a adotar tais procedimentos (COELHO, 2012, p. 248).

A preocupação maior da autora acerca dessa tensão é que enquanto uma busca maior legitimidade pela inclusão de atores sociais em todos os câmbios de procedimentos e outro busca a eficiência dos caminhos tomados, pode resultar em direções totalmente diferentes, quanto às deliberações finais destes foros.

De outro lado, está a corrente que compreende que a governança participativa ganha, pelo fato de que, mesmo a participação dos atores sociais serem potencialmente débeis, porque exige um alto custo, ela pressupõe um alto nível de atividades prévias (à participação nos espaços institucionais) nas quais os atores sociais estariam protegidos de influências externas, em certa medida. Estes espaços seriam o âmbito privilegiado de formação de identidades coletivas¹⁵, promoção de confiança mútua e de desenvolvimento de capacidades para que atuassem em situações que se deparem com outros atores sociais, ou estatais com maiores condições de recursos. Assim, existiria a capacidade de mitigar as desigualdades que persistem em minar a “autoridade linguística e epistêmica dos atores subalternos e torna a deliberação um ideal distante” (COELHO, 2012, p. 239). Mas, aqui ainda reside uma questão que diz respeito aos tipos de conteúdo necessário que os atores sociais apresentem dentro dos espaços de governança participativa que por vezes exigem um caráter significativamente técnico. Esta questão se torna importante porque o tipo de linguagem e conteúdo a ser debatido nesses espaços, quando muito díspares, exige um esforço muito maior para que se estabeleçam os procedimentos e as dinâmicas que possibilitem a negociação.

Considerando estas ponderações de grande importância para este trabalho, se fez necessário desenvolver sobre o contexto no qual essas categorias imbricadas nesse processo participativo no MERCOSUL, que historicamente desenvolvem uma série de mobilizações, atividades e ações coletivas, necessariamente para protestar ou reivindicar, aderem ao processo de diálogo e cooperação com organismos de Estado ou outras organizações de caráter antagônico. Se tivermos como referência o processo histórico do bloco, desde o surgir do giro político e social aqui desenvolvido, podemos apontar duas possíveis vinculações entre as categorias sociais e as questões a pouco levantadas. Em primeiro plano que há, como exposto nesta pesquisa, uma espécie de herança de práticas, agendas e pautas dos movimentos sociais e organizações que circulam dentro da esfera pública do MERCOSUL, que advém dos

¹⁵ A literatura acerca dos movimentos sociais em larga medida trata da formação de identidades como potencial desenvolvedor da ação coletiva.

Fóruns Sociais Mundiais, das Cúpulas dos Povos e culminam na criação do espaço “extra institucional” que são as Cúpulas Sociais do MERCOSUL. Posteriormente, não um tanto quanto evidente que estas organizações têm um vínculo histórico com as bases dos governos que compuseram esse período de democratização institucional do bloco, desta forma, o ponto de adesão à participação e cooperação na construção de políticas públicas regionais, parece ser adequado considerar, que se dá pelo vínculo político e ideológico com tais governos.

3.3 As Formas de Mobilização e a Agenda dos Movimentos

Percorrido todo esse caminho o qual esta pesquisa se dedicou a evidenciar seus impasses, suas singularidades e suas possibilidades de avanço no processo de integração regional outrora reconhecido por atores sociais e entes governamentais como um processo o qual o diferencial seria a inclusão da participação social, um caminho que se faz necessário reapresentar de forma pontual antes que se chegue ao momento de encaminhamentos e considerações da pesquisa, pelo fato de que ainda analisaremos um outro aspecto da participação social das categorias envolvidas na REJ e na REAF.

Tivemos então:

- I. MERCOSUL, do momento fenício ao da abertura participativa;
- II. Reuniões Especializadas dentro da nova institucionalidade híbrida do bloco;
- III. Atores sociais envolvidos nas reuniões, da condição às formas de atuação;
- IV. Reuniões Especializadas, atuação, agenda dos atores e procedimentos;
- V. Democracia e participação na região a partir da atuação dos atores sociais envolvidos.

Grande parte deste esforço descritivo e analítico se fez necessário para compreender os reflexos que os tipos de agenda e mobilização destas categorias podem ser significativos para o fortalecimento institucional destes espaços ou para o caminho contrário à fragilização. Para tanto, foi necessário, além de compreender quais elementos da condição de “jovem” ou de agricultor familiar são incidentes neste processo, foi necessário, também, delinear algumas categorias de pauta que estivessem presentes na agenda das duas categorias e perceber como elas se desenvolveram a partir das atas.

Todavia, é possível, e necessário, ter ainda uma maior amostragem da agenda destas categorias em outros espaços de participação social e governança participativa afim de aferir

um maior teor de plausibilidade aos levantamentos aqui expostos, desta forma, toma-se como amostragem a participação destas organizações e movimentos em espaços como estes no âmbito brasileiro. Este recorde se alicerça nas condições que encontramos da participação e atuação brasileira, apresentada neste trabalho, pois, em termos de MERCOSUL evidenciamos quantitativamente que há um diferencial significativo da participação de organizações nacionais em relação às de outros países do bloco, tendo apenas a Argentina como Estado Parte que se aproxima do nível de participação que o Brasil desenvolve, e, os Governo de então, no caso brasileiro, desempenharam um papel importante na potencialização destes espaços.

Tratando da participação da juventude brasileira nestes espaços, as Conferências Nacionais de Juventude (2009, 2011 e 2015), as quais este pesquisador participou na condição de sociedade civil nas duas primeiras e em todas as suas etapas, são, sem dúvida alguma, os espaços mais amplos de participação da categoria, apenas na primeira delas foi registrado a participação de mais de 400 mil jovens (CASTRO & ABRAMOVAY, 2009) considerando todas as etapas, tomemos os resultados das propostas aprovadas, após vários processos de debate entre as organizações participantes e suas aproximações com os tipos de categorias de pautas que delineamos ao analisar a REJ.

Há nestes documentos, das três conferências, uma clara predominância das pautas que dizem respeito direto à categoria “Identidade, Reconhecimento e direitos”, por exemplo, o item 1º da primeira conferência, o item mais votado, diz respeito a priorização de políticas públicas com recorte de diretrizes étnicos/raciais. O 3º e o 15º tratam diretamente do “Fortalecimento institucional” de organismos de políticas públicas e de participação da juventude. Apesar da metodologia da segunda conferência ter proporcionado um documento final, nos quais as propostas finais foram por eixos temáticos, consideremos que 80% dos eixos de debates tratam de direitos. Na terceira conferência a proposta mais votada trata da não redução da idade penal e do reconhecimento do jovem como sujeito de direitos; a segunda trata sobre o direito ao território das juventudes, rurais, indígenas e quilombolas e a última trata da garantia de um Sistema Nacional de Juventude financiado por um fundo nacional. A temática Trabalho, aqui vinculado à categoria de pauta “Produção, Renda e Financiamento”, se encontra especificamente como prioridade no 7º item, dentre os 22 aprovados na primeira conferência, nas demais, se dilui nos eixos temáticos.

Mas, há uma observação quanto às propostas apresentadas pelas organizações de juventude do campo (compreendendo também as de comunidades tradicionais), pelo seu teor vinculado as questões de produção, renda e direitos. Vejamos:

6 – Juventude do campo - Garantir o acesso à terra ao jovem e à jovem rural, na faixa etária de 16 a 32 anos, independente do estado civil, por meio da reforma agrária, priorizando este segmento nas metas do Programa de Reforma Agrária do Governo Federal, atendendo a sua diversidade de identidades sociais, e, em especial aos remanescentes de trabalho escravo. É fundamental a revisão dos índices de produtividade e o estabelecimento do limite da propriedade para 35 módulos fiscais. (BRASIL,2009)

E:

2 - Ampliar e acelerar o processo de Reforma Agrária e regularização fundiária, bem como reconhecimento e demarcação de terras pertencentes a povos e comunidades tradicionais, em especial das terras indígenas e quilombolas, acabando com as práticas forçadas de remoção de seus territórios. Assim, viabilizando a regularização da documentação de assentamentos já existentes, permitindo que os jovens tenham condições de permanecer ou regressar as suas terras originais, e serem assim contemplados pelos programas, projetos e ações para a juventude rural (RELATÓRIO DE METODOLOGIA E SISTEMATIZAÇÃO – ETAPA NACIONAL DA #3CONFJUV, 2015)

Os itens apresentados pelas juventudes que permeiam a condição de camponês e por aproximação conceitual como abordado anteriormente, carregam uma imbricada correlação entre as categorias “Produção, Renda e Financiamento” e “Identidade, Reconhecimento e direitos”.

Agora cabe aqui uma leitura sobre as pautas das organizações de agricultura familiar no âmbito de espaços similares aos que apresentamos da juventude, apesar de este último ponto, acerca da juventude rural e suas pautas, já sinalizarem de algum modo para as pretensões desta pesquisa.

Como referência, esta pesquisa compreendeu que o espaço no qual as organizações da agricultura familiar empreenderam esforço e mobilização foi a 2ª Conferência Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (2ª CNDRSS), realizada em 2013, porém, por questões de ordem metodológica da própria conferência, que não adotou a lógica de votação em propostas apresentadas pelas organizações para que elas fossem levadas às etapas seguintes, ou a mescla desse método com a aprovação de propostas em eixos temáticos, mas sim, a construção de diretrizes gerais e específicas para a elaboração do Plano Nacional de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário (PNDRSS) a partir de eixos temáticos que podemos aqui fazer um esforço de perceber o quanto estão ligados às categorias de itens de pauta que adotamos aqui. Temos então os seguintes eixos:

- I.Desenvolvimento socioeconômico e ambiental do Brasil rural e fortalecimento da agricultura familiar;
 - II.Reforma agrária e democratização do acesso à terra e aos recursos naturais;
 - III.Abordagem territorial como estratégia de desenvolvimento rural e promoção da qualidade de vida;
 - IV.Gestão e participação social;
 - V.Autonomia das mulheres rurais;
 - VI.Autonomia e emancipação da juventude rural;
 - VII.Promoção do etnodesenvolvimento.
- (BRASIL, 2013)

Assim, consideremos:

- I, II e III como de Produção, Renda e Financiamento;
- IV como de Fortalecimento Institucional e Identidade, Reconhecimento e direito;
- V e VI como de Identidade, Reconhecimento e direito;
- VII como de Identidade, Reconhecimento e direito e Produção, Renda e Financiamento:

Desta forma, considerando a aproximação destes eixos temáticos com as categorias de itens de pauta da pesquisa podemos aferir uma predominância dos temas vinculados à Produção, Renda e Financiamento e/ou uma vinculação complementar dessa categoria de item com as outras como no caso dos eixos VII, e, em seguida se apresenta os eixos vinculados à Identidade, Reconhecimento e direito (V e VI). Há aqui ainda uma observação significativamente importante, estes dois eixos dialogam ainda com dois tipos de itens que estão presentes em todas as atas da REAF, e que marcam fortemente as atividades internas da Reunião, são os itens que tratam das questões de gênero e Juventude.

Temos então a amostragem necessária sobre a agenda das organizações juventude e dos agricultores familiares, o caminho percorrido pela perspectiva de integração com a participação social do MERCOSUL e a localização destes atores e organismos nas teorias da democracia e participação e, sobretudo, informações que podem nos ajudar a compreender o quanto as características consubstanciais da condição destas categorias sociais podem incidir sobre os espaços institucionais nos quais estão interagindo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa surgiu como uma tentativa de continuidade às investigações que ocorreram no processo de construção do meu trabalho monográfico em Ciências Sociais, no qual me dediquei a estudar a participação das organizações de juventude na REJ e os efeitos de sua participação no processo de construção deste espaço. Todavia, uma série de questões surgia e a pesquisa não daria conta de responder a todas, estas questões estavam relacionadas aos efeitos da participação de uma categoria em um espaço social, contudo, se apresentou a necessidade de uma análise comparativa tanto entre a categoria juventude com outra e entre a REJ e outra Reunião Especializada que apresentasse características distintas quanto à categoria à qual seria dedicada quanto a uma possível distinção em relação ao fortalecimento institucional. Dessa forma, condicionado pela participação durante um período significativo nas atividades deste “MERCOSUL participativo” identifiquei a REAF e as organizações de agricultores familiares, como esta possibilidade comparativa.

Assim, a pesquisa desenvolveu uma leitura na qual a centralidade está nos reflexos da capacidade de incidência das organizações que participam destes espaços considerando que algumas características consubstanciais inerentes à condição de jovem e de agricultor familiar são determinantes para a definição da agenda destas categorias e, por assim dizer, também define a agenda destes espaços, que, por sua vez, se relaciona com o fortalecimento ou a fragilidade institucional. Evidentemente, foi preciso uma série de ponderações para esta investigação tratando de categorias sociais distintas que estão inseridas em uma institucionalidade recentemente, criada em pleno desenvolvimento e totalmente dependente das configurações político ideológicas do período em questão.

Quanto às características consubstanciais da condição destas categorias, cabe aqui evidenciar, que na condição de jovem, e por assim dizer de suas organizações, há a presença inalterável do fator etário, a condição juvenil é inevitavelmente transitória e assim como demonstrado que na REJ 79,5% das organizações de juventude presentes participaram de uma única sessão da REJ neste no período aqui estudado. Há ainda outra característica da condição juvenil que é consideravelmente determinante para este estudo, não há uma vinculação consubstancialmente objetiva da condição juvenil com as questões de classe, e, por conseguinte, não se identifica mais que 6% das pautas encontradas nas atas da REJ que tenham proximidade com a categoria de itens de pauta Produção, Renda e Financiamento. E

apesar de apenas 34,6% das organizações presentes na reunião serem consideradas como novas formas de organizações tal como redes, fóruns ou coletivos que surgem a partir de uma agenda específica, plural ou condicionada a apenas uma pauta específica, seja ela conjuntural ou não, a majoritária presença de organizações de tipo “clássico”, vertical e classista não foi fator de dificuldade para a predominância de pautas que dizem respeito à Identidade, Reconhecimento e direito, em um total de 31%.

Por outro lado, a condição de agricultor familiar “não sofre” do fator etário, o indivíduo pode nascer nessa condição e viver toda sua existência nela, obviamente não significa que não haja trânsito de indivíduos para fora dessa condição, mas não é algo que aconteça inevitavelmente. Isso implica diretamente na não necessária rotatividade de atores sociais nas representações de suas organizações em espaços de governança participativa, como implica nas organizações juvenis. Quanto à vinculação da condição de agricultor familiar com as questões de classe fica evidente quando consideramos o formato de suas organizações (federações, associações, cooperativas e etc.) que em sua larga maioria se apresentam no formato clássico, em termos de formato. Sua objetiva disputa por espaço no mercado com uma categoria antagônica, o agronegócio e pelas pautas apresentadas na agenda da REAF que tem 29% dos seus itens vinculados à Produção, Renda e Financiamento. Mas, os dados desenvolvidos nesta pesquisa também apontaram similitudes quanto à agenda das organizações das duas categorias, em se tratando de pautas apresentadas no âmbito destas reuniões, os empreendimentos dedicados a pauta Identidade, Reconhecimento e Direito pelas duas categorias sociais foram bastante próximo: 32% na REAF e 31% na REJ.

Mas, reside ainda, um dado significativo que demonstra, possivelmente, a maior distinção entre as duas formas de incidência na agenda destas reuniões. Com relação aos esforços e mobilização em torno dos tipos de itens de pauta Fortalecimento Institucional e Produção, Renda e Financiamento eles são quase que inversamente proporcionais. Enquanto na REJ as reivindicações aos Estados Nacionais por maior apoio e garantias de funcionamento e ampliação da REJ fosse garantida, dominaram 29% das pautas, as organizações no âmbito da REAF dedicaram o mesmo percentual de esforços em pautas que visaram potencializar sua posição no que diz respeito às questões de classe e ampliação do seu espaço no mercado. Não obstante, ao se observar a REAF, como reflexo da participação destas organizações, se podem afirmar, de forma condicional ao levantamento desta pesquisa, que as questões de Identidade, Reconhecimento e Direito têm um nível de relevância significativa, mas, vejamos os debates e atividades internas dedicadas à juventude e gênero, mas, sem desvinculá-las da condição de

agricultor familiar e todas as implicações de posicionamento na ordem econômica e condição de classes imbricadas.

Quando se trata deste tipo de análise, ela faz muito mais sentido quando se é dedicado esforço para entender os interesses dos atores sociais envolvidos nestes organismos de governança e que sua carga social, política e ideológica refletem de forma significativa nos desenhos institucionais dos mecanismos nos quais se inserem, pois, suas distintas trajetórias condicionam suas formas de atuação, negociação e disputas.

Portanto considero, a partir do que foi desenvolvido aqui nesta investigação, o que me possibilita inferir é que os níveis distintos entre o maior fortalecimento institucional da REAF e as fragilidades da REJ, em grande medida, são resultados dos reflexos de algumas características consubstanciais de cada uma das categorias, que, por sua vez, condiciona a atuação dos seus atores sociais na determinação da agenda destes espaços.

Entretanto, apesar de não ter feito parte dos objetivos dessa pesquisa, alguns indícios de que há também outros fatores relevantes que podem condicionar o fortalecimento destes espaços, podem ter sido brevemente desvelados. Um destes fatores é a capacidade de correspondência destes organismos de participação social e, ainda mais, quando se trata do MERCOSUL, que nasce de uma perspectiva totalmente voltada aos aspectos econômicos e que, por ventura de uma conjuntura específica, se torna um espaço de interação de atores sociais que não necessariamente está no campo das disputas econômicas.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Miriam; ANDRADE, Eliane Ribeiro; ESTEVES, Luiz Carlos Gil. **Juventudes:** outros olhares sobre a diversidade. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; Unesco 2007.

AGUERRE, María Julia; ARBOLEYA, Ignacio. *Estrategias para um MERCOSUR ciudadano in La reforma institucional delmercosur:* Del diagnóstico a las propuestas, CEFIR, Montevideu, 2009. Disponível em <<http://cefir.org.uy/>> Acesso em 02/07/2015.

AVRITZER, Leonardo. **Além da Dicotomia Estado/Mercado:** Habermans, Cohen e Arato. CEBRAP, Revista Novos Estudos, 1993.

_____. Sociedade Civil de Democratização. Belo Horizonte, Del Rey. – 1994.

_____. COSTA, Sérgio. **Teoria Crítica, Democracia e Esfera Pública:** Concepções e Usos na América Latina. Trabalho apresentado no XXVIII Encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS, Caxambu, MG, 26-30 de outubro de 2004. Disponível em <<http://www.scielo.br/pdf/dados/v47n4/a03v47n4.pdf>> Acesso em 02/07/2015.

AZEVEDO, André Filipe. PORTUGAL, Marcelo S. **Abertura Comercial Brasileira e Instabilidade da Demanda de Importações**, 1997. Disponível em <http://www8.ufrgs.br/ppge/pcientifica/1997_05.pdf> Acesso em 17 nov. 2017.

BOTTOMORE, Tom. **Sociologia Política**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

BOURDIEU, Pierre. O tempo e o espaço no mundo estudantil (com J.-C. Passeron). In: BRITTO, Sulamita de. (org.). **Sociologia da juventude**, v.4. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

BRASIL. **Prioridades da Conferência Nacional de Juventude**, 2009. Disponível em <<http://juventude.gov.br/conferencia/1a-conferencia-nacional-de-juventude/>> Acesso em 01/08/2018.

_____. Resolução Final da 3ª Conferência Nacional de Juventude. Disponível em <<http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0017/5777/relatorio-final-3-conferencia.pdf>> Acesso em 10/08/2018.

_____. REGIMENTO DA 2ª CNDRSS, 2013. Disponível em <<http://www.mda.gov.br/sitemda/secretaria/condraf/resolu%C3%A7%C3%B5es>> Acesso em 16/07/2018.

_____. RELATÓRIO DE METODOLOGIA E SISTEMATIZAÇÃO – ETAPA NACIONAL DA #3CONFJUV, 2015. Disponível em <<http://juventude.gov.br/articles/participatorio/0017/5777/relatorio-final-3-conferencia.pdf>> Acessado em 23/07/2018.

_____. PNAD. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio 2017. Disponível em <https://ww2.ibge.gov.br/home/estatistica/pesquisas/calendario_2017.php> Acessado e 30/05/2018.

CAETANO, Gerardo; VÁZQUEZ, Mariana; VENTURA, Deisy. La reforma institucional del MERCOSUR. Análise de un reto. In. **La reforma institucional Del Mercosur: Del diagnóstico a las propuestas**, CEFIR, Montevideo, 2008. Disponível em <<http://cefir.org.uy/>> Acesso em 02/07/2015.

_____. **MERCOSUR 20 años**. CEFIR, Montevideo – 2011.

_____. (Cordinador). **MERCOSUR: Breve história, cronologia y marco institucional**, CEFIR, Montevideo, 2011.

CASTRO, Elisa Guaraná; CARNEIRO, Maria José. **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. [et al.]. **Os jovens estão indo embora?: juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X, RJ: EDUR, 2009.

CASTRO, Jorge. **Política y economía en la argentina de los 90: la política económica de una sociedad en conflicto**. LLILAS, University of Texas at Austin, 2001. Disponível em <<http://lanic.utexas.edu/project/etext/llilas/vrp/castro.pdf>> Acesso em 12 de set 2017.

CASTRO, Mary Garcia. **Quebrando mitos: juventude, participação e políticas**. Perfil, percepções e recomendações dos participantes da 1ª Conferência Nacional de Juventude/ Mary Garcia Castro e Miriam Abramovay. – Brasília: RITLA, 2009.

CASTRO, Nils. **América Latina e Caribe: Integração Emancipadora ou Neocolonial**; tradução Wladimir Pomar. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2015.

CEPAL. **El Regionalismo Abierto en América Latina y el Caribe: la integración económica al servicio de la transformación productiva con equidad**. Santiago de Chile: CEPAL, 1994.

CERQUEIRA, E. et al. (Orgs.) **Povos e Comunidades Tradicionais e o Ano Internacional da Agricultura Familiar**. Ministério do Desenvolvimento Agrário, Brasília, 2015.

CLEMENTINO, Josbertine Virginio. **As Políticas de Juventude na Agenda Pública Brasileira: Desafios e Perspectivas** – Fortaleza: UECE, 2009.

CODAS, Gustavo. JAKOBSEN, Kajeld & SPINA, Rose. **ALCA Dez Anos: Fracasso e Alerta a Novas Negociações** – São Paulo. 2015.

COELHO, Vera Shattan P. FAVARETO, Arilson. Conexões entre participação, democracia e desenvolvimento: investigação dos impactos políticos e distributivos da participação social. In.: LAVALLE, Adrian Gurza (Org.) **Horizonte da Política: questões emergentes e agendas de pesquisa**. São Paulo: Editora UNESP: Cerap: CEM, 2012.

COMUNICADO. **Conjunto de Imprensa dos Presidentes da República Federativa do Brasil**, Luiz Inácio Lula da Silva, e da República Argentina, Eduardo Duhalde, Brasília, 14 de janeiro de 2003. Disponível em <<http://kitplone.itamaraty.gov.br/sala-de-imprensa/notas-a->

imprensa/2003/01/14/comunicado-conjunto-de-imprensa-dos-presidentes-da/print-nota>
Acesso em 02/07/2015.

FERNANDES, Bernardo; MEDEIROS, Leonilde S; PAULILO, Maria I. **Lutas camponesas contemporâneas: condições, dilemas e conquistas**, V.2: a diversidade das formas de luta no campo. UNESP, Brasília, DF. 2009.

FERREIRA, Guilherme A.G. **Governos, Organizações Sociais do Campo e Integração Regional: Um Estudo da Reunião Especializada sobre Agricultura Familiar do MERCOSUL (REAF)**. UNESP/UNICAMP/PUC-SP, São Paulo, 2017. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/handle/11449/148977>> Acesso em 04 out 2017.

FEIXA, Carles; LECCARDI, Carmem. **O conceito de geração nas teorias sobre juventude**. Revista Sociedade e Estado - Volume 25 Número 2 Maio / Agosto 2010.

FIRMINO, Matheus. **Reunião Especializada de Juventude do MERCOSUL: Uma Análise de sua Agenda**. Dissertação João Pessoa, UFPB, - 2015.

_____. Ata IX REAF – ACTA N° 01/08. Buenos Aires, 2008. Arquivos do Pesquisador.

_____. Ata X REAF – ATA N° 02/08. Rio de Janeiro, 2008. Arquivos do Pesquisador.

_____. Ata XIV REAF – ATA N° 02/10. Brasília, 2010. Arquivos do Pesquisador.

_____. Ata XXIV REAF – ACTA N° 02/15. Assunção, 2015. Arquivos do Pesquisador.

FORACCHI, Marialice. M. **O estudante e a transformação da sociedade brasileira**. São Paulo, Companhia Editora Nacional. 1965.

GOMES, Eduardo Biacchi. União Européia e Mercosul – Supranacionalidade versus Intergovernabilidade. In: **Âmbito Jurídico**, Rio Grande, X, n. 46, out 2007. Disponível em: <http://www.ambitojuridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=2335>. Acesso em out 2017.

GUARANÁ, Elisa. **Os jovens estão indo embora?: Juventude Rural e a construção de um ator político**. – Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, EDUR, 2009.

GRANJA, Lorena. **El Mercosur y sus asimetrías: un enfoque desde los países menores**. UERJ, Rio de Janeiro- 2011.

HABERMAS, Jurgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa** / Jurgen Habermas; tradução de Flávio R. Konhe. – Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HIRATA, Helena. **Gênero, classe e raça: interseccionalidade e consubstancialidade das relações sociais**. Tempo Social, Revista de Sociologia da USP, v. 16, n. 1, São Paulo, 2014.

KIRCHNER, Nestor; SILVA, Luiz Inácio Lula da. **Consenso de Buenos Aires**. Buenos Aires, 2003. Disponível em: <<http://sedici.unlp.edu.ar/bitstream/handle/10915/45444/Argentina->

[Brasil -%20 Consenso de Buenos Aires 3 p. .pdf?sequence=5](#)>. Acesso em 30 ago. 2016.

KELLE, Udo. *Sociological Explanations between Micro and Macro and the Integration of Qualitative and Quantitative Methods*. Forum: Qualitative Social Research, 2, 2001.

Disponível em <<http://www.qualitative-research.net/index.php/fqs/article/view/966>> Acesso em 15/08/2017.

LIMA, Marcos Costa. **Democratizar para integrar**: las dificultades y las posibilidades de participación social en el Mercosur. In: *Mercosur y las complejidades de la integración regional*, Buenos Aires: Teseo, 2011.

MARTINS, José de Souza. MERCOSUL: a dimensão social e participativa da integração regional. In: DESIDERÁ NETO, W. (org.). **O Brasil e as novas dimensões da integração regional**. Rio de Janeiro: IPEA, 2014.

MANNHEIM, Karl. O problema sociológico das gerações, In: FORACCHI, Marialice M. (org.). **MANNHEIM**. Col. *Grandes Cientistas Sociais* 25, São Paulo, Ática, p. 67-95, 1982.

MARIANO, Marcelo Passini; RAMANZINI, Haroldo J. **Uma análise das limitações estruturais do MERCOSUL a partir das posições da política externa brasileira**. Rev. Sociol. Polít., Curitiba, v. 20, n. 43. p. 23-41, 2012.

MERCOSUL. **MERCOSUL/GMC/RES Nº 25/07**. Disponível em <<http://www.mercosur.int/innovaportal/v/595/2/innova.front/resoluciones-2007>> Acesso em 17 nov. 2017.

_____. **REJ. Regulamento Interno De La Reunión Especializada De Juventud (REJ)**, II REJ. Montevideo, 2007. Disponível em <<http://www.mercosur.int/innovaportal/v/5542/11/innova.front/actas-y-anexos-rej-y-recyt>> Acessado em 20/10/2016.

_____. **IX REJ / Acta Nº 01/12**. Brasília – 2012. Disponível em <<http://www.mercosur.int/innovaportal/v/5542/11/innova.front/actas-y-anexos-rej-y-recyt>> Acessado em 20/10/2016.

MERCOSUL/GMC/RES. Nº 25/17. **CV GMC** - Brasília, 13/IX/17. Disponível em <http://www.agricultura.gov.br/assuntos/insumos-agropecuarios/insumos-agricolas/sementes-e-mudas/publicacoes-sementes-e-mudas/RES_0252017_PT_EquivalenciasSementesMercosul.pdf> Acessado em 08/05/2018.

MERCOSUR. **Tratado de Assunção**. Assunção, 1991. Disponível em: <http://www.mercosur.int/innovaportal/file/719/1/CMC_1991_TRATADO_ES_Assuncion.pdf> Acesso em: 16 mai. 2017.

_____. **Protocolo adicional ao Tratado de Assunção sobre a estrutura institucional do Mercosul**. Ouro Preto, 1994. Disponível em: <http://www.mercosur.int/msweb/sm/normas/pt/cmc_1994_ouropreto.pdf>. Acesso em: 14 set. 2017.

_____. Protocolo de Ouro Preto. PROTOCOLO ADICIONAL AO TRATADO DE ASSUNÇÃO SOBRE A ESTRUTURA INSTITUCIONAL DO MERCOSUL. Ouro Preto, 1994. <Disponível em <http://www.mercosur.int/innovaportal/v/72/10/innova.front/protocolo-de-ouro-preto-pt>> Acessado em: 14/09/2017.

NOGUEIRA, Alexandre P. F. **A Luta dos Movimentos Sociais do Campo da América Latina pelo acesso à Educação:** uma questão de autonomia. Revista Pegada – vol. 12 n.2, 2011.

PRESTES, Ana Maria. **Três estrelas do Sul Global:** O Fórum Social Mundial em Mumbai, Nairóbi e Belém. Belo Horizonte, UFMG – 2011.

REESE-SCHAFER, Walter. **Compreender Harbemas.** Tradução de Vilmar Schneider. 2. Ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

RODRÍGUEZ, Ernesto. *Jóvenes, participación y construcción de ciudadanía: Experiencias y desafíos en América Latina*, México D.F., Revista de laCoppal, 2008.

RODRÍGUEZ, Ernesto. **En El Mercosur:** Una “Hoja De Ruta” Para Encarar, Los Desafíos Del Futuro. Montevideo, Celaju. 2015.

_____. **Decisão do Conselho do Mercado Comum N°45/04:** Fundo para a Convergência Estrutural do MERCOSUL (FOCEM). Belo Horizonte – 2004. Disponível em <http://focem.mercosur.int/uploads/normativa/DEC_045-2004_PT_FOCM-3.pdf> Acesso em 17 nov. 2017

SARTI, Ingrid. (Org.) [et al.] **Os desafios da integração sul-americana:** autonomia e desenvolvimento. Rio de Janeiro: Folio Digital / Fomerco, 2014.

SILVA, Fabiano P. **A sociologia brasileira e os primeiros estudos sobre a juventude e o universo estudantil.** Disponível em <www.cchla.ufpb.br/caos/n16/artigo-6-fabiano.doc>, 2011.

SOUZA, Jessé. **A elite do atraso:** da escravidão à Lava Jato. – Rio de Janeiro: Leya, 2017.

SWEET, A. S; SANDHOLTZ, W. Integration, Supranational Governance, and the Institutionalization of the European Polity. In: SANDHOLTZ, W; SWEET, A. S. (eds). **European Integration and Supranational Governance.** New York: Oxford University Press, 1998.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. **Agricultura familiar e campesinato:** rupturas e continuidade. Estudos Sociedade e Agricultura, Rio de Janeiro, 2003.

_____. **O Campesinato Brasileiro:** uma história de resistência. ESR, Piracicaba-SP, Vol. 52, Supl. 1, p. S025-S044, 2014.

LEIS

LEI N° 9.230, de 21 de setembro de 2010 – Institui o Estatuto Estadual de Juventude no âmbito do Estado da Paraíba.

APÊNDICE

Lista de organizações e representantes que participaram das Reuniões no período (2007 - 2015).

- **Quadro 04– REJ - Governos**

	ORGANIZAÇÃO	PAÍS	Reuniões em que estive presente	Número de membros que participaram	*Nível de alternância de representantes
1.	Direção Nacional de Juventude	ARGENTINA	7	4	Médio
2.	CancillerríaMinisterio de Relaciones Exteriores.	ARGENTINA	1	1	Baixo
3.	Secretaria Nacional de Juventude	BRASIL	7	4	Médio
4.	Vice-Ministro de Juventude	PARAGUAI	6	2	Considerável
5.	Instituto Nacional de Juventude	VENEZUELA	4	2	Baixo
6.	Instituto Nacional de Juventude	URUGUAI	7	2	Médio
7.	MIDES	URUGUAI	1	1	Baixo
8.	Secretaria Nacional de Juventud	PERU	1	1	Baixo
9.	Ministerio de las Relaciones Exteriores	VENEZUELA	1	1	Baixo
10.	Ministério do desenvolvimento Agrário	BRASIL	2	2	Baixo
11.	Instituto Social do MERCOSUL	SUPRANACIONAL	1	1	Baixo

- **Quadro 05– REJ - Sociedade Civil**

	ORGANIZAÇÃO	PAÍS	Reuniões em que estive presente	Número de membros que participaram	*Nível de alternância de representantes
1.	Impulsa-Artigas	URUGUAI	2	2	Considerável
2.	Ecologia Cortera	URUGUAI	1	1	Baixo
3.	Jovens Unasur	SUPRANACIONAL	2	2	Considerável
4.	Jovens Canelones	NÃO INDICADO	1	1	Baixo

5.	Frente transversal*	ARGENTINA	1	1	Baixo
6.	CPC	ARGENTINA	1	1	Baixo
7.	Coletivo Ovejas Negras*	URUGUAI	1	1	Baixo
8.	La Campora	ARGENTINA	2	5	Considerável
9.	Ecologia Cortera	ARGENTINA	1	1	Baixo
10.	OCLAIR	BRASIL	1	1	Baixo
11.	OIJ	SUPRANACIONAL	2	2	Considerável
12.	UJS	BRASIL	2	1	Baixo
13.	CTB	BRASIL	2	2	Considerável
14.	PSOI	BRASIL	1	1	Baixo
15.	CPT	BRASIL	2	2	Considerável
16.	RJNE	BRASIL	2	5	Considerável
17.	Central Trabajadores Argentinos-CTA	ARGENTINA	1	1	Baixo
18.	Confederación General de los Trabajadores - CGT	ARGENTINA	1	1	Baixo
19.	Fundación SES	NÃO INDICADO	1	1	Baixo
20.	Africa y su Diáspora	NÃO INDICADO	1	1	Baixo
21.	Red Ambiental	ARGENTINA	1	1	Baixo
22.	Comissão de Jovens da Coordenadora das Centrais Sindicais do Cone Sul.	SUPRANACIONAL	1	1	Baixo
23.	Comissão Nacional de Pontos de Cultura	BRASIL	1	1	Baixo
24.	Movimento Negro Unificado. MNU	BRASIL	1	1	Baixo
25.	FASE	BRASIL	1	1	Baixo
26.	Centro de Participação Popular Mudeo	ARGENTINA	1	1	Baixo
27.	Fórum Nacional da Juventude Negra*	BRASIL	1	1	Baixo
28.	IBASE	BRASIL	2	2	Baixo
29.	AANOR	BRASIL	1	1	Baixo
30.	Instituto Pólis	BRASIL	1	1	Baixo
31.	Comissão Paulista de Pontos de Cultura	BRASIL	1	1	Baixo
32.	União Geral dos Trabalhadores UGT	BRASIL	1	1	Baixo
33.	Escola da Gente	BRASIL	1	1	Baixo
34.	União Brasileira de Mulheres	BRASIL	1	1	Baixo
35.	União Nacional dos Estudantes	BRASIL	1	1	Baixo
36.	Fundação Friedrich	INTERNACIONAL	1	1	Baixo

	Ebert				
37.	Central Única dos Trabalhadores	BRASIL	1	1	Baixo
38.	Fórum Nacional Movimentos e Organizações de Juventude	BRASIL	1	1	Baixo
39.	Rede FALE	BRASIL	1	1	Baixo
40.	Confederação das Mulheres do Brasil - CMB	BRASIL	1	1	Baixo
41.	União Municipal dos Estudantes Secundaristas	BRASIL	1	1	Baixo
42.	UMES - São Paulo	BRASIL	1	1	Baixo
43.	Circuito Universitário de Cultura e Arte (CUCA)	BRASIL	1	1	Baixo
44.	Casa de Cultura Tainã	BRASIL	1	1	Baixo
45.	Casa Pátria Grande Presidente Nestor Kischner	Argenteina	1	1	Baixo
46.	REJU	BRASIL	1	1	Baixo
47.	IPES	BRASIL	1	1	Baixo
48.	Cabeldo Jovens Canelones	ARGENTNA	1	1	Baixo
49.	Frente Transversal	ARGENTNA	1	1	Baixo

*Nível de alternância de representantes – Para fins desta pesquisa considerando a quantidade de reuniões realizadas tanto da REJ quanto da REAF tomamos por referências de alternância: Uma participação como nível considerável de alternância, duas participações nível médio de alternância e três participações nível baixo de alternância.

- **Quadro 06 - REAF – Governos**

	ORGANIZAÇÃO	PAÍS	Reuniões em que esteve presente	Número de membros que participaram	*Nível de alternância de representantes
1.	SAGPYA	ARGENTINA	15	37	Médio
2.	SSTHS	ARGENTINA	7	2	Baixo
3.	MAGP	ARGENTINA	11	11	Médio
4.	SENASA	ARGENTINA	11	3	Baixo
5.	INTA	ARGENTINA	4	3	Baixo
6.	MRECIC	ARGENTINA	1	1	Baixo

7.	Ministério de Relaciones Exteriores	ARGENTINA	3	1	Baixo
8.	MDA	BRASIL	15	42	Baixo
9.	Presidência da República	BRASIL	1	3	
10.	INCRA	BRASIL	7	4	Médio
11.	MDS	BRASIL	7	2	Baixo
12.	MRE	BRASIL	2	2	Baixo
13.	MAPA	BRASIL	1	1	Baixo
14.	Banco Central	BRASIL	3	1	Baixo
15.	Câmara Federal	BRASIL	1	1	Baixo
16.	CONSEA	BRASIL	1	1	Baixo
17.	BACEN	BRASIL	2	1	Baixo
18.	EMBAPA	BRASIL	1	2	Baixo
19.	IPEA	BRASIL	1	1	Baixo
20.	SDR/RS	BRASIL	1	2	Baixo
21.	MAG	PARAGUAI	12	21	Considerável
22.	INDERT	PARAGUAI	9	2	Baixo
23.	MRE	PARAGUAI	2	2	Baixo
24.	Senado Nacional	PARAGUAI	3	1	Baixo
25.	Camara de Diputados	PARAGUAI	1	1	Baixo
26.	Secretaría De La Mujer	PARAGUAI	3	1	Baixo
27.	Unidad Economia Social	PARAGUAI	1	2	Baixo
28.	RENAF	PARAGUAI	2	1	Baixo
29.	MGAP	URUGUAI	8	22	Médio
30.	INC	URUGUAI	6	3	Considerável
31.	UTU	URUGUAI	1	2	Baixo
32.	MPPA	VENEZUELA	1	4	Baixo
33.	MPPAT	VENEZUELA	4	16	Médio
34.	MPPRE	VENEZUELA	5	4	Considerável
35.	CIARA	VENEZUELA	2	1	Baixo
36.	MPPEC - CIARA	VENEZUELA	4	2	Médio
37.	MEAM	VENEZUELA	3	2	Baixo
38.	CIOEC	BOLÍVIA	4	2	Médio
39.	INDAP	CHILE	6	3	Baixo
40.	MINAGRI	CHILE	2	3	Baixo
41.	FAO	SURPRANACIONAL	3	3	Baixo
42.	Oficina Regional de FAO para América Latina y El Caribe	SURPRANACIONAL	2	2	Baixo
43.	IICA	INTERNACIONAL	5	1	Baixo
44.	PNUD	SUPRANACIONAL	1	1	Baixo
45.	Secretaria Del MERCOSUR	SUPRANACIONAL	1	2	Baixo

46.	Alto Representante MERCOSUR	SUPRANACION AL	1	1	Baixo
47.	UPS MERCOSUR	SUPRANACINA L	1	2	Baixo
48.	Secretaria Técnica da REAF	SUPRANACION AL	12	2	Baixo
49.	BID	SUPRANACION AL	1	1	Baixo
50.	ALADI/MERCOSUL	SUPRANACION AL	1	1	Baixo
51.	CAS	INTERNCIONA L	1	1	Baixo
52.	AGROASEMEX	MÉXICO	1	2	Baixo
53.	INRA	BOLIVIA	1	1	Baixo
54.	MDRyT	BOLIVIA	1	2	Baixo
55.	Vice Ministério de Desarrollo Rural	EQUADOR	1	2	Baixo
56.	Frente Parlamentario Contra el Hambre	EQUADOR	1	1	Baixo
57.	Ministerio de Agricultura, Ganadería, Acuicultura y Pesca	EQUADOR	4	1	Baixo
58.	Ministerio de Agricultura de Cuba	CUBA	1	1	Baixo
59.	Programa Diálogo Regional Rural	COSTA RICA	1	2	Baixo
60.	Frente Parlamentario Contra el Hambre	REPÚBLICA DOMINICANA	1	1	Baixo
61.	Frente Parlamentario Contra el Hambre	GUATEMALA	1	1	Baixo
62.	Secretaría de Agricultura Guatemala	GUATEMALA	1	1	Baixo
63.	Governo da Alemanha	ALEMANHA	1	1	Baixo
64.	Governo da Italia	ITALIA	1	1	Baixo
65.	Ministerio de Agricultura de Colombia	COLOMBIA	1	8	Baixo
66.	Comité Nacional de Agricultura	HONDURAS	1	1	Baixo

• **Quadro 07 - REAF– Sociedade Civil**

	ORGANIZAÇÃO	PAÍS	Reuniões em que esteve presente	Número de membros que participaram	*Nível de alternância de representantes
1.	FAA	ARGENTINA	6	7	Médio
2.	FONAF	ARGENTINA	8	45	Médio
3.	UATRE	ARGENTINA	1	3	Baixo
4.	COPROFAM	ARGENTINA	7	22	Médio
5.	Movimiento Nacional Campesino Indígena	ARGENTINA	1	2	Baixo
6.	Grito de Alcorta	ARGENTINA	1	3	Baixo
7.	AMRAF	ARGENTINA	1	2	Baixo
8.	ONPIA	ARGENTINA	1	2	Baixo
9.	UAPA	ARGENTINA	1	1	Baixo
10.	COPROFAM	BRASIL	6	3	Baixo
11.	ABRA	BRASIL	1	1	Baixo
12.	UNEFAB	BRASIL	1	1	Baixo
13.	ACTION AID	BRASIL	1	2	Baixo
14.	CNS	BRASIL	3	5	Médio
15.	DESER	BRASIL	6	1	Baixo
16.	I.EQUIT	BRASIL	3	1	Baixo
17.	IGJ	BRASIL	1	1	Baixo
18.	IGTN	BRASIL	4	1	Baixo
19.	INESC	BRASIL	3	1	Baixo
20.	OAF	BRASIL	1	1	Baixo
21.	RADIO ROQUETE PINTO	BRASIL	1	1	Baixo
22.	STR - RJ	BRASIL	1	1	Baixo
23.	SDACO	BRASIL	3	1	Baixo
24.	MMTR NE	BRASIL	5	8	Médio
25.	UFRGS	BRASIL	9	1	Baixo
26.	UFSM	BRASIL	1	1	Baixo
27.	UFG	BRASIL	1	1	Baixo
28.	UFRRJ	BRASIL	2	3	Baixo
29.	UNICAFES	BRASIL	2	2	Baixo
30.	UNI RIO	BRASIL	2	1	Baixo
31.	UNB	BRASIL	1	1	Baixo
32.	UNILA	BRASIL	2	17	Considerável
33.	FETRAF	BRASIL	6	9	Médio
34.	FETAG	BRASIL	4	16	Considerável
35.	FETASE	BRASIL	1	2	Baixo
36.	CONTAG	BRASIL	4	35	Médio
37.	UFRGDS	BRASIL	6	1	Baixo

38.	REBRIP	BRASIL	3	2	Baixo
39.	MICQCB	BRASIL	9	5	Médio
40.	WFFP	BRASIL	1	1	Baixo
41.	UAN	PARAGUAI	6	10	Médio
42.	ONAC	PARAGUAI	6	8	Médio
43.	CEPACOO	PARAGUAI	7	3	Baixo
44.	Union De Comunidades	PARAGUAI	1	1	Baixo
45.	Asoc. Artesanas YataityPoty	PARAGUAI	1	1	Baixo
46.	AsociacionCurupicity	PARAGUAI	1	1	Baixo
47.	FECOPROD	PARAGUAI	4	1	Baixo
48.	FSP	PARAGUAI	1	1	Baixo
49.	Organización Mainumby – Pueblos Originarios	PARAGUAI	1	3	Baixo
50.	Federación Guaraní	PARAGUAI	1	1	Baixo
51.					
52.	BLACESOIL	PARGUAI	1	1	Baixo
53.	IPL	URUGUAI	2	1	Baixo
54.	AUPC	URUGUAI	6	2	Baixo
55.	CODIPROQ	PARAGUAI	1	1	Baixo
56.	Federacion Rural	URUGUAI	4	2	Baixo
57.	CNFR	URUGUAI	10	15	Médio
58.	ACU	URUGUAI	4	2	Baixo
59.	AMRU	URUGUAI	7	5	Médio
60.	Grupo Los Peques	URUGAI	1	1	Baixo
61.	Red Mujeres Rurales	URUGUAI	6	5	Baixo
62.	IPL	URUGUAI	2	1	Baixo
63.	UNATRA	URUGUAI	1	3	Baixo
64.	MDR	URUGUAI	2	7	Baixo
65.	Instituto Nacional de la Leche, Uruguay	URUGUAI	1	1	Baixo
66.	Asociación Nacional de Productores de Leche de Uruguay	URUGUAI	1	1	Baixo
67.	SociedadProductores de Leche San Ramón Uruguay	URUGUAI	1	1	Baixo
68.	MUCECH	CHILE	8	3	Baixo
69.	Voz Del Campo	CHILE	5	2	Baixo
70.	CAMPOCOOP	CHILE	4	3	Baixo
71.	CIP	CHILE	1	1	Baixo
72.	Conf. Unida Obrero Campesina	CHILE	3	1	Baixo
73.	UOC	CHILE	3	1	Baixo
74.	Universidad Chile	CHILE	1	1	Baixo
75.	Asociación Atara	EQUADOR	1	1	Baixo
76.	AsociaciónAguacatal De Abajo	EQUADOR	1	1	Baixo
77.	Cooperativa La Indiana	EQUADOR	1	1	Baixo

78.	Consejo de Pueblos Indígenas del Ecuador	EQUADOR	2	1	Baixo
79.	Red de Organizaciones Campesinas y Comunas Unidas para un Buen Vivir	EQUADOR	1	1	Baixo
80.	Unión de Organizaciones Campesinas del Norte de Cotopaxi	EQUADOR	1	1	Baixo
81.	Mujeres em Accion-	EQUADOR	1	1	Baixa
82.	CIOEC	BOLÍVIA	4	3	Médio
83.	Comuna Tierra Fertil	VENEZUELA	1	1	Baixo
84.	Frente Hidrológico Nacional Simón Bolívar	VENEZUELA	1	1	Baixo
85.	Vocero Comunal	VENEZUELA	1	1	Médio
86.	Vocero Fundo Zamorano	VENEZUELA	2	3	Médio
87.	Consejo Comunal La Falda	VENEZUELA	1	1	Baixo
88.	Delegado De Agrociudad	VENEZUELA	1	1	Baixo
89.	Vocero Frente Ambientalista	VENEZUELA	1	1	Baixo
90.	INIA Venezuela	VENEZUELA	1	1	Baixo
91.	CAMPOCOOP	VENEZUELA	4	1	Baixo
92.	CONFRAS El Salvador	EL SALVADOR	1	1	Baixo
93.	Centro Nacional de Tecnología Agropecuaria y Forestal El Salvador	EL SALVADOR	1	1	Baixo
94.	Mujeres em Accion-				
95.	INTA	INTERNACIONAL	1	1	Baixo
96.	CCP	INTERNACIONAL	1	1	Baixo
97.	PROCISUR	INTERNACIONAL	6	2	Baixo
98.	UNOPS	INTERNACIONAL	1	3	Baixo
99.	PDRR	INTERNACIONAL	2	3	Baixo
100.	FIDA	INTERNACIONAL	13	7	Médio
101.	FRM	INTERNACIONAL	4	2	Baixo

102.	UBA	INTERNACIONAL	2	1	Baixo
103.	CIPCA	INTERNACIONAL	1	1	Baixo
104.	CONVEAGRO	INTERNACIONAL	1	1	Baixo
105.	Consultora Proinder	INTERNACIONAL	2	1	Baixo
106.	CLAEH	INTERNACIONAL	1	1	Baixo
107.	PIDERAL	INTERNACIONAL	1	1	Baixo
108.	UNOPS	INTERNACIONAL	1	1	Baixo
109.	IICA	INTERNACIONAL	1	1	Baixo
110.	Foro Rural Mundial	INTERNACIONAL	1	1	Baixo
111.	Centro Latinoamericano de Economía Humana	INTERNACIONAL	3	1	Baixo

APÊNDICE II

• **Quadro 08 - Categorias de pautas presentes nas atas da REJ**

ATA	Reconhecimento Direitos	Integração Regional	Fortalecimento institucional	Produção Renda Financiamento	Parcerias Pesquisas Cooperação
	Itens	Itens	Itens	Itens	Itens
Sessão 1	1; 5 a;		2; 6;		5 b;
Sessão 2	4;				4;
Sessão 3	5;	4;	2; 3; 6; 7;		4;
Sessão 4	1; 3; 4; 5; 6;	1;	8;		7;
VIII- REJ 02/10	7; SC 7 pautas*	6; SC 8 pautas			
MERCOSUL - IX REJ / Acta Nº 01/12			3;		5;
MERSOCUR / X REJ / Acta Nº 01/13			3 f;	1 c; 2;	1.1
MERCOSUL/ PPTB/REJ/ATA Nº 02/2015 (XII-REJ)		5 a;	7		C;

*Pautas que foram postas pela sociedade civil em reunião paralela a reunião dos representantes governamentais.

• **Quadro 09 - Categorias de pautas presentes nas atas da REAF**

ATA	Reconhecimento Direitos	Integração Regional	Fortalecimento institucional	Produção Renda Financiamento	Parcerias Pesquisas Cooperação
	Itens	Itens	Itens	Itens	Itens
VIII REAF – ACTA Nº 02/07	5.1; 5.2;	4.2;	2; 10;	3; 6; 7; 8;	3.1; 4.1;
IX REAF – ACTA Nº 01/08	4; 4.2; 4.3; 6;	3.3; 10;		3; 8;	3.1; 3.2; 4.1; 11;
X REAF – ACTA Nº 02/08	2.6; 4; 4.2; 4.3; 6;	10;		2.5; 3; 3.2; 8; 11.1;	3.1; 4.1;
XI REAF –	5; 6;	8;			4; 4.2;

ACTA Nº 01/09					
XII REAF- ACTA Nº 02/09	2.2.1;3; 6; 7;		9.2; 9.5;	2.1 5; 9.3;	
XIII REAF – ACTA Nº01/10	2.4;3.2; 5.3; 6;	2.2;		2.1; 2.3; 4;	5.1; 7;
XIV REAF – ATA Nº 02/10	5; 5.2; 6;	7; 8.6;		2.1; 2.3; 4; 6.3;	4.2;6.2; 8.2;
XV REAF- ACTA Nº 01/11	3; 5; 6; 6.4; 8.2;	2.3; 5.2;		2.1; 4; 6.1; 6.3;	4.3;
XVI REAF- ACTA Nº 02/11 Não disponível	5; 5.2; 6; 8.4;		6.6;	2.1; 4; 4.2; 4.4; 4.5; 8.1; 8.3	3; 8.5;
XVII REAF – ACTA Nº 01/12	3; 5; 6;	8.2; 8.5;8.8; 8.9	8.14;	2.1; 4; 4.4;	4.3; 8.4;
XVIII REAF – ATA Nº 02/12	3; 5; 6;	4.3; 4.5; 8; 9;		4; 10.3	4.6;
XIX REAF – ACTA Nº 01/13	3; 5; 6;	2.3; 2.4.1; 4.2;	11.1; 11.6	2.1; 4; 4.4; 11.2	4.1;
XX REAF – ACTA ° 02/13	3; 5; 6;	2.2.1; 5.4;		2.1; 4; 4.1; 4.4;	
XXI REAF – ACTA Nº 01/14	2; 4; 5;	8; 12;	13;	3; 10; 11;	7.3; 12.4;
XXII – ACTA Nº 02/14	2; 5; 6;	8;	9.10	1.3; 4; 9.8;	
XXIII REAF – ATA Nº 01/15	3; 5; 6; 7.2;	9.6;	9.13;	2.1;4; 4.3	9.3; 9.8; 9.9; 9.10;9.11;
XXIV REAF – ACTA Nº 02/15	3; 6; 7; 12;	13; 15;		5;	2.2; 8.3; 11; 14;

ANEXOS

Carta de Foz de Iguaçu – Sociedad Civil

Debe existir una apuesta a La integración y organización de La sociedad civil porque solo así lograremos que el MERCOSUR deje de ser solamente un intercambio comercial y pase a ser el puntal de un proceso de cambios que se vienen dando en América del Sur, pero esto solo se podrá mantener y prosperará con la sociedad civil organizada, defendiendo y garantizando los procesos de integración frente a los intentos del capitalismo y imperialismo que opera y quiere la lucha entre pueblos hermanos. Debemos apostar a la paz entre hermanos, rechazamos totalmente la avanzada armamentista que EEUU viene desarrollando en América Latina.

En este momento nos encontramos en una etapa de resistencia y solo saldremos de esta con la participación política del pueblo y sus organizaciones en un marco de acumulación de fuerzas del campo popular Mercosuriano el cual deberá estar a la vanguardia del proceso de cambio.

Los jóvenes del hoy nacimos dentro del MERCOSUR nos sentimos parte de lo que llevamos adentro y por esto luchamos día a día.

NUESTRO COMPROMISO CON EL MERCOSUR ES TOTAL

Resoluciones:

Estructura de la REJ

Asegurar la participación de La sociedad civil con actuación regional

Establecer una persona responsable de gobierno y una persona responsable de La sociedad civil por país semestral vinculada con la presidencia pro-tempore de Mercosur ambos se encargarán de La organización de La sección nacional entre la REJ e REJ

Realizar mecanismos de socialización de información y comunicación en la REJ

Fomentar propuestas alternativas para La participación de la sociedad civil, teniendo como ejemplo el campamento en Cerrito, Argentina

Establecer La financiación fija por parte del gobierno para garantizar La participación de La sociedad civil en la REJ – esto ya fue firmado en la V reunión

Educación

Inclusión de La enseñanza de los idiomas oficiales de los países integrantes del MERCOSUR según criterios de sistemas educativos de cada país.

Integración de los alumnos indistintamente de su sector social, etnia y/o capacidad. Para esto es necesario que exista una infraestructura y un equipo multidisciplinario adecuado a esto.

Presupuesto equitativo a La educación.

Existencia de equipos multidisciplinarios con psicólogos y pedagogos para el seguimiento de La educación.

Garantizar una educación pública, obligatoria, laica y gratuita

Fortalecimiento y difusión de las leyes de movilidad estudiantil.

Exigencia de orientación vocacional, Derecho laboral en niveles obligatorios, y convênios con empresas para pasantías.

Creación de carreras técnicas variadas de acuerdo a los factores geográficos.

Implementación de Consejos de Participación (profesores, padres, sociedad civil etc) y organizaciones juveniles para la toma de decisiones a nivel de la educación y de cuestiones democráticas.

Crear una página web en donde todos los jóvenes puedan aportar sus propuestas e inquietudes, es decir, periódico electrónico administrado por jóvenes.

Creación de espacios donde se traten temas elegidos por los Estudiantes de la misma aula.

Que los medios de comunicación estatales divulguen obligatoriamente La participación juvenil.

Se debe fomentar el equilibrio de Derechos entre hombres y mujeres mediante La educación desde temprana edad, para no generar discriminación y promover La equidad.

Que toda joven embarazada pueda terminar con sus estudios por los medios adecuados a su situación

Concientización y educación en DD.HH. y medio ambiente como eje transversal en todas las asignaturas y desde temprana edad.

Tratamiento de temáticas relacionadas con el pasado reciente de Latinoamérica, golpes de estado u otras acciones relacionadas con la eliminación o destrucción de los Derechos humanos.

Crear proyectos para La preservación Del medio como reciclado, reutilización y otros.

Acompañar y monitorear jóvenes que practican y sufren agresiones.

Educación en sexualidad.

Implementación de la Universidad Del Mercosur, la cual sea pública y gratuita en donde se traten temáticas generales, como forma de integración y progreso del bloque.

Trabajar para obtener en todas las universidades del bloque profesionales con compromiso social.

Fomentar la creación de universidades públicas y gratuitas en todos los países y evitar la centralización.

DDHH

Leído el último documento de La Cumbre Social Del Mercosur realizada en Julio del presente año en Chaco, Argentina, reafirmamos los puntos propuestos e incluimos los siguientes:

La aplicación del protocolo facultativo de la convención internacional de los derechos de personas con discapacidad.

La discapacidad producto de una sociedad que no tiene las condiciones para la inclusión de todas las personas. De esta manera no se permite el desarrollo de los sujetos.

En cuanto al Trabajo instamos tanto a el sector público, como privado a ampliar programas de inclusión laboral para personas con discapacidad.

Fortalecer, ampliar y seguir creando planes de accesibilidad e inclusión social, educativa, laboral, en los sistemas de salud, cultura, aspectos recreativos y atender la educación no formal.

Implementación de Políticas de Derechos Humanos desde la etapa inicial y en todas las etapas de la educación.

En cuanto a Migración: exigimos el reconocimiento de estos para el acceso a la educación, a la salud, al trabajo decente con todas las garantías de la seguridad social.

Efectivizar por tanto la documentación única en todo el Mercosur para garantizarla libre circulación de los ciudadanos de los países miembros.

Vivienda: Planes de financiación contemplando las distintas realidades que nos aquejan. Evitando así los acontecimientos como los ocurridos hace un par de días en la república Argentina en Villa Soldati, que nos producen indignación a ciudadanos tanto argentinos como inmigrantes que en la lucha por una vivienda digna perdieron su vida. Confiamos en una salida solidaria y justa para que no vuelva a suceder este tipo de hechos.

El NO absoluto de las leyes que protegen los crímenes de lesa humanidad, por tanto su anulación inmediata.

Como seres humanos exigimos que nuestros derechos sean realmente respetados para que nuestros pueblos sean más justos, más dignos e inclusivos.

Empleo

Considerando la precarización en el Mercado laboral que sufren los y las jóvenes en la región, es necesaria la existencia de una Ley de Primer Empleo en el

MERCOSUR, con una articulación entre los Ministerios de Trabajo, que eliminen las desigualdades que tienen los y las jóvenes en el Mercado laboral en todos los países de

la región. Los y las jóvenes trabajadores deben tener los mismos Derechos que cualquier otro trabajador: vacaciones, licencias, descansos, jornada laboral, igual remuneración a igual trabajo, acceso a la previsión y la seguridad social. Debe existir a nivel MERCOSUR un acuerdo de salario mínimo regional.

Las y los trabajadores hemos luchado durante años por una jornada laboral digna, no podemos permitir un retroceso en estos logros y aún más luchar por la reducción de la jornada a 6 horas de forma que se garantice el acceso de las y los jóvenes a la capacitación y educación, considerando ser una inversión en la juventud, generando fuerza de trabajo capacitada.

Constitución de políticas públicas de trabajo en forma tripartita: trabajadores, gobiernos y empresarios. Regular en todos los países las legislaciones ya existentes que garantizan hoy día un acceso a una mejor calidad del trabajo.

Rechazo absoluto a la prohibición del Derecho de Sindicalización de los trabajadores de la Región.

Políticas Públicas

1) Empleo

2) Sustentabilidad

3) Cultura

1) Empleo:

Políticas públicas que puedan ser implementadas sin poner en riesgo el Derecho a la libertad de elección. Por ejemplo el servicio civil obligatorio.

Control de las reglas tributarias para las entradas de las multinacionales en la región.

Contar con normas que regulen el uso de insumos químicos en el medio laboral

Universalidad de la Seguridad Social en la región.

Control de reglamentaciones de exportaciones y revisión de Tratados de Libre Comercio y el cumplimiento del tributo único.

Que entidades como Ytaipú financien o auspicien proyectos de empleo juvenil igualitario en la región.

2) Sustentabilidad y Medio Ambiente.

Control del uso indiscriminado de insumos químicos y descontrol de las empresas multinacionales.

Tratados entre la región para respetar y cuidar los recursos naturales.

3) Cultura:

Creación regional de cultura que cuente con un foro permanente de juventud que sea inclusivo.

Creación de un espacio formal de discusión formal de los Derechos de los jóvenes.

Que el MERCOSUR habrá un espacio social real e inclusivo, donde se puedan tomar modelos exitosos implementados a nivel local para elevarlos a nivel región

Diversidad Cultural

Respetar La diversidad cultural existente en toda La región Del Mercosur, abarcando las etnias, idiomas, sexual, etc.

Inclusión de las lenguas autóctonas como oficiales de los países en La educación formal.

Realizar intercâmbios culturales entre jóvenes de los distintos países Del Mercosur.

Género y Diversidad sexual:

Propulsar el respeto y La igualdad de género entre todas las personas.

Protección a los derechos sexuales y reproductivos.

Educar a mujeres y varones en sus deberes y derechos desde La primera infancia.

Ofrecer programas de educación sexual y de apoyo psicológico para madres solteras.

Promover La responsabilidad sexual y La paternidad responsable.

Implementar sistemas para detectar situaciones de violencia.